

**“Burocratas ilustrados” no Império Luso-brasileiro: ensaios de  
sociologia histórica da biografia  
(Maranhão, 1780-1820)**

**Romário Sampaio Basílio**

**Dissertação de Mestrado em História Moderna  
e dos Descobrimentos**

**Julho, 2016**

**“Burocratas ilustrados” no Império Luso-brasileiro: ensaios de  
sociologia histórica da biografia  
(Maranhão, 1780-1820)**

**Romário Sampaio Basílio**

**Dissertação de Mestrado em História Moderna  
e dos Descobrimentos**

**Julho, 2016**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Moderna e dos Descobrimentos, realizada sob a orientação científica de Diogo Ramada Curto.

“Toda a estória se quer fingir verdade. Mas a palavra é um fumo, leve de mais para se prender na vigente realidade. Toda a verdade aspira ser estória. Os factos sonham ser palavra, perfumes fugindo do mundo. Se verá neste caso que só na mentira do encantamento a verdade se casa à estória. O que aqui vou relatar se passou em terra sossegada, dessa que recebe mais domingos que dias da semana.”

Mia Couto, *O cachimbo de Felizberto*, em *Histórias Abensonhadas*, 1994, p.65.

À minha mãe, Lucivalda, mulher de muita coragem,  
que tornou possível este trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Diz François Rabelais em *Gargântua*: “Quanto a mim, creio que descendo de algum opulento rei ou príncipe dos tempos antigos, pois nunca houve homem com mais desejos de ser rei e rico, para passar bem, não trabalhar, viver sem cuidados e enriquecer os meus amigos de bem e de saber”. Independentemente dos desejos, gémeos dos de Gargântua, as condições atuais impedem-me, todavia, de enriquecer os meus amigos e familiares de bens e creio, com muita realidade, não existir essa prerrogativa nos caminhos que escolhi percorrer. No entanto, se me falta ou me excede a ambição quero, antes de mais, oferecer essa dissertação como *saber*, como fogo-fátuo reflexivo, como elogio e epopeia aos meus mestres, de “casa e de rua” que, mais uma vez, me deram condições, das mais variadas, para dar forma final a este trabalho.

À minha família agradeço pela confiança; com açúcar, agradeço a cada um pela torcida, com afeto agradeço pelo carinho.

Do lado de cá do Mar Oceano, agradeço a Diogo Ramada Curto, meu orientador e amigo, pelas excelentes conversas, seminários e direcionamentos que me têm permitido amadurecer intelectualmente.

Aos meus amigos portugueses do mestrado em História da Universidade Nova de Lisboa, pelos rápidos cefés-de-intervalo que nos permitiram inúmeros e produtivos debates. Junto deles, agradeço a todo o corpo docente dos fantásticos seminários dos quais participei: Jorge Miguel Pedreira, João Alves Dias, Ana Isabel Buescu e Rui Santos.

Também agradeço aos demais entusiastas deste trabalho que atuaram nele e para ele diretamente: Ricardo Inácio, por me ter incentivado; Vitor Valério pelas sempre válidas dicas e pelo carinho; Amanda Chaves e Carol Rodrigues que, além de dividirem comigo as áreas comuns do nosso lar adotivo, também me permitiram dividir as minhas angústias de escrita e de pensamento.

Agradeço a todo o corpo de funcionários da FCSH: do Núcleo de Mestrados, da Biblioteca Mário Sottomayor Cardia, Biblioteca do CHAM e do Departamento de História pela atenção e empenho nas minhas demandas. Além disso, aos funcionários dos inúmeros arquivos que cito no texto e especialmente da Biblioteca Nacional de Portugal, meu diário espaço de trabalho. A todos eles digo, mais uma vez, o meu repetido e insistente muito obrigado.

Do lado de lá, os agradecimentos são de terna saudade e pela sempre disponibilidade de Marcelo Cheche Galves, pelo acompanhar atento, mesmo diante dos cansaços da lida; Helidacy Corrêa e Alan Kardec pelo carinho. Em nome deles volto, mais uma vez, a agradecer todos os docentes e amigos do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão. À Layla Adriana e Teresa Cristina direciono meu especial agradecimento pela amizade e pelas idas aos arquivos no Maranhão, quando eu não poderia nada oferecer além de um terno obrigado. Luis Ferreira, Raissa Vieira e Luisa Cutrim que nesse mesmo grupo me ajudaram com as suas leituras, idas às bibliotecas e sugestões.

A todos meus demais amigos e entusiastas, que sempre estiveram comigo no silêncio e no barulho (em ordem alfabética para não denunciar inexistentes hierarquias de carinho): Alan Oliveira, Cleudiran Batista, Elionio Galvão, Ramon Noya e Steffi de Castro.

“Abraçar e agradecer”, cantou Maria Bethânia nos palcos do Coliseu dos Recreios em Lisboa. Eis a minha imitação de Bethânia.

## RESUMO

“Burocratas ilustrados” no Império Luso-brasileiro: ensaios de sociologia histórica da biografia

(Maranhão, 1780-1820)

Romário Sampaio Basílio

Neste trabalho exponho os resultados de uma investigação que, nos domínios da sociologia histórica, acompanha as trajetórias de três portugueses no Império Luso-brasileiro em finais do século XVIII até primeiro quartel do Oitocentos: Manuel António Leitão Bandeira, Raimundo José de Sousa Gaioso e Joaquim José Sabino. Os extratos resgatados demonstram a articulação dos sujeitos com o campo intelectual onde estavam inseridos e, para além disso, as suas ações podem ser definidas dentro de uma cultura burocrática de finais do Setecentos. Na crise do Antigo sistema colonial, os “burocratas ilustrados” apresentaram, nos seus campos de atuação, um largo conjunto de escritos memorialísticos, ensaísticos, poéticos e dramáticos que foram colocados a serviço de seus interesses pessoais, mas também de grupo. Muitos desses escritos permaneceram em manuscrito e foram postos em circulação pelo Império, enviados a autoridades; outros chegaram aos prelos, tendo sido os seus objetivos, nem sempre intelectuais, alcançados com mercês, reconhecimento ou mesmo interlocução com membros da administração colonial. Dos gabinetes e das desembargadorias, os burocratas também, por vezes, se quiseram fazer naturalistas e escreveram também sobre a História natural da Capitania do Maranhão e expressaram latente espírito cientificista, revelando, num constante estado de movimento, mudanças nas estruturas de pensamento daquele período. No conjunto de interpretações expostas, os três sujeitos expressam larga parcela de “intelectuais médios” que não experimentaram grande êxito intelectual em vida ou mesmo suficiente prestígio que os fizesse escapar da ‘morte da memória’ operada, em parte, por uma historiografia centrada na “burocracia de ponta” ou nos intelectuais de prestígio mais latente; sem terem escrito grandes contribuições, seja para a Economia política, História natural, ou mesmo para a Poesia, e inseridos numa “cultura burocrática ilustrada” estiveram desde as suas secretárias e sesmarias estavam num circuito de circulação e difusão de saberes, tanto como produtores de discursos como proporcionadores das dinâmicas bibliográficas do período. Das suas posições subservientes, das suas latentes construções do espaço da vaidade e da autofirmação, das pressões às hierarquias e dos constantes discursos hesitantes, esta dissertação perscruta os sujeitos em resgate de elementos de uma sociologia histórica da biografia. Ao nível das proposições e dos problemas, as questões colocadas referem-se a uma tentativa, nos diversos campos, de perceber as hierarquias políticas e intelectuais e os usos sociais da escrita, numa sociedade com limitado acesso às mínimas letras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Maranhão. Burocratas. Memórias. Economia-política.



## ABSTRACT

“Enlightened bureaucrats” in the Luso-Brazilian Empire: essay on Historical Sociology of Biography  
(Maranhão, 1780-1820)

Romário Sampaio Basílio

With this work I present the results of a research in the domain of Historical Sociology about the trajectory of three Portuguese in the Luso-Brazilian Empire from the end of the 18<sup>th</sup> Century to the first quarter of the 19<sup>th</sup> century: Manuel António Leitão Bandeira, Raimundo José de Sousa Gaioso and Joaquim José Sabino. The elements which demonstrate the articulation of those individuals in the intellectual field where they were inserted were considered as well as their actions, defined within the bureaucratic culture of the end of the 18<sup>th</sup> century. The “enlightened bureaucrats” in the Old colonial system crisis produced, with their works, several memoirs, essays, poetry and dramatic texts that were used according to their personal interests, but they used them as a group too. Many of these texts were kept as manuscripts and spread throughout the Empire, some having been sent to higher authorities; others were actually published in papers, even if the authors’ aims were not intellectual and in fact the publications were often achieved through nepotism, due to mere popularity or through the contact with members of the colonial administration. In their bureaus and court offices, bureaucrats had also the intention of appearing to be naturalists sometimes, thus writing about the Natural History of the Capitania of Maranhão through a latent scientificist spirit, showing changes in the ways of thinking, constantly shifting, at that time. Through the interpretations made, those three individuals can be seen as ‘average intellectuals’ since neither successful actions were reported during their period of life, nor enough reputation was acquired for them to escape the ‘death of memory’, to which a Historiography only centered in an excellence bureaucracy and in relevant intellectuals has partially contributed. Even without writing significant texts related to Political Economy, Natural History or Poetry, and even inserted in a ‘renowned bureaucratic culture’, they also had a certain participation in the proliferation of knowledge, either as producers of speeches or as contributors to the dynamics of the bibliography of that period. Considering their subservient positions, their latent ability of taking advantage of situations to enlighten their eloquence and influence, their customary pressure over their superiors and their constantly hesitant speeches, this research probes those individuals’ trajectories from the perspective of Historical Sociology of Biography. As for the propositions and problems, the questions made intend to elucidate, in several fields, the political and intellectual hierarchies as well as the social usage of the writing process in a society where the access to alphabetization was limited.

**KEYWORDS:** Maranhão. Bureaucrats. Manuscripts. Political Economy.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO: um problema dos sujeitos por uma sociologia da biografia .....</b>	<b>12</b>
<b>1. Manuel António Leitão Bandeira e sua “História Natural e Filosófica” .....</b>	<b>24</b>
1.1. Economia política de Bandeira: os saberes .....	32
1.2. História natural de um “naturalista político” .....	43
1.3. Últimas palavras: da vaidade .....	49
<b>2. Raimundo José de Sousa Gaios, um texto póstumo para o Rei.....</b>	<b>52</b>
2.1. O degredo ao “Brasil melhor” .....	55
2.2. O <i>Compêndio</i> : Gaios por uma Economia política histórica .....	59
2.3. Palavras finais, Gaios e o discurso reticente .....	74
<b>3. Joaquim José Sabino, poeta e burocrata .....</b>	<b>78</b>
3.1. Os dramas de Sabino: o ir e vir do Maranhão .....	81
3.2. A Memória político-económica sobre o Maranhão .....	84
3.3. A segunda volta .....	91
3.4. Como finais, as chantagens de Sabino .....	95
<b>CONCLUSÃO: uma interpretação tempestiva ou “dos homens sobre as coisas” .....</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>102</b>
<b>LISTA DE FIGURAS OU ILUSTRAÇÕES .....</b>	<b>119</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**AHU** - Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate

**ANTT** - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

**APEM** - Arquivo Público do Estado do Maranhão

**ATJMA** - Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

**AUC** - Arquivo da Universidade de Coimbra

**BRACL** - Biblioteca da Real Academia de Ciências de Lisboa

**BA** - Biblioteca da Ajuda

**BNRJ** - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

## **SOBRE AS TRANSCRIÇÕES**

Optei por atualizar a grafia para a escrita corrente da documentação transcrita. A pontuação foi mantida ao máximo em proximidade com a original, sendo que algumas modificações foram realizadas, dados alguns desusos. Em caso do uso de documentos publicados em transcrições autorais, faço referência do documento e do local de publicação, pela maior facilidade de acessibilidade.

## INTRODUÇÃO: um problema dos sujeitos por uma sociologia da biografia

Escreve Gilberto Freyre (1978), em segunda edição do seu *Contribuição para a sociologia da Biografia*, com certo pesar pelo não reconhecimento, nas recentes discussões no meio académico, da sua análise como precursora de trabalhos nessa, até então pouco citada, área da Sociologia<sup>1</sup>. Reclama do *Sociology, A biographical Approach*, dos americanos Peter Berger e Brigitte Berger, publicado em 1972, por não o citar, o que, por um olhar prévio, pode ser justificado pela pouca penetração das obras de língua portuguesa na sociologia anglófona ou mesmo pela pouca dimensão dada à obra na época, publicada em Lisboa pela Academia Internacional da Cultura Portuguesa, na sua primeira edição de 1968<sup>2</sup>. Para além disso, há que se destacar não somente a autoproclamada singularidade teórica da obra, de inspiração weberiana, mas também a sua perspectiva de análise biográfica, de uma sociologia histórica dos sujeitos, assim como a sua tentativa de “chegar primeiro”.

A análise que faz Freyre do português Luiz de Albuquerque, governador de Mato Grosso nos finais do século XVIII, é-me útil pela natureza do seu objeto, pela dimensão da biografia e pelos problemas que levanta para a própria historiografia nacionalista do centro carioca, de um certo isolamento cultural e social de Cuiabá, assim como das demais localidades “Sertão a dentro” ou mesmo no litoral, em particular das então distantes São Luís do Maranhão e Belém do Pará. Para além das *vaidades*, categoria que levanto como determinante na escrita desde o tempo de Luiz Albuquerque, presente também no texto de Freyre como maneira ainda de autoafirmação, destaco a ênfase de Freyre, bem como de outros historiadores, como Maria Odila Silva Dias (1968), dada à delicada relação do sujeito com o espaço<sup>3</sup>. É igualmente enfatizado o escrutínio do território pela difusão cientificista de finais de século e é por esse processo, documentado de maneira, por vezes, avulsa, que se inscreve num reformismo “ilustrado”, mas que, como defendo, é independente diretamente dele pela sua dimensão espacial.

Se a trajetória do governador ilustrado de Mato Grosso é delimitada por Freyre pelo seu significado social, sem se preocupar em ir além dos elementos que escapam ao próprio

---

<sup>1</sup> FREYRE, Gilberto. *Contribuição para uma sociologia da biografia*. O exemplo de Luiz de Albuquerque governador de Mato Grosso no fim o século XVIII. Fundação cultural de Mato Grosso, 1978.

<sup>2</sup> BERGER, Peter; Brigitte BERGER. *Sociology, A biographical Approach*. Nova York: Basic Books, 1972.

<sup>3</sup> Mathias Aires condenava, como neutra paixão da alma, desde a primeira edição, em 1752, no seu *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens*. EÇA, Mathias Aires Ramos da Silva (1752). *Reflexões Sobre a Vaidade dos Homens ou Discursos Moraes Sobre os Efeitos da Vaidade oferecidos a El-Rei Nosso Senhor D. Josepho I*. Lisboa, na Oficina de António Vicente da Silva, 1761.

biografado, dando-lhe, portanto, uma força de significado de relevância instrumental notável, Elias (1991), ao analisar Wolfgang Amadeus Mozart (1756-1791), pretende não reduzir o sujeito mas acaba por fazê-lo<sup>4</sup>. Os pontos a serem conectados, analisados numa perspectiva de uma sociologia histórica do sujeito, dão mostra do alerta que Pierre Bourdieu (1986) faz dessas análises, desse “artefacto socialmente irrepreensível que é a história de vida” que parece, antes de tudo, uma saída kantiana<sup>5</sup>. Se tomo aqui o campo intelectual de Bourdieu como categoria-forma de analisar os sujeitos, fugindo de uma biografia-total que dê aos alvos de análise uma dimensão social fantasiosa, pretendo, antes de tudo, perscrutar o comum, o vulgar antes e ao mesmo tempo de idiossincrasias.

Aos moldes braudelianos, que toma o espaço antes do sujeito, que ao analisar a então afamada obra de Maximilien Sorre, *Les bases biologiques de la Géographie humaine, essai d'une écologie de l'homme*, em primeira edição de 1943, critica uma Geografia ou Ecologia do Homem que esteja nos extremos, seja do espaço em si ou dos factos biográficos, “tanto quanto nos liames do espaço, o Homem está nas malhas do meio social”<sup>6</sup> - diz ele ao concluir que esta mesma premissa, desde Albert Demangeon (1942) e Lucien Febvre (1949), já estava inscrita nos campos das ciências do Homem<sup>7</sup>. Volto, aqui, a Gilberto Freyre, que já propunha, no seu *Nordeste* (1937), uma Ecologia humana que aliasse o espaço e o Homem, o micro e o macro, como simbiose entre natureza, sociedade e cultura. A minha ambição neste trabalho, no entanto, não me permitirá ir tão longe.

O sujeito, no caso de Luiz de Albuquerque e de outros “burocratas ilustrados”, servos da Coroa Lusa em constante ir e vir de papéis, impressos e correspondência que escapavam aos meros ditames administrativos, não é um agente isolado mas, ao mesmo tempo, não está

---

<sup>4</sup> Destaco nesse processo a adjetivação parcial de Freyre a Luiz de Albuquerque que, pela dimensão que ocupa na obra, está também relacionada com as relações que o autor nutria pelos descendentes do biografado (ficara hospedado no solar de sua família que, à época, guardava a documentação no norte de Portugal) e com as instituições mato-grossenses que patrocinaram a publicação da obra. A tentativa de Freyre de buscar traços psicológicos a partir de métodos nada ortodoxos para a época, como uma análise textual e frásica dos escritos do governador e da ênfase que dá ao facto de se ter hospedado na mesma casa, tocado nos mesmos móveis e até convivido com os camponeses da vila, provavelmente descendentes daqueles que conviveram com o sujeito, facilitariam a compreensão social e psicológica de Luiz. Para além dessa delicada tese, que possui - a par de inúmeras experiências de pesquisas e pesquisadores espacialmente externos à realidade a ser investigada, como Stuart Schwartz (1988) que reclamava do tempo que demorou a entender processos sociais e dinâmicas culturais que qualquer criança a viver na Bahia naquela época já entendia -, é notável a multidisciplinaridade de Gilberto Freyre nessa obra.

<sup>5</sup> BOURDIEU, Pierre. A génese dos conceitos de *Habitus* e de Campo in *O poder Simbólico*. Lisboa: Edições 70, 2001, p.59, *passim* (História & sociedade); DELEUZE, Gilles. *A filosofia crítica de Kant*. Lisboa: Edições 70, 2000; ELIAS, Norbert. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

<sup>6</sup> BRAUDEL, Fernand. Há uma Geografia do Indivíduo Biológico? in *Escritos sobre a História*. São Paulo: Editora Perspectiva, p. 143-160, 1978 (Coleção Debates).

<sup>7</sup> Primeira edição de 1922. FEBVRE Lucien. *La Terre et l'évolution humaine*. Introduction géographique à l'histoire. Paris: Éditions Albin Michel, 1949; DEMANGEON, Albert. *Problèmes de géographie humaine*. Paris: Armand Colin, 1952.

inserido num grupo. Mau grado o esforço de identificar, como em alguns casos percebo, certo movimento de aproximação entre esses agentes, neles apenas identifico modos em comum, como os estudos em Coimbra e a inserção burocrática, a escrita de cartas e memórias, assim como a realização de expedições e experimentos “com valiosa ciência”. A correspondência, ferramenta estruturalmente inserida nos movimentos do comércio, nas ordens administrativas, nas demandas e fluxos, na geografia das redes de contacto, tem, por agora, citações em grego, latim, francês e inglês e destina-se aos agentes do Reino para “a melhora da colonização” e para melhor se aproveitarem “as drogas dessas vastas terras”<sup>8</sup>. Essas frases são facilmente encontradas em qualquer correspondência ou dedicatória das memórias escritas e enviadas, publicadas ou não, pela Academia de Ciências de Lisboa ou pela Impressão Régia.

Como dimensionar, por um viés comparativo e ao mesmo tempo classificatório, este último considerado essencialista por Norbert Elias, a imersão de obras de Economia política e História natural, entre as altas referências de um Visconde de Cairú e de um Alexandre Rodrigues Ferreira, “burocratas ilustrados” e homens de Letras distantes do centro, como os portugueses Joaquim José Sabino, Manoel António Leitão Bandeira e Raimundo José Gaioso, que, por ordem de chegada ao Maranhão, se fizeram ler ou perceber pelas cartas, memórias e impressões? Podem os manuscritos não publicados, as cartas lidas e não respondidas, ou o aproveitamento do espaço da palavra para se autopromoverem ou conseguirem mercês e sesmarias ser dimensionados pelo mesmo aspecto “reformista” ou pelo mesmo sentido de um “espírito cientificista”? Se falta, aqui, uma psicologia das palavras dos sujeitos, como ensaia Elias sobre Mozart, sobra, como tentarei demonstrar, uma história dos movimentos comuns e contraditórios que, inscritos entre o Maranhão do Governador que comentava os livros que lia e o Mato Grosso do ilustrado que ia a campo recolher amostras e desenhar as paisagens, mostravam existir mais que um *Sertão* vazio, mais inscrições dos sujeitos no espaço, no sistema de saberes de origens e movimentos difusos e sociabilidades escritas.

Cabe aqui uma clarificação do uso do termo “burocratas ilustrados”, tanto para minimizar possíveis desdobramentos analíticos fora da definição que a expressão pode propor, como para definir outros possíveis usos pela Historiografia<sup>9</sup>. A sua aplicabilidade aqui,

---

<sup>8</sup> SANTOS, Milton. Por uma geografia das redes in *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p.176-187 (Coleção Milton Santos, 1).

<sup>9</sup> Tenho também em mente o alerta que faz Kant de se criar termos, palavras adequadas para os conceitos que o pesquisador cria; o pensador alemão sugere sempre que se recorra a palavras correntes ou mesmo, na sua ausência, termos de línguas antigas, mortas ou em palavras em desuso para se lhe conservar “o significado particular”. No caso deste texto, o uso em português do termo possui um correspondente em inglês, usado anteriormente, como

anteriormente utilizada por W. Bruce Lincoln (1982) em *In the Vanguard of Reform: Russia's Enlightened Bureaucrats (1825-1861)* deve-se a uma tentativa de caracterização uniformizadora e ao mesmo tempo classificatória dos sujeitos em grupo, numa prosopografia dinâmica, mesmo que faltem elementos que os possam inserir num organismo de tal natureza. Antes mesmo de Lincoln, Richard Pipes (1961) já se referia a um “*amorphous group*” na sociedade russa que desde os finais do século XVIII já passava por um acelerado processo de “*ocidentalização*”; grupo minoritário, com tendências seculares que resultaria, já no Oitocentos, num articulado corpo de opinião pública. No pensamento materialista francês de finais de Setecentos estariam as raízes desses sujeitos, “*enlightened gentry*”, a quem se refere preferindo usar o termo “*intelligentsia*” pelas inúmeras imprecisões e pela elasticidade que o termo carrega tanto na Rússia quanto na França, onde teria surgido<sup>10</sup>.

De qualquer modo, Lincoln escreve sobre o período que antecede e acompanha o reinado de Alexandre II (1855-1881) na Rússia e a consolidação do que ele descreve como prodigioso movimento de reforma judicial que foi capitaneado, desde os anos 1830 ainda sob o período de Nicholas I (1825-1855), por “um inusual grupo de jovens funcionários, a quem eu tenho identificado nesse estudo como burocratas ilustrados”<sup>11</sup>. Os elementos empíricos que levanto lançam mão parcialmente da caracterização de Lincoln; o caráter independente que ele advoga, no caso dos intelectuais russos do Oitocentos, e a sua capacidade quase flutuante de aplicação de mudanças não me parecem aplicáveis de todo no Império Luso-brasileiro já que os burocratas, mesmo os que possuíam altos cargos nas hierarquias, não se fizeram progressistas tão facilmente dentro das ferrugens e amarras do poder simbólico. A diferença entre a “*intelligentsia*” de que fala Pipes e os “*Enlightened Bureaucrats*” estudada por Lincoln reside na inserção burocrática na maturação desse processo.

Essa entrada ou incorporação dos intelectuais na burocracia do Estado foi por Alexis de Tocqueville (1854) mencionada; a inclusão dos “homens de letras” nos aparelhos monárquicos,

---

demonstro a seguir e inclusive com proximidade de definição. KANT, Immanuel (1781). *A crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p.308.

<sup>10</sup> PIPES, Richard (1961). The historical evolution of the Russian intelligentsia in *The Russian Intelligentsia*. New York: Columbia University press, 1961, p.46-62. Importante destacar que a obra de Pipes é ampla e datada. Tenho certas reservas em relação às suas interpretações sobre a História russa, particularmente do século XX, não por ser um polonês americanizado e por escrever boa parte da sua obra a partir da década de 1950. Percebo, também, certo tom minimista ou mesmo politizado em relação ao regime comunista, sobre o qual escreveu largas e importantes obras; imagino, então, que essas suas posições tenham influenciado as suas interpretações sobre o Setecentos e Oitocentos russo, sempre a buscar origens do socialismo no pensamento dos intelectuais e literatos.

<sup>11</sup> No original “an unusual group of young officials, whom I have identified in this study as enlightened bureaucrats (...). Such men held different attitudes about state service and reform than did most government officials. They rejected as useless those formalistic routines and rituals [and] demanded efficiency and innovation rather than time-honored custom in administration”. LINCOLN, W. Bruce. *In the Vanguard of Reform: Russia's Enlightened Bureaucrats 1825-1861*. DeKalb: Northern Illinois University Press, 1982, p.10-14.

que, segundo ele, ocorreu na França por volta de meados do século XVIII, fora determinante para o desencadear do processo revolucionário, sendo que os filósofos e pensadores, por mais que fossem “politizados”, não ocupavam cargos até àquele momento. Segundo ele, de um modo um tanto idealista, sem definir algum marco ou determinante, a condução dos homens de letras que se fizeram, agora, homens políticos, popularizou preceitos filosóficos, antes abstratos, que passaram por simplificações que chegaram até aos camponeses e às massas em geral. É esta, segundo a crítica de Tocqueville, a máxima expressão de toda a filosofia política do Setecentos: dever-se-ia substituir os velhos e complicados costumes por novas leis, simples e elementares que tivessem como base a razão<sup>12</sup>.

O burocrata, aqui entendido tanto pela sua atuação prática como pela sua formação, está antes de tudo inserido e gerindo uma cultura. Quando Max Weber (1922) caracteriza o universo burocrático na modernidade como “desenvolvido” e com uma natureza temporária, está a olhar maioritariamente para as sociedades capitalistas centrais do Oitocentos. Mesmo que as suas reflexões antecedam esse período e busquem essa maturação ainda no período moderno, poucas são as suas contribuições e muitas delas, quando tomadas para outros períodos e sociedades, tornam-se demasiado generalistas<sup>13</sup>. Figura de expressão considerável em nítidas ascensões hierárquicas e simbólicas, o burocrata estará, como analisa Gilberto Freyre (1936), em clara diferenciação social dos restantes camponeses daquela sociedade patriarcal e esse processo, que ele nomina sociologicamente de “acomodação”, insere-se entre os antagonismos do sobrado e do mocambo, quebrado, antes de tudo, pela decadência da lavoura que, em crescente ascensão desde o último quartel do século XVIII, no quartel seguinte entra em desarranjo.<sup>14</sup>

Nesta dissertação discutirei a trajetória de três portugueses já citados: Manuel António Leitão Bandeira, Raimundo José de Sousa Gaioso e Joaquim José Sabino. Em comum tiveram o facto de serem contemporâneos e de viverem grande parte de suas vidas pela Capitania do Maranhão; escreveram os três sobre a Capitania e sobre o Império e ocuparam cargos na administração colonial. Deles os registos permitem dizer pouco a nível subjetivo ou como

<sup>12</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de (1854). *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, Liv. III, p.143-148.

<sup>13</sup> WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. Esbozo de sociología comprensiva. Madrid: Fondo de Cultura Económica, España-México, 2002, p. 175-185. A literatura que toma como objeto a burocracia como coisa mesma, seja pela sua natureza, formação ou modos de funcionamento como grupo ou organismo, centra-se muito mais no Novecentos, no caso soviético e das repúblicas do Leste europeu. A partir, principalmente, de trabalhos na Sociologia das organizações ou em reflexões sobre o Estado, a maioria dessas investigações não buscam o processo, mas sim a sua especialização em experiências pós-revolucionárias. Cf. BEETHAM, David. *A burocracia*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988 (Ciências Sociais Temas); GIRGLIOLI, Pier Paolo. Burocracia in BOBBIO, Norberto (ed.). *Diccionario de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p-124-130.

<sup>14</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1985, 573-579.



simples “burocratas ilustrados”, mas os seus escritos revelam extratos dos seus perfis que, para serem colocados à prova da Sociologia histórica, devem ser tomados pelo que as suas trajetórias têm de vulgar, no caso de personagens pouco conhecidas, ou justificadas pelo seu tempo, simbolismo e até mesmo por alguns esparsos traços psicológicos. O “campo intelectual”, categoria que Pierre Bourdieu (1966) elabora, é tomado aqui como ponto de partida para as reflexões do espaço biográfico no campo intelectual ou para uma sociologia histórica dos sujeitos. Mais uma vez a fugir dos extremos, longe de uma interpretação que toma o autor e sua obra como instâncias separadas a flutuar no espaço criador ou de uma de determinismos sociais que permitam a elucidação de todas as perguntas, reduzidas a aspectos conjunturais, o “campo intelectual” aqui me permite questionar nas suas relações de poder, posições, dinâmicas e conflitos o lugar dos autores e o alcance das suas obras<sup>15</sup>.

No campo das elaborações sugestivas, as minhas hipóteses respondem e lançam mão de três categorias: usos da escrita e reverberação social, hierarquias de poder e intelectualidade e dinâmicas comuns dos sujeitos no espaço<sup>16</sup>. Ao tomar três personagens de notável erudição, de contacto direto com o poder administrativo, dotados de capacidade de interferência no curso das dinâmicas sociais e analisá-los no campo intelectual, pretendo sugerir que as dinâmicas das ideias e as estruturas políticas e sociais estão relacionadas e dependentes, de modo que qualquer pretensa vitalidade solitária de burocratas e intelectuais não pode ter validade. A *intelligentsia*, quando incorporada ao Estado, transforma-se em *burocracia ilustrada*? Poderá existir, como espelho das dinâmicas hierárquicas sociais, uma hierarquia dos conceitos?

De modo geral, insiro estas questões dentro da história social das ideias como operação historiográfica que busca a dimensão da Capitania do Maranhão no universo Luso-Brasileiro quando se trata de questionar o lugar e os usos dos saberes, a forma e os modos comuns dos sujeitos no “Iluminismo ibérico”. As dinâmicas produzidas pelos diversos mecanismos de manutenção do modelo colonial no qual assentava o Império Luso-brasileiro desdobraram-se, na sua maioria, em sistemas e conexões que, via de regra, alinhavam os espaços coloniais e a

---

<sup>15</sup> BOURDIEU, Pierre (1966). Campo intelectual y proyecto creador in *Campo intelectual, campo de poder*. Tucuman: Editorial Montessor, 2002, p.9-51.

<sup>16</sup> Poderá parecer dúbio, em mais de um momento, o uso do conceito *espaço* neste texto. Uma abertura para discussão das suas implicações e interpretações parece-me ocupar demasiadas dimensões, mas não posso deixar de fazer referência. Parto de Henri Lefebvre, *La production de l'espace* (1947) e de um largo conjunto de discípulos, na História, Geografia e Sociologia, a saber: Fernand Braudel (1949), Milton Santos (1978; 1979), Jean-Claude Passeron (1991) e Pierre Bourdieu (2001). O raciocínio socio-histórico do espaço aqui é tomado como desdobramento e condição para as relações sociais. Não se trata de fazer sociologia intuitiva, como criticava Durkheim em *As regras do método sociológico* (1895), nem de criar novas categorias ou, como alerta Bourdieu (2001), de fazer uma “teoria teórica”, sem empiria e aplicabilidade no campo.

Metrópole numa geografia a ser planificada e com hierarquias de poder, por vezes, definidas pela tradição política.

### **A geografia difusa dos Iluminismos**

Termo de difícil clarificação, o Iluminismo esteve desde as categorias filosóficas de emancipação da consciência de menoridade do Homem em Immanuel Kant (1784) até recente movimento de contestação às interpretações anglo-francófonas de centralismo e primogenitura, debaixo de definições ambíguas e contraditórias. Não se trata de definir os “pais” de determinado sistema de saberes ou o lugar de formação de determinadas estruturas do pensamento, mas de questionar o viés simplista de centralidade quer da França de Montesquieu, quer da Grã-Bretanha de Locke e, nesse caminho das ideias, de um centro original-formador e de periferias como recetáculos-reprodutoras e vulgarizadoras. Ao fugir dessa centralidade que partia de uma hierarquia dos espaços – a França que estaria na frente da Itália, essa da Espanha e Portugal e esses das colónias americanas - busco dar dimensão a grupos intelectuais que mesmo distantes nas então províncias do Maranhão ou Mato Grosso, não estiveram alheios às mudanças estruturais que se operavam, dessa vez com um maior movimento na segunda metade do Setecentos<sup>17</sup>.

O *suplício de Tântalo* nessas parciais operações historiográficas estava, como é fácil perceber pelas bibliografias estrangeiras, como castigo e condição na Península Ibérica e Rússia, que muitas vezes nem sequer eram citadas nos dicionários e obras especializadas sobre o período. A conjuntura portuguesa pode ser lida por categorias-forma diversas, desde hibridizações e ecletismo formais, como um *iluminismo católico*, até mesmo clivagens entre “antigos e modernos” e em espaços de modernização iluminada, o que constrangeu diversos intelectuais que ao falarem em “iluminismo português” ou *aportuguesado* preferiam outros termos ou então recorriam ao uso de conceitos essencialistas, como de “estrangeirados”. Essas formulações não estão de todo o modo superadas, no entanto, estão inseridas e questionadas em movimentos polissémicos e múltiplos geograficamente; considera-se que os caminhos ou a génese das ideias, da Escócia à Filadelfia, das Américas ibéricas ao Norte europeu, não

---

<sup>17</sup> MARCHANT, Alexander. Aspects of the Enlightenment in Brazil) in WHITAKER, Arthur P. (1961 *Latin America and the Enlightenment*. New York: Cornell University Press, 1961, p.95-118; OUTRAM, Dorinda. *The Enlightenment: new approaches to European history*. Cambridge:Cambridge University Press, 1995; VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado Censura e Práticas de Leitura: Usos do livro na América Portuguesa*. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

produziram senão “iluminismos locais” ou espaços de modernização e de cientificismo que não podem ser circunscritos a França ou Inglaterra e suas historiografias vitoriosas do pós-guerra<sup>18</sup>.

Na filosofia a expressão dos “novos tempos” em Portugal materializou-se na rejeição progressiva do sistema peripatético, pela reforma da Universidade de Coimbra e seus desdobramentos, mas também pelas importantes expressões culturais anteriores, no reinado de D. João V, as quais tiveram em Luís António Verney a sua máxima manifestação<sup>19</sup>. É importante a percepção de que esse movimento de mudanças nas estruturas do pensamento e da produção e crítica dos saberes teve gémeos em toda a Europa. Os intelectuais, postos em correspondência, como demonstra Jonathan Israel (2009), o enciclopedismo e o experimentalismo, cada vez mais postos em defesa nas universidades, e a atuação dos altos membros das burocracias em sentidos reformistas - visto com elogiosas menções por Pombal quando esteve em Londres e Viena e pelo seu sobrinho, por D. Rodrigo de Sousa, nas suas missões em Turim - ditam a tónica das décadas de forte atuação de intelectuais e burocratas no poder<sup>20</sup>.

Dentro desse circuito percebe-se uma preocupação crescente com a necessidade de se conhecer o espaço, bem como as suas dimensões e os seus climas, rios, percursos, produtos e minerais, um verdadeiro “*inventaire de la planète*” nas palavras de Georges Gusdorf (1974). Essa curiosidade que animou as inúmeras expedições pela África, Ásia e Américas está interligada a novos preceitos de História natural que tiveram, em Linneu (1735) e Buffon (1749), novo fôlego experimentalista dentro, também, de contribuições a uma “História natural do Homem” que Gusdorf (1974) diz ter tomado dimensões até então inéditas de centralidade<sup>21</sup>. Soma-se a isso que a produção editorial resultante das expedições deu origem a um sem número de movimentos de ir e vir de papéis, inseridos numa cultura intelectual de distinção, que logo

---

<sup>18</sup> ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal, Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003; CARVALHO, Flávio Rey de. *Um Iluminismo Português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. São Paulo: Annablume, 2008; COXITO, Amâdio. *Estudos sobre filosofia em Portugal na época do Iluminismo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006; HAZARD, Paul. *La crise de La conscience européenne, 1680-1715*. Paris: Gallimard, 1968 (Collection Idées); RAMOS, Luís de Oliveira. *Sob o signo das «Luzes»*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988 (Temas Portugueses); SANTOS, Cândido dos. Antônio Pereira de Figueredo, Pombal e a Aufklärung. Ensaio sobre o Regalismo e o Jansenismo em Portugal na 2ª metade do século XVIII. *Revista de História das Ideias*, v.4. Tomo1, 1982, p.167-203; SANTOS, Eugênio dos. O Brasil Pombalino na perspectiva iluminada de um estrangeirado in TENGARRINHA, José. *A historiografia portuguesa hoje*. HUCITEC, 1999, p.147-182.

<sup>19</sup> PEREIRA, José Esteves. Filosofia e Ciência em Portugal, no século XVIII. *Eborensia*, ano XVIII, nº35, 2005, p.01-27.

<sup>20</sup> ISRAEL, Jonathan. *Iluminismo Radical: a filosofia e a construção da modernidade, 1650-1750*. São Paulo: Madras, 2009, p.33-35.

<sup>21</sup> GUSDORF, Georges (1974). *Introduction aux sciences humaines*. Essai critique sur leurs origines et leur développement. Paris : Les Éditions Ophrys, Nouvelle édition, 1974, p.254-255; 263.

atraiu até mesmo os burocratas que, nos seus gabinetes, também se interessaram por fazer inventários, mesmo que sem sair das secretarias e desembargadorias.

Nessa conjuntura, recorrer ao campo das “Letras” para legitimação pessoal, com um toque cientificista agora mais presente, numa sociedade de limitado acesso à literacia, possuía um sentido automático de pertença ao limitado círculo de erudição, de intelectuais que via de regra tinham acesso às obras mais importantes impressas em todas as praças da Europa. É necessário aqui fazer uma distinção entre essas duas categorias, no mesmo sentido proposto por Maria Beatriz Nizza da Silva<sup>22</sup> (1973). A literacia, por mais que se limitasse a uma parcela ainda reduzida daquelas sociedades, possuía uma dimensão mais ampla. A associação entre acesso às mínimas letras e a erudição proselitica de alguns letrados da época não pode ser tomada como verdade. Para além disso, a circulação de impressos de ordem e acesso mais restrito, como certa literatura especializada na Filosofia e Economia política, estava na mesma ordem que as demandas por simples opúsculos sumários que estavam mais facilmente acessíveis para um público mais amplo. Entre uma crescente demanda por impressos a serem enviados de Lisboa para o Maranhão - facto deveras relacionado com a circulação de estudantes, burocratas e com a instituição de aulas régias na província a partir da segunda metade do Setecentos - encontro, também, um circuito de citações e referências nessas memórias e correspondências que me permitem traçar um enredo do ambiente bibliográfico da época<sup>23</sup>.

O uso de três ensaios biográficos de três portugueses, com carreiras no Maranhão, permite-me perguntar a dimensão social a ser atribuída aos três resgatados que publicam textos, por vezes, com pouca ou nenhuma difusão, se inseridos nessa cultura, isentos de uma coerência

---

<sup>22</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Livro e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821). *Revista de História*, n. 94, 1973, p. 441-457.

<sup>23</sup> O início das chamadas aulas régias no Maranhão a partir da segunda metade do século XVIII, das aulas de comércio em 1811 e a circulação crescente de estudantes maranhenses para universidades europeias, também são elementos a serem destacados para o aumento da entrada de literaturas especializadas para o Maranhão, como no caso das gramáticas e dicionários. É importante destacar ainda a presença de religiosos, tradicionalmente relacionados com a educação dos filhos de portugueses e ‘nobres da terra’, como descreve Mário Meireles (2001), nas petições e encomendas desses géneros. Não se deve, portanto, cair na essencialização dos interesses de determinado grupo, como se religiosos motivassem o envio ao Maranhão apenas de literaturas relacionadas com o sacerdócio. Noutra direção, lembro que Meireles (2001), ao fazer referência à *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, de João Felipe Betendorf, observa que desde o Seiscentos até à expulsão dos jesuítas do Maranhão, por determinação pombalina, os religiosos haviam-se notabilizado pelo ensino de línguas sendo que, segundo ele, muitos religiosos eram enviados, de várias partes do Império, até mesmo do Reino, para estudarem em São Luís. BASÍLIO, Romário Sampaio; GALVES, Marcelo Cheche; PINTO, Lucas G. C. Gramáticas e Dicionários em circulação pelo Maranhão no início do Oitocentos In CASTELLANOS, Samuel Luis Velazquez; CASTRO, César Augusto. (Org.). *Livro, leitura e leitor: perspectiva histórica*. São Luís: EDUFMA, Café & Lápis, 2016, v. 1, p. 197-214.

própria, de ambiguidades latentes e com poucos laivos de originalidade. Nesse campo bibliográfico, Bandeira representa a ambiguidade narcisística, Gaioso a defesa reticente de seus interesses de classe e Sabino a indecisão e autocomiseração com o meio político e intelectual<sup>24</sup>. Procuro dar lugar ao sujeito ao mesmo tempo que questiono as suas posições nas hierarquias políticas, dos saberes e qual a sua relevância no retrato conjuntural que traço com elementos desde 1780 até ao início da década de 1820, período de onde resgato boa parte da documentação consultada (*imagem 1*).

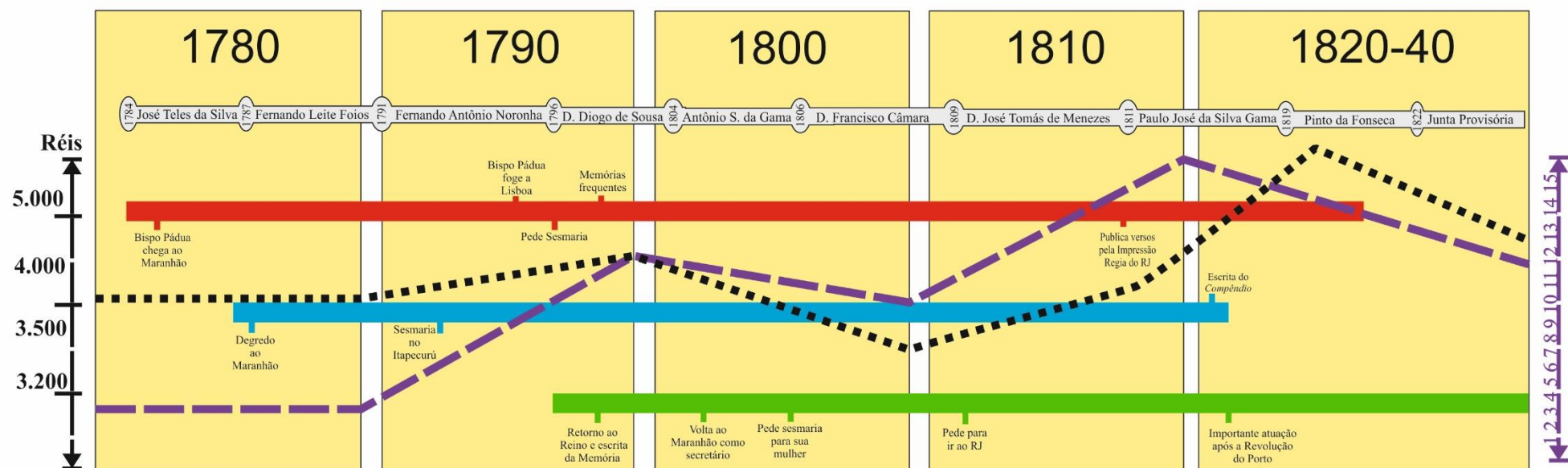
Os resultados desta investigação estão, aqui, divididos em três partes. Na primeira delas, *Manuel António Leitão Bandeira e sua ‘História natural e filosófica’*, levanto os dados biográficos de um português que no Maranhão foi autor de um conjunto eclético de escritos, e que representa toda uma classe burocrática culta e arbitrista; lança mão do ensaísmo como forma de manifestação pessoal e de promoção intelectual; na segunda secção *Raimundo Gaioso, um texto póstumo para o Rei*, dou continuidade à linha biográfica, desta vez ao resgatar os fragmentados elementos de outro português, nascido em Buenos Aires, que ao escrever um compêndio histórico-político, publicado postumamente, deixa claras as suas posições classistas, mas não hesita em ser reticente em considerações e ilações sem objetividade. Representa grande parte daqueles intelectuais, produtores e militares que, em posse da pena, não se fizeram expressivos por um largo conjunto de motivos; na terceira e última parte, *Joaquim José Sabino, poeta e burocrata*, encerro a linha condutora com outro português que no Maranhão terá o nome estampado em todos os cargos que poderiam ser alcançados e que não poupará críticas aos povos da terra. Ao mesmo tempo que usa a palavra como forma de câmbio político, pressionando as hierarquias em busca de reconhecimento público e intelectual, escreve uma memória sobre o Maranhão, em grande parte definidora das suas posições políticas pelas quatro décadas nas quais viveu naquelas terras, de onde descreve problemas comuns à percepção da sua geração.

O primeiro e o último, egressos de Coimbra, ocuparam cargos em São Luís, e Gaioso diz ter estudado em França e Inglaterra, obtendo patentes militares e enriquecendo com uma sesmaria, terras nas beiras dos principais rios da Capitania, que também serão solicitadas pelos outros dois. No entanto, os cenários, segundo os mesmos contemporâneos não eram animadores, dada a decadência da lavoura na Capitania, como Gaioso diagnosticava, dados os

---









<sup>24</sup> Longe de advogar as ferramentas retóricas da narrativa como natureza do relato, como defende Hayden White (1973), as minhas interpretações não são fim em si mesmo e resultam de uma reflexão de buscas de significados, o que me impele a buscar fora dos domínios da História, e mesmo em perfil literário, padrões de compreensão dos sujeitos históricos.

modos e desmodos da colonização pela Coroa, como apontava Sabino, e pela falta de projetos eficazes, como alertava Bandeira. “Burocratas ilustrados”, naturalistas ou economistas políticos? Ao procurar dar a esses sujeitos uma dimensão histórica e social, aquelas categorias podem não ser suficientes. O ir e vir das correspondências, os usos da escrita e do campo intelectual como espaço-forma de autoafirmação, o estilo memorialístico de uma época, o espaço burocrático como o lugar da distinção, os discursos comuns de instituições e ideias de uma “Aufklärung” luso-brasileira: aqui levanto os sujeitos pelas suas biografias sociais e intelectuais.



**Imagem 1.** Aspectos cronológicos do espaço social no Maranhão. Destaco as trajetórias de três personagens desde suas chegadas ao Maranhão até às suas mortes; concomitante aos movimentos dos sujeitos na duração apontada; aponto a média do preço do algodão para exportação por década e a curva da tendência, por década, do envio de estudantes de origem maranhense na Universidade de Coimbra.

**Fonte:** Bibliografia e documentação citadas durante o texto.

-  Governadores e Capitães Gerais
-  Manuel Antonio Leitão Bandeira
-  Raimundo José de Sousa Gaioso
-  Joaquim José Sabino
-  Variações do preço médio do algodão por década
-  Maranhenses em Coimbra
-  Preços médios da saca de algodão
-  Número por década de estudantes

## CAPÍTULO 1. Manuel António Leitão Bandeira e sua “História natural e filosófica”

“(…) Achando-me livre das fadigas da vida pública, me resolvo trabalhar por algum tempo na História Natural do Paiz destes povos, reflectindo prezenemente, que à minha fiscalização se dirigia em segurança da Coroa e na utilidade pública e particular, consentindo voluntário que eu goze dos saudáveis frutos da paz: Se, no entanto, V. Ex<sup>a</sup> me considerar útil, mostrarei que sou.”<sup>25</sup>

É de dezembro de 1789 a declaração do português Manuel António Leitão Bandeira de que deixaria, dada a chegada do seu sucessor, o cargo de Ouvidor do Maranhão, para o qual havia sido nomeado anos antes, quando ainda em Lisboa era Juiz de Fora da Vila de Penella, para se dedicar à História natural<sup>26</sup>. O magistrado, desde a sua chegada em 1785, até à sua morte em 1819, não mais retornaria ao Reino, mesmo tendo, em alguns momentos, solicitado para o fazer. Como Ouvidor no Maranhão, como é natural, esteve envolvido em diversos conflitos políticos de ordem administrativa, tendo atuado de forma direta em muitos deles<sup>27</sup>. No entanto, esse aspecto apenas ilustra o que há de comum, no caso de Bandeira, com os demais ouvidores das demais capitanias ou, de forma geral, com os membros da Coroa a cumprir atribuições funcionais. A sua chegada demonstra também um modo comum de resolução de conflitos políticos entre altos membros da Coroa e, para além disso, ilustra as querelas cada vez mais expostas da relação Estado-Igreja nesses momentos.

De 1785 a 1789, portanto, esteve Bandeira como Ouvidor do Maranhão. O período que assiste à atuação do Magistrado regista importantes transformações no panorama geral da Capitania do Maranhão. A historiografia das últimas décadas tem revisto noções cristalizadas e teses clássicas acerca da condição “inerte” pela qual passava a província naquele momento - seja por uma revisão da “pobreza” que reinaria naqueles períodos, pelos desdobramentos da

<sup>25</sup> AHU\_MA, D. 6416.

<sup>26</sup> Natural da cidade de Bragança, nascido em 1749, bacharel na Faculdade de Cânones em Coimbra, tendo lá se matriculado em 1773 e diplomado em julho de 1778, AUC. *Diploma atribuído a Manuel António Leitão Bandeira*. Coimbra: Na Real Officina Typografica da Universidade, Anno de 1778; A nomeação data de dezembro de 1784, ANTT, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv., f.241; ANTT, Chancelaria de D. Maria I, liv 17, f.129.

<sup>27</sup> Para um panorama, ainda que limitado, dos imbróglis administrativos do início do período como Ouvidor no Maranhão, conferir: ALMEIDA, Patrícia Alexandra Ramalho. *A administração portuguesa no Brasil colonial: o contributo de Manuel António Leitão Bandeira para o estudo da história das instituições na capitania do Maranhão (1785-1790)*; orient. Miguel Corrêa Monteiro. Lisboa, 2006. No texto, Patrícia Ramalho repete a ideia de Mário Meirelles (2001, p.175) e de D. Francisco de Paula e Silva (1922, p.155) de que a ida de Bandeira para o Maranhão teria sido motivada pelas querelas do Bispo da Diocese e as autoridades coloniais, das quais trato a seguir; no entanto, a nomeação do magistrado fora em outubro de 1784, mesmo mês da chegada à província do Frei António de Pádua para ocupar o Bispado do Maranhão, portanto já estava determinada antes dos primeiros conflitos; Bandeira, porém, só chegará ao Maranhão no ano seguinte.



Cia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, mesmo após a sua extinção, seja por pesquisas que questionam “raízes” ou tradições intelectuais, oligárquicas e nacionais/loais.

No entanto, os registos clássicos e o movimento de revisão contemporânea permitem delinear um aumento no movimento do porto de São Luís, motivado, inicialmente, pelas exportações de algodão e arroz em alta desde a maturação e extinção da Companhia de Comércio<sup>28</sup>. Num outro viés, houve igualmente um aumento da circulação de solicitações e constantes tombos de sesmarias nas principais regiões produtoras de arroz e algodão<sup>29</sup>. No mesmo movimento, deu-se uma maior importação de africanos escravizados, o que implica uma maior racionalização do crédito para o tráfico, aspecto ainda pouco problematizado no caso da praça de São Luís. Finalmente, nos meandros de toda essa movimentação, dado o notável aumento da população de São Luís e de toda a capitania, assistiu-se a uma efusão nos registos de circulação de impressos, no número de estudantes que se deslocaram rumo à Europa e na quantidade de escritos memorialísticos.

Inserido nessa conjuntura de efervescência, Bandeira teve acesso, como *Ouvidor Geral* e depois como voluntário *Procurador interino da Coroa e Fazenda*, a dados administrativos da capitania referentes ao comércio e ao foro jurídico, permitindo-lhe tecer inúmeras considerações sobre esses aspectos e elaborar proposições para muitos problemas identificados por ele. São registados cerca de cem ofícios, cartas, memórias ou reflexões gerais em cerca de trinta anos de atividade, desde a sua nomeação em 1784 até ao último registo, em 1805. Os temas abordados por Bandeira, desde questões do foro da Ouvidoria até reflexões económico-políticas e em História natural, seguem, por partes, o rumo que traçou no Maranhão, como era de se esperar. Boa parte dos escritos trata de vários assuntos ao mesmo tempo; ao fazer uso da escrita para enviar solicitações pedindo resolução para problemas administrativos, Bandeira aproveitava a mesma carta para falar sobre diversos aspectos, da Filosofia à Oricologia.

Bandeira fora nomeado e enviado no momento do início dos conflitos entre o Bispo D. António de Pádua e a administração colonial, à época presidida por José Telles da Silva (1784-1787)<sup>30</sup>. O Bispo Pádua atuava, na descrição do próprio Magistrado, “com bastante escândalo

<sup>28</sup> ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. *Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860*. In: Estudos sociedade e agricultura. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, abril de 2000, p. 32-71; VIVEIROS, Jerônimo. *História do Comércio no Maranhão*. São Luís: Associação Comercial, 1954.

<sup>29</sup> MOTTA, Márcia Maria Menezes. *Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito 1795-1824*. Rio de Janeiro: Editora Alameda, 2012 (2ª edição).

<sup>30</sup> O Bispo era natural de Lisboa e professor da Ordem Franciscana, dos Menores Observantes Reformados. Foi chamado para a Diocese do Maranhão com 51 anos; D. Fernando de Paula (1922, p.143) diz ter sido aprovada a sua nomeação por Pio VI em Junho de 1783, sendo que sua sagração fora em dezembro do mesmo ano. Inocêncio

para estes povos”, com rebeldia diante das autoridades reais e desconsiderava qualquer autoridade, a não ser a papal<sup>31</sup>. Quando toma posse do cargo no Maranhão e toma conhecimento dos problemas com o Bispo, inicia desde logo as suas missivas dirigidas à Corte<sup>32</sup>. A querela entre o presidente da província e o Bispo do Maranhão foi assunto já abordado em alguns trabalhos que, no entanto, não vão além das informações dadas por César Marques no seu *Diccionario historico-geographico da provincia do Maranhão* (1870) ao tratar dos bispos do Maranhão (p.49-93)<sup>33</sup>. As cartas de Bandeira revelam outros pormenores sobre o caso, assim como as enviadas pelo Bispo e pelo Governador da Capitania na época.

De maneira geral, o conflito estabelecia-se na órbita das discussões acerca do poder regular e secular e das reais dimensões das interferências de um ou de outro nas áreas que lhes seriam próprias. Disso tratava, bem antes, o Alvará de 18 de janeiro de 1765 que, entre outros aspectos, denunciava as tristes experiências para com os magistrados da Coroa da Bahia, Rio de Janeiro e também do Maranhão. Os ditos juízos, além de terem de lidar com as condições sempre difíceis da colonização, eram postos diante da “ousadia” de alguns eclesiásticos que, “esquecendo-se das obrigações dos seus respectivos Estados”, se deixavam “possuir pela cega usurpação da cobiça dos bens temporaes”<sup>34</sup>. Enquanto Bandeira reclamava que “é inexplicável o sumo desprezo com que [o Bispo] trata os magistrados, advogados e mais pessoas”, o Bispo replicava na mesma altura da interferência do Governador e do novo Ouvidor “nos seus negócios”<sup>35</sup>.

O Bispo, que tinha sido nomeado em 1783, mas que chegou ao Maranhão apenas em outubro do ano seguinte, publicara em Lisboa dois impressos, em fevereiro e novembro de

---

(1858, tomo I, p.217) lista quatro publicações, duas autorais e duas traduções levadas a cabo por ele, entre 1778 e 1798.

<sup>31</sup> AHU\_MA, D. 6021.

<sup>32</sup> Martinho de Melo e Castro será mais frequente como destinatário direto, mas Bandeira diz também escrever para o Príncipe Regente D. João e às vezes para a Rainha D. Maria I.

<sup>33</sup> Cf. *Op Cit.* ALMEIDA, Patrícia Alexandra Ramalho (2006); MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. São Paulo: Sciliano, 2001, p.174-176; FRANCISCO DE PAULA, Dom. *Apontamentos para a História eclesiástica do Maranhão*. Bahia: 1912. Sobre este último, Mário Meireles reclama da sua avaliação positiva em prol do Bispo. De facto, dizia D. Francisco que os Juizes da Coroa, ao agir com prepotência e ambição “não se contentavam de exercer o mando absoluto sobre os seus domínios temporais” e que se esqueciam que “tinham a espada para proteger a Santa Igreja e não para escravizá-la” (1922, p.142).

<sup>34</sup> O mesmo Alvará é que institui Juntas de Justiça nas capitanias que, à época, tivessem Ouvidores-Gerais. A necessidade de ter, nas maiores capitanias, juntas de tal natureza denuncia tentativas de racionalizar e dar celeridade aos processos que pudessem ser solucionados sem o acesso direto à administração colonial. Muitas reclamações eram enviadas ao Reino pela demora e letargia nas avaliações metropolitanas e que, via de regra, podiam ser solucionadas com a instituição local dessas Juntas; para além disso, muitas diligências referiam-se ao correio marítimo e às suas falhas na administração das correspondências.

<sup>35</sup> AHU\_MA D. 5862.

1784<sup>36</sup>. No primeiro, *A arte de viver em paz com os homens*, no qual condena a discórdia entre os homens que tantos males causa à nossa “infeliz sociedade”, e, no segundo, um libelo de exortação, rogava pela união das “respeitáveis porções Regular e Secular” dos fiéis do Maranhão em prol da catequização dos gentios<sup>37</sup>. Curiosamente, foi pela oposição dessas ideias que passou a integrar uma longa trama de intrigas entre o governador José Telles da Silva que, em pouco tempo, teria a ajuda de Bandeira nas resoluções das querelas.

O início dos desentendimentos é demarcado pelo imbróglio da decisão do trajeto da procissão do Corpus Christi em 1785 que era, desde sempre, decisão da Câmara de São Luís, um ano após a posse do Bispo Pádua e do Governador Telles, momento de chegada ao Maranhão do novo ouvidor, Manuel Bandeira<sup>38</sup>. O Bispo, ao chegar e tomar posse das suas atribuições, decide modificar o trajeto sem aviso nem justificação, o que teria sido o estopim das guerras de ofícios, ofensas públicas, circulação de versos satíricos e depreciativos, ameaças de excomunhão e até mesmo tentativas de assassinato. Tanto o Bispo escreve ao Reino reclamando que não conseguia cumprir as suas atribuições e dizendo não lembrar “da hora em que aceitei ser Bispo dessa diocese do Maranhão”, como o Governador Telles descreve o estado de “desgosto, inquietação” que vive a Capitania dada a parcialidade da atuação do bispado<sup>39</sup>. No meio dessas querelas, o recém-chegado Bandeira toma partido do Governador ao tomar conhecimento dos conflitos anteriormente capitaneados pelo Bispo contra seu antecessor, o ouvidor Interino José da Silva Quintanilha.

O Ouvidor escreve ao Reino a elogiar o Governador da Capitania e a reclamar do Bispo<sup>40</sup>. Esse não havia cumprido a Carta Rogatória expedida pela junta, desobedecendo às determinações, o que implicou a aplicação da Lei das Temporalidades ao prelado, como a apreensão de criados e escravos, e havia saído da cidade, ausentando-se sem explicações. O Bispo possui, segundo ele, “sentimentos jesuíticos” e um “ódio entranhável” contra os

<sup>36</sup> MARQUES, César (1870). *Op. cit.*, p.70.

<sup>37</sup> O libelo fora publicado com o título *D. Fr. António de Pádua, da Ordem dos Menores reformados, por mercê de Deos, e da santa sé apostolica bispo do Maranhão, e do conselho de S. Magistade fidelissima. A todos os nossos subditos saude, paz e benção*. Lisboa. Na Regia Officina Typografica. 1784 Com licença da Real Mesa Censória; *Arte de viver em paz com os homens, dividida em duas partes, e dedicada aos vassallos d e s. magestade fidelissima, principalmente aos que habitao a diocese do Maranhão*. Por Fr. António de Pádua Bispo da mesma Diocese. Lisboa: Regia officina typografica, Anno M.DCC. LXXXIII Com licença da Real Mesa Censória.

<sup>38</sup> Facto sempre repetido desde João Francisco Lisboa (1840), César Marques (1876), D. Francisco de Paula (1922) e Mário Meireles (2001), mas que é minimizado ou possui caráter secundário na documentação que regista o conflito. Nem mesmo o Governador Telles, depois de ter deixado o controlo da Capitania em 1787, e que escreve longa memória ao descrever os anos do seu governo e o estado da Capitania, dá importância a esse ponto. Discuto mais à frente o conteúdo dessa memória.

<sup>39</sup> AHU\_MA, D. 5768; D. 5707.

<sup>40</sup> AHU\_MA, D. 5862.

magistrados, sendo que a sua influência sobre o povo estaria a colocar este contra as autoridades da Junta da Coroa.

As correspondências não ficaram sem resposta. Em outubro de 1787, Martinho de Melo e Castro, então Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, envia dois avisos com as determinações da Rainha, após parecer do Desembargo do Paço sobre a questão<sup>41</sup>. Meses antes, em fevereiro e em agosto, Martinho de Melo já havia escrito ao Marques de Lavradio, então presidente da Mesa do Desembargo, pedindo uma solução para as reclamações de ambos os lados. Ao Bispo, o Secretário reclama do seu “desagradável modo de proceder” diante do não cumprimento das Cartas Rogatórias da Junta da Coroa e que deveria fazê-lo de imediato, pois deve cumprir “as sentenças dos Ministros” que foram confiados pela Rainha para defender os povos das “violências dos Juizes Ecclesiasticos”. Ao Ouvidor, parece mais simpático, avisando que tem “recebido e levado a Real Presença as cartas” e que o dito Bispo já estava ciente da obrigatoriedade de cumprir as ordens; deveria o Magistrado “persistir na sua obstinação” e prosseguir “na execução da Lei”<sup>42</sup>.

Nesse momento, Bandeira passa a escrever, não por acaso, excertos com reflexões acerca da história eclesiástica, das atribuições do clero e acerca da aplicação da Justiça. Ao sabor dos acontecimentos, como a negativa do Bispo em obedecer aos provimentos e ordens da Câmara, da Ouvidoria e do Governador em 1787, Bandeira escreve ao Reino longos ofícios que, antes e ao mesmo tempo de apresentar as suas queixas, constroem ilações acerca do tema<sup>43</sup>. Para ele, o sacerdócio, impregnado de ambição, que “pelo decurso dos séculos tem invadido as liberdades de toda a Europa” tentava usurpar poderes que estavam sob a órbita civil; estavam assentados em demasiado poder, dizia Bandeira, e faziam “degenerar a sociedade em monstros de duas cabeças”<sup>44</sup>. O olhar histórico do Magistrado faz-se pelo declarado apelo de “uma veneração supersticiosa” da qual eram os ministros religiosos objeto desde a invasão dos “Bárbaros” ao Império Romano.

O discurso de Bandeira que, ao passar pelos bispos da França, vassalos, segundo ele, em tempos de Carlos Martel (686-741), assenta em documentos publicados pelo sacerdote

---

<sup>41</sup> Em fevereiro a Mesa do Desembargo recebe uma carta e um ofício, do Bispo e do Ouvidor respetivamente, encaminhadas da Secretaria Ultramarina, para que dessem parecer. Em agosto, dá-se o mesmo movimento em torno de uma carta que fora enviada por Bandeira a reclamar das atitudes do Bispo. AHU\_MA, D. 5960; AHU\_MA, D. 6022.

<sup>42</sup> AVISO de 30 de outubro de 1787 e AVISO de 29 de outubro de 1787 in FRANCISCO DE PAULA, Dom. *Op cit*, p.476-477;

<sup>43</sup> AHU\_MA, D. 5936.

<sup>44</sup> AHU\_MA, D. 5963.

nascido em Modena, Ludovico António Muratori (1652-1750), para justificar que entre os séculos IX e X as causas eclesiásticas eram resolvidas pelos magistrados políticos<sup>45</sup>; logo depois recorre à *Historia Ecclesiastica* (1691) do galicano Abade Claude Fleury (1640-1723)<sup>46</sup> e ao livro que valeu a Pietro Giannone (1676-1748) a excomunhão, *Historia Civil de Nápoles* (1723)<sup>47</sup>. A acidez do Magistrado está diretamente relacionada com o movimento de secularização que percorria os ânimos intelectuais da época que o fizeram destilar diretas menções contra os sacerdotes das “pseudoreligioens”, ao seguir as obras de William Warburton (1698 – 1779) - segundo Voltaire, “el comentador de Shakespeare”<sup>48</sup>-, e do Barão de Santa Cruz, autor de *Mémoires pour servir à l'histoire de la religion secrète des anciens peuples* (1789)<sup>49</sup>.

O Magistrado recorre, também, ao Alvará de outubro de 1786, no qual a Rainha determina, em resposta aos muitos conflitos concomitantes a acontecerem nas colónias entre bispos e governadores, a subordinação daqueles a estes. Diz o Alvará que “se tem visto, com injúria das Luzes do presente Século, crescerem todos os dias mais e mais as desordens, e os excessos” dos Bispos, párocos, curas e demais autoridades eclesiásticas e determina que “não

<sup>45</sup> Em nota lateral parece citar, abreviadamente, o *Antiquitates Italicae medii aevii*, obra de Muratori com primeira edição de 1738. António Alberto de Andrade (1966, p.88), repetido por Keneth Maxell (1995, p.12) diz ser Luís de António Verney (1713-1792), amigo de Muratori e junto com ele membro da *Roman Arcadia*, academia literária fundada em Roma em 1690. A penetração de Muratori em Portugal deve-se, entre outros aspectos ainda a serem levantados, ao enciclopedismo do autor, então em voga na Europa, e sua conciliação e adequação de certo secularismo setecentista às suas reflexões.

<sup>46</sup> Trata-se da edição portuguesa de *Histoire Ecclésiastique, précédée du Discours sur cette histoire*, Paris, 1691-1720, em 20 volumes; em Portugal foi impressa *Discursos sobre a história eclesiastica*, Lisboa, 1773. A dimensão e divulgação da obra de Fleury está alocada num movimento percebido e interpretado como uma direta influência do pensamento religioso francês sobre Portugal o que motivará, segundo Júlio Caio Velloso (1999, p. LI) a Igreja na divulgação de obras religiosas tão intensamente como literaturas heréticas. No entanto, a vasta obra de Fleury não se restringia a questões de foro religioso, tendo versado, inclusive, sobre temas pedagógicos. Em Portugal, o seu *Traité du choix et de la Méthode des études* (Paris, 1686), é apontado por António Manuel Banha de Andrade (1981, p.02) como umas das que influenciaram as bases da Reforma Pombalina dos estudos secundários, o que transparece na lei de 28 de junho de 1759, definidora desse processo. ANDRADE, António Manuel Banha de. *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771)*. Contribuição para a História da Pedagogia em Portugal. Coimbra: Coimbra Editora, 1981; VELLOSO, Júlio Caio. Introdução in *Catálogo das Obras Impressas no Século XVIII*. A Coleção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secretaria-geral, Arquivo Histórico: Lisboa, 1999.

<sup>47</sup> FOGEL, Michèle, LEMARCHAND Guy, SOBOUL, Albert. *El siglo de las Luces*. Madrid: Ediciones Akal, 1993, p.475.

<sup>48</sup> Voltaire. *La filosofía de la Historia*, p.123-124. Arthur Sherbo (1952) já chamava a atenção, ainda nos anos 1950, para o crescente interesse na época pelas obras e edições realizadas por Warburton, principalmente pelas obras dramáticas de *Shakespeare* de 1745, em 8 volumes, reeditada várias vezes; não por acaso, creio que esse interesse se inscreve num movimento múltiplo geograficamente (da Europa a América) de investigações dos intelectuais setecentistas, inscritos ou não num Iluminismo por ser definido. Conhecido pelas controvérsias e polémicas, ficou conhecido pelo The Divine Legation of Moses (1738-41), comentado por Voltaire. SHERBO, Arthur. Warburton and the 1745 "Shakespeare". *The Journal of English and Germanic Philology* .Vol. 51, n. 1, Jan., 1952, pp. 71-82.

<sup>49</sup> Bandeira diz tratar-se de uma edição publicada em Paris em 1789, por Guillaume Emmanuel J. Guilhem de Clermont-Lodève, baron de Sainte-Croix.

têm Privilégio algum”. Bandeira diz, sobre as sentenças, que as “desejaria ver escritas em Letras de Ouro”.

O uso pelo Bispo, naqueles anos, da sua habilidade com versos satíricos já tinha sido registado em alguns momentos. Pádua, como forma de ridicularizar os desafetos e combater-lhes os ânimos, compunha versos a satirizar as figuras públicas. Bandeira, em ofício onde caracteriza o Bispo com adjetivos como “rebelde, detestável, vilipendiador da honra e do carácter, portador de um espírito de sublevação, que introduz proposições abomináveis”, reclama de ser alvo direto do religioso, sendo que “o vilipendio pessoal com que me ultraja” era por isso um “costume habitual praticado por este rebelde todos os dias e todos os instantes”<sup>50</sup>. César Marques cita um desses versos que teria sido direccionado a Bandeira e que, como era praxe, ridicularizava o facto de, nas ruas de São Luís, o Magistrado ser visto a andar de cabeça baixa e a segurar o chapéu com as duas mãos nas costas. Pádua, ao ver isso, versejava: “Manoel, minha canceira, / Um pouco estás emendado,/ Já trazes o penteado/ Pouco acima da moleira./ Mas ainda tens uma asneira,/ E asneira do diabo!/ Ella de ti dará cabo,/ Se a não deixas de repente./ Será pois acção de gente/ Trazer o chapéu no rabo?”<sup>51</sup>.

A tentativa de assassinato do Juiz de Fora António Pereira dos Santos em outubro de 1787 reanima os ânimos na Capitania, até então tranquilos devido ao entendimento entre o Governador e o Bispo<sup>52</sup>. Bandeira dizia não entender essa aproximação entre os dois e, ao narrar a tentativa de assassinato do Juiz de Fora, diz portar-se “com silêncio” diante da providência de Telles. Eram antigos os desentendimentos entre o Bispo e o Juiz de Fora; desde a sua chegada, o Juiz passou a ser acusado de reduzir “o carácter episcopal” do religioso e atacar a sua honra<sup>53</sup>. Desde então escreveu várias vezes ao Reino, reclamando da interferência do Bispo, com semelhantes argumentos utilizados por Bandeira. Ao narrar o ataque, o próprio António Pereira dos Santos diz ter sido motivado pelos seus procedimentos como juiz e, indiretamente, faz recair sobre o Bispo suspeitas sobre o atentado<sup>54</sup>. Ao fazer isso, reclama, como faz Bandeira,

---

<sup>50</sup> AHU\_MA, D. 5890.

<sup>51</sup> MARQUES, César (1870). *Op. cit.*, p.72. Marques diz ter sido o verso preservado por Luís António Vieira da Silva (1828-1889), neto de Raimundo José de Sousa Gaioso, de quem trato no capítulo 2 - importante político e notável intelectual, que governou as Províncias do Maranhão e Piauí no Império, tendo sido senador até o final da vida. Autor de *História interna do Direito Romano* (1854) e do importante *História da independência da província do Maranhão* (1862), referência de indiscutível importância nos estudos sobre o período.

<sup>52</sup> A aproximação entre os dois havia-se dado nos meses que antecederam a tentativa de assassinato do Juiz de Fora e fora relatada pelo próprio Governador Telles, dizendo que iria “aceitar a conciliação que o Bispo me propôs”; AHU\_MA, D. 6064.

<sup>53</sup> AHU\_MA, D. 5769.

<sup>54</sup> AHU\_MA, D. 6055.

do Governador que havia passado a andar publicamente com o Religioso. Este havia mandando fazer uma devassa, ainda em outubro, para se levantar os culpados, ao que parece sem êxito<sup>55</sup>.

Havia desentendimentos também entre Bandeira e o Governador da Capitania<sup>56</sup>. O Magistrado reclamava da interferência daquele em áreas que seriam de sua jurisdição. Os desentendimentos foram mais intensos com o novo governador da Capitania, Fernando Pereira Leite de Foios (1787-1792), que substituiu José Telles da Silva, em 1787. Esse último, meses depois de deixar o Maranhão, sob elogios do Ouvidor, escreve a memória *Estado da capitania do Maranhão no anno de 1788* dando conta da sua administração<sup>57</sup>. Curiosamente, não cita diretamente os desentendimentos com o Bispo, mas deixa em todo o texto pistas do seu posicionamento que pode ser lido pelas mesmas linhas dos escritos de Bandeira, o que os aproxima mais que politicamente no campo e nos movimentos que lhes eram comuns.

O sucessor de Telles, Fernando Pereira Leite de Foios, chegou ao Maranhão e toma posse ainda com o Bispo demonstrando a sua “violência”, mesmo que estivesse cumprindo, a partir de agora, as cartas Rogatórias<sup>58</sup>. A atuação do novo Governador não será, aos olhos de Bandeira, das melhores e não poupará críticas aos excessos que comete. Acusado de prepotência e despotismo, Foios defender-se-á acusando, ao mesmo tempo, a incompetência dos burocratas e a ausência de informações<sup>59</sup>. O combate ao contrabando<sup>60</sup>, a usura e a violência

---

<sup>55</sup> D. Fernando de Paula (1922, p.150) sugere que os dois capangas que atentaram contra a vida do Juiz de fora seriam guardas que compunham a segurança do Governador, que então se tinha dado amistosamente com o Bispo; no entanto, não encontrei referências documentais acerca disso e a latente parcialidade do autor a favor do Bispo faz-me questionar a informação; AHU\_MA, D. 6059.

<sup>56</sup> E não era o único; o Juiz de Fora e Órfãos da época, António Pereira dos Santos, escreve em setembro de 1788 reclamando dos assuntos de sua competência; AHU\_MA, D. 6238. Essas interferências eram, em muitos casos, resultado da confusão nas sucessivas legislações que se sobrepunham e que não definiam com clareza as margens de atuação de cada cargo, ou mesmo interferências desdobradas de conflitos de poder e hierarquias.

<sup>57</sup> Na *Memoria...*, Telles, ao fazer um passeio histórico sobre o descobrimento e colonização da Capitania, faz referência, ainda nos primeiros anos após a expulsão dos franceses, ao poder da Igreja nesses empreendimentos que “influa[am] mais nessas Conquistas da América do que a Política” que se preocupavam mais em “catequizar os Bárbaros do seo Sertão do que enformar estabelecimentos bem organizados, que fossem úteis”; para ele somente após o início de um “Ministerio mais iluminado” é que a Colónia passou a ter um “Edifício da prosperidade a que tem chegado, e que é suceptível ainda de hum dobrado augmento”. Essa prosperidade só veio, segundo ele, com a Cia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão que, mesmo tendo possibilitado o aumento da produção da Capitania e uma maior circulação de Navios no Porto de São Luís deveria mesmo ter sido extinta a tempo. Diz ele que eram um ou dois por ano, antes da Companhia e que ainda tinham de ir ao Pará para completarem as suas cargas, passaram a mais de 20 quando a empresa pombalina iniciou atividades. Esse facto é facilmente detetável pela documentação do AHU. BN. Manuscritos Rolo: MS 554 (7). I 29,19,58, Doc. 58, 1788.

<sup>58</sup> Nomeado em julho 1786 para servir três anos, governou, no entanto, até 1792. AHU\_MA, D. 5891.

<sup>59</sup> AHU\_MA, D. 6193.

<sup>60</sup> O maior no controlo no movimento alfandegário estava relacionado com um aviso expedido em 1799, e novamente em 1800, pelo ministro de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, orientando para que os oficiais das Alfândegas dos portos tivessem “toda a vigilância e severidade” na deteção desses delitos; AHU\_MA, D.9.193. Em relação ao combate de Foios aos comissários volantes, essa determinação vem desde tempos de Pombal que, em Alvará com força de lei de 6 de Dezembro de 1755, determinava a proibição desses comissários em embarcações que fossem ao Brasil. Todavia, essa proibição não se conectou com a dinâmica do comércio

contra os índios, na esteira de determinações vindas do Reino, colocam Foios na mira do Magistrado, que o acusa de ir “além dos limites do justo”<sup>61</sup>; como se tornou usual, faz um discurso naturalmente imbuído de um sentido progressivo da História, lançando mão dos factos históricos encadeados numa razão lógica, teleológica, o que é típico dos movimentos setecentistas de reflexão de uma “filosofia da História”, como se demonstrará mais claramente com os autores e obras que cita o Magistrado.

Enquanto isso, o Bispo Pádua, após desentendimentos com padres locais e mais recusas diante das autoridades da Junta, resolve fazer uma série de visitas nas paróquias, em Alcântara e Guimarães. Em visita a este último local, ter-se-ia desentendido com o vigário local, tendo mandado fazer uma devassa nas suas posses<sup>62</sup>. Segundo denúncias de Bandeira, angariou desafetos na sua estadia pelo seu comportamento e pelas suas “injustas condenações”<sup>63</sup>. Durante essa visita, em maio, ou mesmo antes, o Bispo decide retirar-se para o Pará, via Turiaçu, e de lá para Lisboa, não retornando a São Luís<sup>64</sup>. Sobre isso, escreve justificando-se para a Rainha que “problemas de vista”, impossibilitando-o de ler e escrever, pelos quais teria sido acometido, o teriam obrigado a deixar a sua diocese; não possuindo o Maranhão “professor que pudesse fiar um curativo de moléstia tão grave” iria para o Reino e a sua ausência não poderia desdobrar-se na perda da sua residência episcopal, citando os variados códigos da Igreja Romana para tal ato. Ao contrário do desejo do Religioso, Bandeira pede a retirada de sua residência declarando vago o comando da diocese, o que será confirmado pelos próprios ex-subordinados de Pádua na Diocese. Ao chegar a Lisboa, o Bispo teria sido recebido friamente pela Rainha, diante das notícias de seu comportamento, de não ter comparecido às exéquias de D. José meses antes, facto relatado por Bandeira em ofício.

### **1.1 Economia política de Bandeira: os saberes**

Na breve nota biobibliográfica que Jorge Borges de Macedo (2006) dedica a Bandeira, diz ele que o magistrado é um típico personagem que encarnava, como muitos da sua geração, a “ideologia da conciliação” entre o absolutismo e as doutrinas reformadoras, característica de

---

ultramarino, tanto pela importância dos pequenos mercadores para Praça de Comércio de Lisboa quanto pelo alcance desses negociantes de “panos e retalhos”. PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Dissertação de doutorado em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa, 1995.1992, p. 432.

<sup>61</sup> AHU\_MA, D. 6249.

<sup>62</sup> AHU\_MA, D. 6348.

<sup>63</sup> AHU\_MA, D. 6304.

<sup>64</sup> AHU\_MA, D. 6073.



um larga parcela letrada e culta da sociedade portuguesa do final do Setecentos<sup>65</sup>. Essa categorização talvez não consiga relacionar-se com a elasticidade de ambiguidades percebidas nos escritos de Bandeira e nem mesmo de toda a sua geração. Entre uma determinação consensual de que Silva Lisboa (1756-1835) e José Acúrcio das Neves (1766-1834) representariam o ponto alto de modernização “liberal” no campo bibliográfico português, posso identificar um sem número de outros “economistas políticos”. Os mesmos seguiam ainda na esteira de um mercantilismo de compromisso, nas suas mais diversas vertentes, ou até incorporavam uma literatura liberal ainda interpretada à revelia dos espaços onde circulavam<sup>66</sup>.

No meio dessas discussões, não foram poucas as vezes que Bandeira lançou mão de um amplo material bibliográfico e reflexões pontuais acerca da economia política da Capitania. De maneira mais intensa depois da fuga do Bispo Pádua para Lisboa e do fim do seu período como Ouvidor, passando a trabalhar como “voluntário”, parece ter cumprido a sua determinação de passar a dedicar-se à “Historia natural do Paiz” e àquela que deveria ser a “única preocupação do magistrado: a economia política”. Discorre sobre muitos elementos ao utilizar autores e obras típicos do ambiente bibliográfico da época, alguns demasiado “ultrapassados”, como ele mesmo se desculpa, sempre procurando adequações e justificando as suas palavras com citações de muitos estrangeiros. De maneira geral, as memórias que Bandeira escreve, sempre em correspondência com o Reino, não possuem as mesmas dimensões que o estilo da época, de um encadeamento contínuo das premissas, divididas em capítulos ou parágrafos. Não tinha tampouco o objetivo de as publicar, pelo menos, pelo que possa eu identificar; o Magistrado servia-se da correspondência, do ofício, do ensaísmo como meio de trabalho e reflexão.

Sendo assim, o seu modo de pensar a História, especialmente grandes eventos contemporâneos, a economia política da Capitania, principalmente pela via propositiva que denuncia o acesso privilegiado a informações, e temas ontológicos e indigenistas pode ser lido por uma expressão de uma simbiose de concepções de filosofias, sem uma sistematização ou disciplina perceptível. Longe de ser totalmente esquecido ou totalmente estudado, aspecto passível de problematização retórica, a figura do Magistrado será questionada como expressão

---

<sup>65</sup> MACEDO, Jorge Borges de. BANDEIRA, Manuel António Leitão in SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2006, Tomo I, p.289.

<sup>66</sup> Esse processo é deveras lento e não acompanha somente uma geração. António Almodôvar (1995, p.332-343) já demonstrou que a institucionalização da Economia política clássica em Portugal e, por consequência, nas colónias, se deu sem um perspectiva disciplinada e, por vezes, por figuras com pouca expressão; o movimento regenerador do Porto (1820) não é um marco revolucionário, sendo que, segundo ele, apenas entre 1836-1850 é que se verificou uma institucionalização mais disciplinada. ALMODÓVAR, António. *A institucionalização da economia política clássica em Portugal*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1995, *passim*.

de uma intelectualidade que cumpriu funções hierárquicas de segundo escalão e que manifestava, no caso de um erudito de “alto nível”, um refinado conjunto bibliográfico sem que isso fosse tomado como critério de definição de originalidade.

A busca por um espaço de manobra para operar um circuito de respostas e de debates do Magistrado era, como de outros de mesma ou maior envergadura, tão limitado como aquele exposto pelos modos de difusão impressa e manuscrita do academicismo e enciclopedismo tardio em Portugal. Exemplos de contemporâneos seus não faltam, como no caso de João Nepomuceno Pereira da Fonseca que, em Portugal entre 1782 e 1783, envia memórias a diversos destinatários a tratar dos problemas da agricultura no Alentejo e, ao que parece, obteve pouca atenção<sup>67</sup>. Rodrigo de Sousa Coutinho, em longa missão diplomática em Turim, também mandará diversas memórias e descrições arbitristas para o Reino; em 1794 envia um levantamento do funcionamento das Finanças dos Estados Sardos e aproveita, provavelmente face a outros escritos sem resposta, para dizer “que algumas vezes me fere os olhos que no número de tantos trabalhos dirigidos para o Real Serviço (...) nenhum deles merecesse em Portugal a atenção”<sup>68</sup>. Outros houve, também afeitos ao círculo dos mandatários, que tinham mais respaldo, como Domenico Vandelli, que em 1799, segundo relato seu, teria aumentado a força da pólvora através de um experimento; ao levar a notícia ao ministro Martinho de Melo e Castro, teria recebido a ordem de repetir a experiência, dessa vez na presença do ministro<sup>69</sup>.

Nesse sentido, na busca de um campo de originalidades ou de expressões pessoais, tomar a Academia de Ciências de Lisboa como espaço privilegiado do estabelecimento de diálogo entre a intelectualidade e o poder - e não como espaço de barganhas assim parcialmente caracterizado por Rui Santos (1992) dada a relação, tida como “estatuída corporativamente”, entre a produção intelectual e o poder político - pode ser desajustado pelo facto de Bandeira não constar nem mesmo entre os seus correspondentes<sup>70</sup>. De início, como destaco a seguir, Bandeira não se inseria de todo, pelo menos coerentemente, no bojo eminentemente antimercantilista dos académicos o que, de antemão, pode justificar a sua predileção pela

<sup>67</sup> SANTOS, Rui (1992). *Op. Cit*, loc.cit.

<sup>68</sup> COUTINHO, Rodrigo de Sousa. Observações relativas às finanças dos Estados Sardos em 1794, Ofício nº7, 15 de janeiro de 1794, §5 in *Textos políticos, económicos e financeiros, 1783-1811*. Lisboa: Banco de Portugal, 1994, tomo I, p.239-240.

<sup>69</sup> BRACL. Domingos Vandelli. *Annuncio, que tenho a honra de dar a esta Illustre, e Sabia Academia da Experiencia, que fiz sobre o novo invento de augmentar a força da polvora, em que me mostrou poder alojar a balla quaze a quarta parte mais longe*. S.l., s.d., - Fls. 82-87.

<sup>70</sup> SANTOS, Rui. “Do mito à doutrina: imagens do Alentejo no memorialismo de fins do século XVIII” in ALMODÓVAR, António; CARDOSO, José Luís (eds.). *Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico*. Lisboa, CISEP, 1992, p.206-207

interlocução direta com os membros do alto escalão do Estado. No entanto, o Ouvidor não escapou aos imbróglis da falta de interlocução, tendo reclamado, numa memória com reflexões “histórico-filosóficas acerca das Monarquias” que “até o presente momento não tenho sido pessoalmente ouvido na minha causa, porém nos meus sacrifícios vivo na persuasão”<sup>71</sup>. O que estava em jogo, porém, além da falta de interesse que o limitado círculo de leitores poderia ter nesses escritos, era a empiria sugestiva dos manuscritos que, de modo geral, estavam mais ligados a um arbitramento com propostas de solução de problemas do que a elaborações teóricas completas.

O sentido dos escritos de Bandeira, se postos em linearidade cronológica, eram colocados também como método para justificar as suas ações e, durante todas as etapas que ele percorre, usa as ideias como ferramenta de trabalho. E não era o único, decerto, pois todo um conjunto de burocratas portugueses nesse mesmo período se servia do mesmo artifício, ao estabelecer diálogos com autoridades metropolitanas, muitas vezes com maior atividade de interlocução solitária, com poucas respostas. Colin MacLachlan (1979) ao questionar-se sobre o impacto do Iluminismo nas instituições no Maranhão, principalmente diante do escravismo, diz que esse conjunto de intelectuais iluminados, *enlightened intellectuals*, se manteve ativo, como no caso de Bandeira que ele cita como caso particular face ao grande número de ensaios escritos pelo Ouvidor<sup>72</sup>.

Um dos temas mais abordados por ele e pela sua geração estará na órbita do agrarismo setecentista e da centralidade da agricultura, com elementos fisiocráticos que ele mesmo nomina como tal. Essa dimensão, ainda assim, longe está de ser homogênea ou mesmo com estruturas internas de coerência. Se em Vitorino Magalhães Godinho (1971) e Armando Castro (1971), antecidos de longe pelos clássicos do pensamento económico português, toda essa geração pode ser simplesmente alcunhada de fisiocrática pela simples menção ou predileção por elementos “agrícolas”, faltavam-lhes, por certo, olhares fora do circuito da Academia de Ciências de Lisboa e, mesmo dentro desse grupo memorialista, já não haverá certa exatidão de análise<sup>73</sup>. Ora, a própria fisiocracia como sistema de saberes económico não pode ser

---

<sup>71</sup> AHU\_MA, D. 9673.

<sup>72</sup> MACLACHLAN, Colin M. Slavery, Ideology, and Institutional Change: The Impact of the Enlightenment on Slavery in Late Eighteenth-Century Maranhao. *Journal of Latin American Studies*, Vol. 11, No. 1, Maio, 1979, p. 1-17.

<sup>73</sup> CASTRO, Armando. A modernidade doutrinal possível entre 1785 e 1825 in *O pensamento económico no Portugal Moderno*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1980, p. 25-64; GODINHO, Vitorino Magalhães. *Economia Agrícola e mercantil frente à Revolução Industrial* in *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1971, p.117-140.

simplificada ou reduzida ao essencial em leituras, nesse caso, com interesses específicos. A crítica a essa noção, cristalizada desde os trabalhos de Moses Bensabat Amzalak (1892-1978) - ecoados até aos trabalhos de Armando Castro (1980) – e que, mesmo destacando os problemas inerentes a esta tese já cristalizada, não romperia com ela pela facilidade instrumental de usá-la, só foi colocada significativamente em análise recondutora nos trabalhos de José Esteves Pereira (1989), José Luís Cardoso (1989), Rui Santos (1992;1993) e Jorge Pedreira (1995)<sup>74</sup>.

Mais recentemente António Almodôvar (1995), ao refazer o mesmo caminho dos já citados que o precederam e ao apontar as indefinições nos enquadramentos conceituais, propõe a partir de uma perspectiva desconstrutivista não enquadrar, por exemplo, as memórias da Academia de Ciências de Lisboa como económicas, mas sim como economicistas ou memórias que tratam de temas económicos sem o serem como tal. Essa perspectiva, a meu ver, não supera o problema; gera, porém, outro relacionado com a forma de pensar tanto a noção de Economia, muito ainda arraigada à construção Oitocentista liberal, no sentido da crítica polanyiana da construção social da Economia<sup>75</sup>. De uma certa forma, a crítica do autor pela ausência de construção sistemática de discussões económicas com a natureza da que a Economia política clássica havia já pressuposto, como pelos desdobramentos da obra de Adam Smith, acaba por se esvaziar pela sua busca por “origens” ou “raízes” que como marco definidor seria a obra de Rodrigues de Brito e a sua interlocução com Silva Lisboa. Por mais que o autor leve em conta que a própria Economia política como disciplina não tivesse contornos definidos naqueles momentos, o que pressupõe até mesmo fronteiras entre uma dimensão e outra, entende que a fisiocracia só teria uma discussão sólida com a obra de Brito, *Memórias políticas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações, e principalmente de Portugal* (1803)

A operacionalidade dessas interpretações escapa, por vezes, aos padrões individuais, como no caso de Bandeira e suas posições “fisiocráticas”. De todo um conjunto de autores, do empirismo de Hume ao idealismo romântico de Rousseau, a agricultura é por Bandeira colocada no centro de um projeto colonial de racionalização da produção<sup>76</sup>. Sem embargo, mesmo que

<sup>74</sup> Esse último, resgatando a metáfora delineadora que marca a crítica, de uma historiografia económica que tomou de forma equivocada por “fisiocrática” toda a menção agrarista, a *nuvem por Juno* de Cardoso (1980), a partir de um roteiro bibliográfico do tema sugere ultrapassar o imbróglio com a introdução de novas categorias de análise, como o arbitrista ibérico ou os Iluminismos, como meio de melhor explorar os variados sentidos dos discursos económicos. SANTOS, Rui. A nuvem por Juno? O tema da fisiocracia na historiografia do pensamento económico português. *Análise Social*. Quarta Série, Vol. 28, No. 121, 1993, p. 423-443.

<sup>75</sup> POLANYI, Karl. The economy as Instituted process in GRANOVETTER, Mark; SWEDBERG, Richard. *The sociology of economic life*. Boulder, Oxford, San Francisco: Westview Press, 1992; POLANYI, Karl *A ilusão da economia*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, Livros Plural, 1999.

<sup>76</sup> As citações de Bandeira também incorporam Montesquieu em seu *L'Esprit des lois* (1748), com duas referências e citações dos originais; Rousseau, *Julie, ou la nouvelle Héloïse* (1761) ; Louis François Henri de Menon, Marquês

ele se refira a “liberdade”, seja no aspeto produtivo, das “artes” e do comércio, essa dimensão não parece reverberar para o campo político, como é fácil perceber. Após dizer, curiosamente, que o Ministro Martinho de Melo e Castro elevava “o comércio a negócio de Estado [nos asseguraria] a continuação dos direitos da Liberdade”, faz uma nota lateral a essa sentença minimizando os efeitos de se falar em liberdade para o Reino, alertando que não se deveria tomar a palavra pelos abusos “que se pode fazer dela”.

A inexatidão do que quer dizer, para o Magistrado, “liberdade” é apenas um destaque dentro de um conjunto ambíguo e contraditório na exposição das ideias. Ao tratar, por exemplo, da produção excessiva de arroz - um dos principais géneros de exportação do Maranhão e em crescente expressividade - e do seu baixo preço, volta a falar em liberdade, mas dessa vez abordada pelo seu aspecto produtivo apenas<sup>77</sup>. Esse raciocínio fora resgatado do inglês Arthur Young (1741-1820), e da sua *Political Arithmetic* (1774), que Bandeira cita para justificar o aumento da produção para a queda dos preços<sup>78</sup>. E não citará o economista e ensaísta inglês apenas uma vez. No seguimento da sua correspondência, escreverá longos parágrafos com excertos das obras de Young, resgatando-o quando fala do ambiente agrário, dos “lavradores” e das sesmarias<sup>79</sup>. Ao abordar o cultivo das terras e a propriedade, o Magistrado, postula a necessidade do cultivo das terras “incultas” e da necessidade de maior rigor nas demarcações das sesmarias, facto que outros já haviam levantado antes e depois dele<sup>80</sup>.

A contradição da defesa do retorno dos monopólios é constantemente posta ao mesmo tempo da defesa da liberdade do comércio. Considera o comércio da Ásia central para os ganhos da Coroa e, para isso, essa deveria voltar-se para a instituição de Companhias monopolistas. Para a América parece que não comungava da mesma ideia, já que em muitos momentos

---

de Turbilly, e o seu *Mémoire sur les défrichements* (1762); *Théorie du luxe...* (1771) de Georges-Marie Butel-Dumont; de Quesnay usa excertos do *Maximes générales du gouvernement économique d'un royaume agricole* (1758) e David Hume, *Essays and Treaties on Several Subjects* (1758).

<sup>77</sup> AHU\_MA, D. 6021.

<sup>78</sup> Os argumentos de Young incidem, Segundo Vivienne Brown (p.107-108), num tom propagandístico da agricultura e dos meios de aumentar sua eficiência, ainda com uma valorização do comércio externo como determinante das dinâmicas internas e tendo como centro dinamizador e propulsor desses projetos o “legislator/stateman”. Young ficou conhecido pelos inúmeros trabalhos sobre Agricultura, Economia e Finanças, como o seu *A Course of Experimental Agriculture* (1770) e *Travels During the Years 1787, 1788 and 1789, Undertaken More Particularly with a View of Ascertaining the Cultivation, Resource and National Prosperity, of the Kingdom of France* (1792).

<sup>79</sup> AHU\_MA, D. 6378.

<sup>80</sup> Tanto José Telles na *Memória sobre o estado da Capitania...* (1788) já citada, quanto Raimundo Gaioso no seu *Compêndio Histórico-Político dos princípios da lavoura...* (1818) e Joaquim José Sabino na sua *Memória Política econômica sobre o Maranhão* (1799) reclamam da falta de critérios ou de informações que delimitem as propriedades dos “lavradores”; mais tarde, Bandeira entrará em conflito com outros sesmeiros justamente por este aspecto. Cita o grego Dio Chrysostom (40 d.C-110 d.C), de Prusa, “Cultivar as terras incultas é ato aprovado pela natureza”.

defende a importância da ausência de monopólios para os comerciantes e lavradores. A geografia difusa e seletiva das proposições do magistrado português está relacionada, como destaque posteriormente, com autores com quem dialoga, pois estão quase na sua totalidade inseridos ainda num sistema mercantil de administração dos Impérios no qual todo o conjunto de esforços do Estado, como os usos da marinha e dos grupos mercantis, deveriam ser direcionados ao comércio, daí as diversas propostas de Bandeira de se diminuir os clérigos e militares para dar mais braços à produção voltada ao comércio<sup>81</sup>.

Não por acaso, elogia a obra do inglês Josiah Child (1630-1699) que segundo ele é o mais sábio “nessas ciências” das Companhias Monopolistas, mesmo que seja já muito antigo, e cita a sua obra *Brief Observations Concerning Trade and the Interest of Money* (1668). Josiah, antigo diretor da *East India Company*, a qual tinha transformado numa quase empresa privada de seu uso, defende uma política intermediária entre o mercantilismo e a liberdade do câmbio<sup>82</sup>; o capítulo III daquela obra, que Bandeira destaca, trata de justificativas ou cenários onde Child considera a necessidade da existência de Companhias, como colônias que exigem a manutenção de fortes e homens<sup>83</sup>. As companhias seriam, nas palavras de Bandeira, “superior [es] à igualdade de um concorrência fraternal” e cita *Nature and cause of wealthy of nations* (1776) de Smith sem, no entanto, aprofundar nenhuma apreciação da obra<sup>84</sup>.

O resgate que faz o magistrado dessa temática é feito por meio de uma série de citações de outros Estados europeus que desde o início do Setecentos instituíram empresas para o comércio com a Ásia. Essa fórmula não lhe será exclusiva e está relacionada com uma outra forma de pensar a História, nesse caso como ferramenta de encadeamento lógico dos acontecimentos, teleologicamente pensados, agora rumo ao “progresso”. Os contemporâneos de Bandeira - veja-se Domenico Vandelli (1735-1816) como exemplo máximo de produtividade de discursos e memórias - sempre recorrerão às obras de História com o olhar

---

<sup>81</sup> D. C. Coleman. Mercantilism Revisited. *The Historical Journal*, Vol. 23, No. 4, Dez. 1980, p. 773-791.

<sup>82</sup> SLACK, Paul. *The Invention of Improvement*. Information and Material Progress in Seventeenth-Century England. Oxford: University Press, 2015, p.132.

<sup>83</sup> CHILD, Josiah (1698). *A new discourse of trade: wherein are recommended several weighty points relating to companies of merchants, the Act of navigation, naturalization of strangers and our woollen manufactures, the balance of trade, and nature of plantations, with their consequences, in relation to the Kingdom, are seriously discussed ... to which is added, a short, but most excellent treatise of interest*. London: Printed for J. Hodges, 1698, p.110-113.

<sup>84</sup> AHU\_MA, D. 6524.

inquisidor de quem busca justificar a todo o custo proposições cheias de empiria e nem tanto de um conjunto teórico largo<sup>85</sup>.

Dos escritos do Magistrado, colocados à prova da maioria das memórias temáticas dos escritos de seus contemporâneos, posso abstrair alguns posicionamentos, em direção contrária e no sentido de alguns, sem repentes idiossincráticos originais. Entre os mais estudados do período, como Rodrigues de Brito, Silva Lisboa, Domenico Vandelli e Rodrigo de Sousa Coutinho, parece Bandeira estar muito mais próximo do primeiro, ainda que a sua dimensão eclética me possa aproximá-lo de todos, sem exceção, tendo poucos elementos do antimercantilismo da Academia de Ciências de Lisboa, com exceção de Vandelli.

A predileção de Vandelli pela Agricultura, por exemplo, é um ponto de aproximação com Bandeira<sup>86</sup>. Os dois fazem uma louvação à necessidade de fomento da agricultura e de uma maior liberdade na circulação interna e externa de mercadorias, o que é notável nos escritos de ambos, no entanto, o modo de se operar essa “liberalização” dar-se-ia de modo diferente. Bandeira defende abertamente, como já esbocei, a necessidade do aumento dos preços dos géneros de primeira necessidade para a especialização da concorrência e, por consequência, crescimento das rendas dos “lavradores” o que os faria, nesse sentido, ter mais interesse no cultivo das terras “incultas”. Vandelli patina na direção contrária, defendendo o decréscimo dos preços para aumentar a procura pelos géneros, aliado à diminuição de impostos e à elaboração de novo conjunto legal bem como a aplicação eficiente dos já existentes.

As arestas entre os dois são, apesar disso, resultado tanto das incoerências internas dos escritos como das aparentes contradições. Vandelli é declaradamente antimonopolista e antiexclusivista, estando, portanto, em oposição à ideia tão defendida de Bandeira do retorno das Companhias Monopolistas. Se o Magistrado, para pôr cobro ao contrabando, defende, como Rodrigo de Sousa Coutinho, maior controlo das Alfândegas, Vandelli critica os impedimentos de circulação causadas por elas, pelas suas altas taxas, defendendo liberdade ampla para o comércio<sup>87</sup>. Essa liberdade não se concatenava aos preceitos smithianos, defendidos por Silva

---

<sup>85</sup> Resgato essa noção de José Luís Cardoso (1989) que ao analisar o conjunto de obras da Academia, em particular as de Vandelli que não foram publicadas, identifica certo tom avesso de escape às discussões teóricas mais aprofundadas, o que pode denunciar tanto falta de profundidade teórica ou mesmo opção metodológica, para dar um maior tom propositivo às memórias. CARDOSO, Luís Cardoso. *Op. Cit, passim*.

<sup>86</sup> O panorama de José Luís Cardoso (1980) sobre Vandelli, que inclui memórias não publicadas, além dos textos impressos nas obras são a primeira referência para as linhas gerais que uso nesses embates. CARDOSO, Luís Cardoso. *Op. Cit*, p. 57-79; VANDELLI, Domingos. *Aritmética Política, Economia e Finanças*. Lisboa: Banco de Portugal, 1994, (Série Obras Clássicas do Pensamento Económico).

<sup>87</sup> A queda da extração do ouro e o progressivo desinteresse dos ingleses pelo mercado brasileiro são, de acordo com Jorge Pedreira (2014), catalisadores do processo de controlo fiscal que punha nas Alfândegas uma opção

Lisboa, de trabalho livre: Bandeira e Vandelli julgavam que a barateza da mão-de-obra deveria ser condição para melhor racionalização da produção. O Magistrado, como bom leitor do Conde de Buffon (1707-1788), valia-se das teses de inaptidão dos indígenas americanos para o trabalho, de uma “letargia indolente”, e de que os braços africanos eram, por isso, condição para a lavoura. Em oposição declarada ao humanismo de Emmanuel Joseph Sieyès (1748-1836), da órbita rousseriana, escrevia que se o francês chegasse a conhecer os nativos daquela região da América reconheceria os seus erros na defesa dos direitos do Homem<sup>88</sup>.

Se Silva Lisboa e, antes dele, Rodrigo de Sousa, defendiam o comércio livre e a abolição dos monopólios, numa marca smithiana clara e autodeclarada, Bandeira escrevia com bons olhos apenas sobre o último aspecto, sendo defensor de Companhias para a Ásia<sup>89</sup>. Entusiasta da concorrência como padrão formador do progresso, Coutinho não vê com pessimismo o tratado de Methuen (1703) e possui um certo tom industrialista em alguns momentos, com descrições claras dos benefícios do maquinismo para a produção. Bandeira diz, antes do centenário do tratado, que o acordo trazia benefícios apenas para o Ingleses pois esses eram superiores em tudo sendo que, por isso, “se apropria [m] em curto espaço de todos os outros”<sup>90</sup>. A admiração pelos ingleses era transversal tanto a Coutinho quanto a Bandeira e Arthur Young será, para ambos, referência citada em vários momentos<sup>91</sup>.

O Conde de Linhares, antes da publicação da sua *Memoria sobre a verdadeira Influencia das Minas dos metaes preciosos na Industria das Nações que as possuem e especialmente da Portuguesa* (1790), nas coleções da Academia de Ciências, único texto seu publicado *ante mortem* em Portugal, enviou várias memórias ao Reino onde, assim como o magistrado, destilava a sua erudição e especialização em Economia política. Tal como

---

viável para o Erário desde Pombal, com várias medidas nos tempos de D. Rodrigo de Sousa e dos seguintes ministérios. Ver nota 60.

<sup>88</sup> AHU\_MA, D. 8324.

<sup>89</sup> Anos depois, em 1801, numa reviravolta característica na comparação dos escritos enquanto embaixador Português em Turim e os dos cargos no Real Erário e como Ministro, Coutinho instituirá, a partir de 1801, Companhias com privilégios para explorar o comércio com a China. A contradição, que não lhe será exclusiva, é minimizada por Andréa Silva (1994) diante da historiografia que destacava essa distância entre o que se escrevia antes da assunção do poder e o que se pratica nas malhas dos ditames administrativos. Não obstante, não se pode relegar a uma espécie de “superioridade” de Coutinho como Estadista, ao ponto de ter ele total compreensão das estruturas onde estava atuando ao ponto de se manter “coerente”, mesmo tomando iniciativas antagônicas diante de si, mas de interesse do Estado. Esse aspecto que supera a dimensão dos domínios da História esta analisada, num caso celular contemporâneo, por Hannah Arendt (1963), mas que, se tomarmos as raízes burocráticas do Estado Moderno como estruturas de longa duração, se aplicam também aos séculos precedentes. ARENDT, Hannah (1963). *Eichmann in Jerusalem. A report on the banality of evil*. New York: The Viking press, 1964.

<sup>90</sup> AHU\_MA, D. 7047.

<sup>91</sup> Rodrigo de Sousa conheceu pessoalmente Young, quando este viajou pelo norte da Itália em 1787, tendo-se correspondido com o autor inglês e até mesmo publicado memória em obra organizada por ele. SILVA, Andréa. *Op. cit.* p. XXVII et seq.



Bandeira, possui um tom marcadamente antieclesiástico, defendendo impostos sobre as propriedades da Igreja, sendo que em casos isolados defende isenção de tributos para fomentar a indústria e o comércio, como nos fretes dos navios e na produção das sedas. A Agricultura de Coutinho possui espaço de reflexão mas não é determinadora, e confere-lhe importância considerável assim como ao Comércio, à Indústria e às Artes. Numa das suas memórias enviadas a Martinho de Melo e Castro em 1789, faz um inventário de informações acerca da agricultura de Piemonte que era, naquele caso, “uma das principais fontes da riqueza nacional” e, em contraste ao estado do mesmo assunto em terras lusas, propunha objetivamente reformas<sup>92</sup>.

Curiosamente no mesmo ano, em agosto, Bandeira também envia uma curta memória a falar dos interesses da Agricultura, das Artes e do Comércio também para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar<sup>93</sup>. Menos objetivo que o futuro Secretário, faz um conjunto de citações em inglês de Young, já citada em *Political Arithmetic* (1774), Montesquieu no seu *L'Esprit des lois* (1748), *Théorie du luxe* (1771) de Georges-Marie Butel-Dumont; Rousseau, *Julie, ou la nouvelle Héloïse* (1761), *Mémoire sur les défrichements* (1762), de Louis François Henri de Menon, Marquês de Turbilly, de Quesnay cita *Maximes générales du gouvernement économique d'un royaume agricole* (1758) e David Hume, *Essays and Treaties on Several Subjects* (1758). De todos eles escolhe trechos que fazem louvação à Agricultura, apreciações sobre o Poder e o Estado, que Bandeira evoca pela necessidade de se combater “o poder arbitrário das Colônias”<sup>94</sup>. Coutinho, entusiasta do Brasil, atestando, como também escreveu Bandeira, a falta de braços e cabedais para sua extensão, não parece afeito ao Estado dirigista, e nas discretas críticas a Pombal, deixa clara a sua posição de liberdade quanto às iniciativas dos homens de negócios. Entre ele e Bandeira, as aproximações que deixam claras e bem expostas as ranhuras da crise do Sistema Colonial e o protagonismo, no campo intelectual, desses “burocratas ilustrados”.

---

<sup>92</sup> COUTINHO, Rodrigo de Sousa. Reflexões políticas sobre os motivos da prosperidade agrícola deste país [Piemonte], que servem a fazer ver praticamente as vantajosas consequências dos sábios princípios adotados in *Op.cit.* tomo I, p.141-152.

<sup>93</sup> AHU\_MA, D. 6378.

<sup>94</sup> No entanto, de Montesquieu resgata “Les pays ne sont pas cultivés en raison de leur fertilité, mais en raison de la Liberté (Montesquieu. *L’Esp. de Lois*, XVIII, C.III)” e ao falar também dos excessos a que o Homem está sujeito a cometer quando está no poder, buscando, em Rousseau, uma filosofia do poder natural. Esse ecletismo visível não delimita claramente os posicionamentos de Bandeira em relação ao poder, sendo que o autoritarismo de que falam as citações de Hume e Montesquieu não parece ser propriamente os das colônias, mas sim das monarquias.

Não obstante, aparente identidade múltipla de Bandeira não acaba por aí e em Rodrigues de Brito e Silva Lisboa encontrará outros ecos. A preferência de Brito ao trabalho agrícola, numa concepção de riqueza em muito próxima à escola de Quesnay, embora esse quesito não esteja realmente claro, segundo José Luís Cardoso (1980), até mesmo pela vinculação sinuosa com preceitos smithianos, aparece estampada em vários manuscritos do Ouvidor do Maranhão. Sobre a propriedade, parecem aproximar-se ao concluírem ser ela a base da sociedade, sendo em Brito, antes de tudo, um direito moral e em Silva Lisboa deveria ser uma atribuição do Estado a defesa inalienável desse direito<sup>95</sup>. Existia, para os dois, a necessidade de maior rigor nas legislações que versassem sobre o tema, sendo que o Estado, para Brito, não deveria intervir nos direitos individuais de propriedade. No caso das sesmarias, motivo que faz o Ouvidor versar sobre a propriedade, reclama do estado das demarcações incertas e parece não se agradar com as legislações; critica Locke por não ter percebido o valor do campo e Montesquieu por não se atentar que se “faz o homem para o governo em lugar de fazer o governo para o homem”<sup>96</sup>.

Para Silva Lisboa, opinião anteriormente assinalada por Bandeira em memória sobre a marinha portuguesa, as tropas e a marinhas eram em desproporção ao tamanho do território das colônias. Ainda assim, o antimonopolismo e antimercantilismo do mais proeminente seguidor de Smith no Brasil impedirá maiores aproximações, senão em temas específicos. Sobre as minas e a acumulação de metais preciosos, o criticismo de Silva Lisboa e de Rodrigues de Brito, estará na mesma direção das posições de Bandeira que dizia que o ouro adquirido nas minas de um Estado os enriquece menos que as sesmarias e o comércio, opinião que não harmonizava com a de Rodrigo de Sousa que, em sua memória sobre os metais do Reino, mencionava, entre outras coisas, a possibilidade de benefícios para o Erário<sup>97</sup>. O Ouvidor que, provavelmente não acompanhou o decorrer da discussão entre Rodrigues de Brito e Silva Lisboa, pode ser acomodado confortavelmente entre as duas figuras, expressões da autonomização de um discurso económico sem, no entanto, propriamente inaugurarem discussões<sup>98</sup>.

---

<sup>95</sup> Cardoso diz que o conjunto bibliográfico de Brito estava, como se percebe pelo conjunto de citações, na órbita de Quesnay e seus discípulos tendo também em Locke, especialmente o seu *Segundo tratado sobre o Governo* (1690), incorporando noções de propriedade individual. CARDOSO, José Luís. *Op. Cit.*, 268-269; ALMODÔVAR, António. *Op. Cit.*, p.50-52.

<sup>96</sup> AHU\_MA, D. 6645.

<sup>97</sup> COUTINHO, Rodrigo de Sousa, *Op. Cit.*, 1790.

<sup>98</sup> Importante destacar a ausência de autores portugueses nos escritos de Bandeira; as suas citações quase na totalidade de ingleses e franceses, com extratos de autores clássicos gregos e romanos que, com Silva Lisboa, longe da unidade crítica ou da apreciação exaustiva parece apenas usá-las para demonstração de erudição: são poucos os momentos onde as citações cumprem papel instrumental para algo, sendo, muitas vezes deslocadas do sentido construtivo do discurso.

Esse ponto, posto aqui em diálogo com as recentes discussões da Historiografia do pensamento económico português, refere-se a uma tentativa de nominar, de dar dimensão classificatória aos escritos de Bandeira, tarefa que mesmo tendo sido já direccionada a outros memorialistas do período incorre em imprecisões. Utilizando aqui a noção de inconformidade ou mesmo de amálgamas teóricas, sobre as quais Rui Santos (1992) alerta para o risco de “enviesamento do sentido dos fragmentos seleccionados”, tal noção pode desdobrar-se em variadas categorias que, antes de superar os simplismos de inserção em uma “fisiocracia à portuguesa” pode apenas criar para um sujeito uma categoria-forma única<sup>99</sup>. Portanto, em que dimensão conceitual ou categorias analíticas inserir o Magistrado: agrarismo com tom fisiocrático-empirista, colbertismo monopolista, “mercantilismo de compromisso”, arbitrismo reformistas? Dada a dimensão mercantilista que Bandeira advoga em alguns escritos, de um memorialismo agrarista-mercantil com influências fisiocratas, figura-se nitidamente o ecletismo de uma geração, as ambiguidades e as contradições práticas de uma classe intelectual que, entre tentativas de interlocução falhada ou de demarcar um espaço de erudição, não me permite enquadrá-los de forma convincente.

Bandeira, numa de suas últimas correspondências, diz objetivamente, algo nada comum em suas ilações, que irá escrever com “preceitos da fisiocracia [que] vitaliza o Corpo do Estado e as suas indispensáveis relações à massa comum dos indivíduos”. Após sua aritmética política com levantamentos e cálculos refinados da população da Capitania, produção dos géneros, cálculos das dimensões territoriais, comparações com França, Inglaterra e Rússia e citações dos já apontados Hume, William Petty, Devanat e Locke diz que “a opulência de uma nação se regula pelo produto dos trabalhos líquidos da despesa dos salários”. Para além das múltiplas interpretações que a riqueza poderia ter entre os fisiocratas, agraristas, mercantilistas e liberais clássicos, o Ouvidor parecia não chegar a um ponto comum.

## **1.2 A História natural de um “naturalista político”**

Diz Bandeira, em carta, que o seu “desejo de adquirir alguns conhecimentos do vegetal, mineral e animal deste Paiz me obriga a rezidir nele”<sup>100</sup>. Por mais que o final de seu período como Ouvidor, a chegada do sucessor, e um pedido para se retirar ao Reino com sua família tenha sido acompanhado desse desejo, parece que não mais terá retornado definitivamente ao

---

<sup>99</sup> SANTOS, Rui. *Op. Cit, passim*.

<sup>100</sup> AHU\_MA, D. 6378.

Reino<sup>101</sup>. Diferentemente do conjunto comum de práticas das classes mercantis que, depois de um período no Brasil como trampolim para afirmar uma carreira como comerciante<sup>102</sup>, retornavam ao Reino, Bandeira não segue o mesmo caminho, já que a sua carreira burocrática possivelmente não lhe permitiria envolver-se em práticas comerciais, mesmo tendo-se ele matriculado na Associação Comercial de São Luís, e tendo-se casado com um membro de umas das mais importantes famílias da Capitania, os Belfort.

As memórias que classifico como de “Economia política”, que analisei anteriormente, são acompanhadas de outras, em menor número, que tratavam de temas relacionados à História natural do Maranhão. Esse movimento do Magistrado, também inserido nas mudanças estruturais nas Ciências e nos discursos de método no Setecentos, chega a Portugal com mais intensidade com o reformismo emanado de Coimbra, após 1774, e de seus egressos. A Academia de Ciências de Lisboa, do mesmo modo, com os seus concursos e chamadas para envios de memórias, catalisam o interesse dos agora autointitulados “naturalistas” em percorrer os *Sertões* das colônias em busca de levantamentos descritivos, potencialidades, experiências em aclimação de plantas e animais, assim como em busca de interesses diversos sobre o género humano nativo e seus modos de vida.

Não serão raras as iniciativas, imbuídas de um latente espírito cientificista, no último quartel do Setecentos. A já citada viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira, baiano egresso de Coimbra, num profícuo movimento que emana do Estado com uma dimensão até então inédita, entre 1783 e 1792, é aqui determinada como marco de ocorrência contemporânea: estava inserida no mesmo movimento. Instigados por razões não diversas, por exemplo, o envio de crânios indígenas para o Reino do Estado do Pará e Rio Negro, espécimes da fauna e flora do Maranhão, Piauí e Ceará, devem ser lidas como iniciativas conectadas a importantes estruturas secularistas, cientificistas e experimentalistas, o que fica latente nas narrativas e memórias aqui consultadas e na historiografia que também tem vindo a lançar mão dos problemas aqui abordados<sup>103</sup>.

---

<sup>101</sup> Parece que entre outubro de 1791 e janeiro de 1793 Bandeira esteve de volta ao Reino; neste intervalo não há registo de correspondências, o que denuncia esse retorno; voltará, porém, nomeado como Procurador Interino, o que antecederá o seu pedido de sesmaria; AHU\_MA, D. 6845.

<sup>102</sup> PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais. *Análise Social*, vol. XXVII, 116-117, 1992, p. 432.

<sup>103</sup> Alexandre Rodrigues Ferreira envia 1783 diversos objetos coletados, espécimes da flora, e a cabeça de um índio tapuia para o Reino; esses envios serão comuns durante a sua expedição; AHU\_CU\_013, Cx. 90, D. 7363; O então governador do Maranhão, Fernando Pereira Leite de Foios, envia diversos espécimes da flora e da fauna maranhense, como um Urubu Real, para o Reino; AHU\_CU\_009, Cx. 71, D. 6149. FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Brasília: Conselho Federal de Cultura, 1972;

Bandeira interessava-se diretamente pela mineralogia e pela orictologia, tendo com isso interesse específico em direcionar “minhas vistas como naturalista político a discorrer nas produções pelos interesses que dela resultão à sociedade”, numa dimensão etnobotânica<sup>104</sup>. Esses interesses não estavam tanto na órbita do progresso das Ciências, mas, antes de tudo, na da melhoria e racionalização do modelo colonizador que, como ele atesta em vários momentos, pecava pela falta de conhecimento das vastas possessões e suas riquezas. Esse aspecto torna Bandeira, ao contrário de outros de sua época, um “naturalista de gabinete” com uma produção pouco relevante como as que foram resultado de expedições, viagens exploratórias que, ao ir a campo, resultaram em trabalhos mais completos.

Isso pode ser percebido pelo teor dos discursos que o Magistrado produz, pelas sinuosidades. Num deles, onde diz que iria discorrer sobre os reinos animal, vegetal, mineral e sobre os usos e benefícios para a sociedade, faz apenas um apanhado acanhado sobre os géneros imediatos que poderiam adiantar a produção e o progresso, como o café, o cacau, as especiarias de Ceilão e Indonésia, mormente Jacarta. A seguir, desvia o discurso e passa a falar dos abusos do poder político pelos homens e, finalmente desculpa-se por não ter feito aquilo que prometia no início da memória e que “o estilo epistolar me obsta a tratar devidamente estas matérias: não disse coisa alguma do comércio da economia animal, eu o reservo para outro assunto”. A perda de fôlego de Bandeira para construir um conjunto descritivo maior ou com maiores contribuições para o narratário confirma a hipótese que, a exemplo de muitos cientistas de escritório, nunca ou raramente desbravou os ambientes aos quais se referia. Quando fala da importância de se fomentar a produção da seda e da porcelana, usa informações acerca da existência de produtos que seriam para esse fim e que “seguram-me que em algum lugar do Pará...” deveriam existir<sup>105</sup>.

Antecedendo o entusiasmo de D. Rodrigo de Sousa, quando secretário, pela procura de salitre nas capitanias do Ceará e do Piauí, Bandeira, em abril 1794, avisa sobre o envio para o Reino de amostras de salitre não purificado vindo do Piauí, à época comarca dependente da

---

<sup>104</sup> AHU\_MA, D. 6511.

<sup>105</sup> Constatada a irrelevância dos discursos de História natural de Bandeira e a sua menor qualidade se comparada à de outros egressos de Coimbra, o porquê de insistir em desenvolver o resgate de algumas delas está relacionado, principalmente, com o facto de Bandeira anteceder muitas das expedições que estavam em vias de serem realizadas e de ter sido entusiasta de muitos dos que as realizavam, protagonizando, também envios de amostras e extratos para o Reino, no caminho proposto por Vandelli, nas suas regras, as quais os naturalistas deveriam cumprir ao enviar coletas, ou fazer diários e anotações. Como demonstrarei, os registos preservados demonstram certo “pioneirismo” do magistrado, em relação ao Maranhão, na indicação da possibilidade de exploração de determinados géneros ou mesmo nos avisos e alertas acerca da descoberta de alguns minerais. Isso não quer dizer que tenha havido, de facto, alguma proeminência, visto que já depois do seu período como Ouvidor, por volta dos 50 anos de idade, Bandeira se escusaria de fazer difíceis e imprevisíveis expedições pelos *Sertões* maranhenses.

Capitania do Maranhão, e tabaco preparado. Em relatos anteriores já havia alertado para a existência de uma qualidade menor de tabaco no Maranhão e de salitre, esse género de tamanho interesse para o Estado. Esse movimento, antes da Provisão Régia de dezembro de 1796 de Rodrigo de Sousa Coutinho, foi motivador, em várias partes do Brasil, de explorações, preparos e envios de amostras de salitre para o Reino. De Mato Grosso, o Governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, envia amostras e uma memória sobre os modos de se fazer o salitre; de Minas Gerais, o governador Bernardo de Lorena envia informações sobre a extração nas salinas do Rio São Francisco e envia um caixote com amostras<sup>106</sup>.

Esses envios adequam-se ao aviso do Reino da forma como se fazer e tratar o salitre no mesmo ano dos envios mais constantes. D. Rodrigo, porém, é avisado da receção das amostras vindas do Pará, Maranhão e Piauí; desse último o salitre era de ótima qualidade e dos dois primeiros não passava de sal marinho<sup>107</sup>. Essa corrida pelo salitre nos *Sertões* brasileiros chegará também a Goiás, onde se descobrirá o género em julho de 1800, tendo o governador, João Manoel de Menezes, solicitado a instalação de uma fábrica para fins de exploração do minério<sup>108</sup>. No Maranhão foram intensas as tentativas de descoberta do salitre, da cochinhila, do cânhamo, do nitro; o envio de memórias do Reino com orientações dos modos de se operar fora um movimento comum de fomento a essas operações<sup>109</sup>.

As expedições de Vicente Jorge Dias Cabral, egresso de Coimbra, e de seu companheiro de viagem, Padre Joaquim José Pereira, vigário de Valência, contudo, já se haviam iniciado. Na época, D. Diogo de Sousa, governador da Capitania (1796-1804), havia-os encarregado de fazerem as expedições pelos *Sertões* do Maranhão e Piauí e de darem conta, nos seus diários e memórias, dos achados<sup>110</sup>. Essas expedições deram origem a vários registos, sendo que, nos finais do Setecentos, Cabral envia ao Reino uma das suas memórias, o *Ensaio Botânico de algumas plantas da parte inferior do Piauí...*<sup>111</sup>, onde descreve diversos componentes da flora dos *Sertões*, suas utilidades económicas e medicinais, além das variadas qualidades de madeiras

<sup>106</sup> AHU\_MT, D. 1792; AHU\_MG, D.11083.

<sup>107</sup> AHU\_PI, D.1058.

<sup>108</sup> AHU\_GO, D.2528; D.2606.

<sup>109</sup> AHU\_MA, D.8379; D.7891; D.8023, sobre a experiência de plantar canela; D.7886; D.9471.

<sup>110</sup> Foram vários relatos enviados pelo governador ao Reino e o próprio Cabral envia várias amostras para o Jardim Botânico em Lisboa. AHU\_MA, D.8487; D.8759; D.9655.

<sup>111</sup> ..., *acrescentado com várias madeiras finas e de construção para navios*. Oferecido ao Il.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. D. Diogo de Sousa, do Conselho do Príncipe Regente Nosso Senhor, Governador e Capitão General do Maranhão. Por Vicente Jorge Dias Cabral, Bacharel em Filosofia, Direito Civil, opositor aos lugares de letras. Ano de 1801. Esta memória está transcrita junto das estampas, desenhadas durante as expedições, publicadas em MENDES, Joel E. Ferrão, LIBERATO, Maria Cândida ; CATARINO, Fernando Mangas; ABRANTES, Maria Luísa. *Plantas do Brasil*. Flora económica do Brasil no Século XVIII: Plantas do Maranhão-Piauí. Lisboa: IICT/ Chaves Ferreira Publicações / Museu e Jardim Botânico-Museu Nacional de História Natural, 2005.

da capitania e seus usos navais. Bandeira dedica-se a esse tema, advertindo para os usos na construção de navios para a Marinha Portuguesa que, segundo ele, precisava de ser reanimada<sup>112</sup>.

O Padre, vigário de Valença, já tinha enviado para a Academia de Ciências a *Memória Sobre o Nitro*<sup>113</sup>, manuscrito no qual narra a sua descoberta do dito “nitro natural” nos Sertões do Maranhão e Piauí e as suas experiências com o mineral. O impressionante caráter laico com o qual narra, tratando-se de um padre, não é traço de uma idiossincrasia isolada senão de um movimento de ideias secularistas “iluminadas” onde Bandeira está alocado; no texto o padre caracteriza a Natureza como determinante de tudo, e diz:

É a Natureza um artífice realmente sábio; porque assim como produz, reproduz, assim como separa, uni, e assim como rarefaz, conecta, e cristaliza; de sorte que alterando todos os entes lhes dá todas as modificações, e pode lhes dá agregação à configuração, assim as partículas homogêneas, como as heterogêneas<sup>114</sup>.

Bandeira acompanhou, portanto, um intenso movimento capitaneado de forma mais intensa durante o governo de D. Diogo de Sousa (1796-1804), no sentido de promover culturas, aclimações, explorações minerais e descrições gerais da Capitania. Junto com isso, a movimentação de impressos e manuscritos, memórias e gravuras, podem ser percebidas pelos espaços administrativos. O movimento de gentes também é visível, motivado pelo reformismo de Rodrigo de Sousa Coutinho como secretário; o governador do Maranhão envia vários estudantes para Coimbra para estudarem Ciências Naturais e Exatas, a movimentação de venda de livros nos Correios de São Luís, enviados do Reino pelas iniciativas editoriais da Casa Literária do Arco do Cego e a distribuição de obras entre os “notáveis” da capitania, como memórias sobre como plantar algodão e *O fazendeiro do Brasil* será comum naqueles anos<sup>115</sup>.

---

<sup>112</sup> AHU\_MA, D. 7316.

<sup>113</sup> BRACL. P.e Joaquim Joze Pereira. *Memória sobre o Nitro*, 1796, S.l., s.d.— 6 fls. de texto num. de 175 a 180. Memórias Económicas e Físicas que não tiveram lugar nas ‘Collecções da Academia’. Tomo 1.p.175-180. (A.C.L., Azul 17)

<sup>114</sup> A memória é enviada para apreciação para introduzir a sua solicitação de ser aceite entre os sócios da Academia. Compõe o conjunto de memórias submetidas e consideradas “não dignas de publicação”, como se lê em diversos pareceres agregados a muitas das memórias. A memória, de pequena dimensão e mesmo “modesta”, quando comparo com outras do período, não me parece ter sido submetida com o objetivo de ser publicada, mas apenas para servir de acompanhamento para a solicitação de Pereira para se tornar sócio da Academia. No conjunto onde está alocada, não possui parecer com justificativa para não ser publicação, o que é comum em outras.

<sup>115</sup> Foram enviados a Coimbra Francisco Diogo Velez que aparece matriculado em Matemática em 1800, Raimundo Pedro da Silva e Cunha também para estudar Matemática, João Alves de Carvalho para estudar medicina e António Xavier de Lima para cirurgia (sobre o último não há referência nos registos da Universidade de Coimbra de ter se matriculado realmente). Um panorama desse período e dessas movimentações pode ser consultado em GALVES, Marcelo Cheche. Saberes Impressos, Correspondências e Expedições Científicas: a

\*\*\*

O casamento de Bandeira com uma representante de uma das mais tradicionais e ricas famílias da Capitania em maio de 1789, segue, também, ditames próprios de toda uma classe burocrática portuguesa em espaço ultramarino, como já havia demonstrado Stuart Schwartz (2011). Esse movimento não era estranho tanto pela natureza das relações estabelecidas no Ultramar, quanto pelas suas idiossincrasias sociais. Casa-se com Maria Joaquina Vieira Belfort, neta de Lourenço Belfort, nobre irlandês que emigrou para o Maranhão (1739) e se tornou cabeça de tradicional casa da elite local desde a segunda metade do Setecentos. O pai de Maria Joaquina, um dos oito filhos de Lourenço Belfort, que possuía o mesmo nome do pai, acumulou grande fortuna e importância, tendo composto a primeira junta de governo do Maranhão após o Levante do Porto (1820). Ronald Raminelli (2013) anteriormente demonstrou o peso desses casamentos na ascensão social de uns, manutenção ou aquisição de ‘traços’ de nobreza por outros, ou mesmo articulações políticas.<sup>116</sup>

Dois anos após a morte de Manuel António Leitão Bandeira em 1827, a sua mulher, Maria Joaquina Vieira Belfort, iniciou o longo processo de inventariação dos bens de Bandeira e a partilha dos bens entre os três filhos<sup>117</sup>. Os imbróglis da construção do inventário foram muitos, tanto pelos interesses dos filhos na partilha do longo espólio do pai, quanto pelas etapas burocráticas que eram exigidas nesses casos. O inventário dos bens de Bandeira revela aspectos comuns a muitos proprietários naquela conjuntura, inserindo-o cada vez mais nos movimentos da época. O inventário da sesmaria que foi tombada após solicitação do Magistrado em 1795, depois de muitas disputas em torno dos problemas nas demarcações com outros sesmeiros da ribeira do Rio Itapecuru, região tradicionalmente envolvida nas produções de arroz e algodão,

---

capitania do Maranhão e o Reformismo Ilustrado na virada para o Oitocentos. *Outros Tempos*, vol. 11, n.18, 2014, p. 119-136. A casa Literária do Arco do Cego funcionou de 1799 a 1801, tendo responsável por mais de 80 publicações em 28 meses. A sua idealização e concretização resulta da crescente e evidente preocupação dos altos membros do Estado, como D. Rodrigo de Sousa Coutinho, com a organização dos saberes e das reformas no sistema colonial, já denunciada a crise endógena. LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes. Um breve itinerário editorial: do Arco do Cego à Imprensa Régia. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes; CURTO, Diogo Ramada (Orgs.). *A casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) Bicentenário “Sem Livros não há instrução”*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Biblioteca Nacional, 1999, p.77-90.

<sup>116</sup> Os demais portugueses que analisarei, Raimundo José de Sousa Gaioso e Joaquim José Sabino, também casaram com mulheres da terra e, curiosamente, como destacarei nos capítulos seguintes, todas eram do mesmo tronco familiar, os Belfort-Gomes de Sousa. SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: O Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011; GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial*. Imprensa e Independência no Maranhão (1821-1826). São Luís: Ed. Uema/Café & Lápis, 2015; MOTA, Antónia da Silva. *As famílias principais*. Redes de poder no Maranhão colonial. São Luís: EDUFMA, 2012; RAMINELLI, Ronald. Nobreza e riqueza no Antigo Regime ibérico Setecentista. *Revista de História*. São Paulo, Nº 169, Julho / Dezembro, 2013 p. 83-110.

<sup>117</sup> ATJMA. 1836. *INVENTARIO Manuel António Leitão Bandeira*. Autos Cíveis, Juiz de Órfãos da Capital do Maranhão.



revela o espólio que contruiu ao longo da primeira década do Oitocentos até à sua morte<sup>118</sup>. A grande quantidade de escravos, animais, bens e plantações anima a hipótese do envolvimento de Bandeira com o comércio, dado que o longo espólio é característico dos comerciantes e contratadores da Praça de São Luís.

### 1.3 Últimas palavras: da vaidade

A vaidade das letras é maior do que a vaidade das armas; estas sim têm ocasiões de maior pompa, de maior grandeza e de maior admiração; mas tudo nas armas é semelhante ao raio, cuja luz e estrépito se extinguem em um instante. Os heróis nunca chegam a durar um século; as suas ações não duram mais, se a fortuna lhes não dá na república das letras alguma pena ilustre, que conserve a vida daquelas mesmas ações, já sucedidas, já passadas, e já mortas. A vaidade das ciências por ser uma vaidade pacífica na aparência, não deixa de ser ativa, e arrogante.

As apropriações intelectuais dos “burocratas ilustrados” no poder vão além da sua ingerência reformista. Mathias Aires, na sua *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens* (1752), de quem reproduzo acima um excerto, nas suas reflexões, ao dizer que a vaidade seria uma paixão da alma, atesta, pela observação e reflexão de seu tempo, o inatismo do sentimento de distinção nos homens<sup>119</sup>. Nas suas palavras, o desejo de ser “objeto de memória” faz com que sejam ambiciosos pelas palavras, tomando as letras como meio para chegar à imortalidade.<sup>120</sup> Bandeira pode ser tomado por esta norma, sendo mais que uma simples definição ou enquadramento dos seus atos. Para além disso, não tenho por objetivo aqui relativizar o sentido social da ciência, mas sim o de interpretação social dos usos das ideias e dos saberes<sup>121</sup>.

---

<sup>118</sup> AHU\_MA, D. 7313.

<sup>119</sup> AIRES, Mathias. *Op, cit*, p.63, et. seq.

<sup>120</sup> Antes mais de século e meio de Mathias Aires, Michel de Montaigne (1533-1592) nos *Ensaio* (1580), principalmente no *Ensaio sobre a Vaidade*, no qual destila as suas máximas acerca desse género, “vício do século”, alerta-nos para o facto de que “Talvez não haja vaidade mais clara do que sobre ela escrever de maneira tão vã”, mesmo sentido de Aires, no seu Prólogo ao Leitor: “Eu que disse mal das vaidades, vim a cair na de ser Autor (...). Foi preciso por o meu nome neste livro, e assim fiquei sem poder negar a minha vaidade. A confissão da culpa costuma fazer menor a pena”. AIRES, Mathias. *Op, cit*, p.23; Montaigne, Michel de (1580). *Sobre a vaidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 03.

<sup>121</sup> No sentido proposto por Pierre Bourdieu (2010), a disposição dos diversos tipos de capitais, que representam o seu poder sobre o campo, seus mecanismos de ação, *habitus*, em busca de um valor distintivo podem ser tomados como parâmetro de um conjunto de ações coletivas de intelectuais, como nos casos que analiso na Capitania do Maranhão, de esforços no sentido de reconhecimento intelectual; quanto mais capital maior a probabilidade de obter sucesso no campo onde se está inserido, nesse caso o capital intelectual, cultural. A definição desses agentes dá-se pela posição que eles ocupam dentro desse espaço, esforço esse que tendo delimitar com o resgate de suas

Nos extratos da trajetória do português Manoel António Leitão Bandeira que analisei acima não pretendi fazer um inventário completo, uma biografia-total, do Magistrado. A seleção dos factos, além de se relacionar com a disponibilidade das fontes e com o acesso à bibliografia, concatena-se com o problema central desta deste trabalho: como interpretar personagens periféricos a par de construções históricas e, sobretudo historiográficas, que os relegaram a segundo plano ou mesmo a partir de uma “morte da memória”? O atribuir de significado e dimensão, no exato sentido de estabelecer uma hierarquia de distinção entre o Magistrado e seus contemporâneos, não pode escapar nem extrapolar, com pena de se dar ao ex-Ouvidor uma importância que ele pode não ter representado<sup>122</sup>.

Anos antes da morte do bacharel e ex-ouvidor do Maranhão, o português Raimundo José de Sousa Gaioso, de quem trato no capítulo a seguir, escreve, em homenagem ao magistrado, a *Minuta histórico-pologética da conducta do Bacharel Manuel Antonio Leitão Bandeira...*<sup>123</sup>. Nela, como era praxe em impressos de tal natureza, faz uma louvação quase epopeica do período no qual Bandeira esteve em atividade como ouvidor e acabou por se tornar um elogio de vida e devoção amistosa. O Magistrado no final da vida, totalmente cego, talvez tenha participado na sua elaboração, podendo ter sido consultado em algum momento. Bandeira torna-se, nesse sentido, sujeito inserido num campo de construção da vaidade, da tentativa de reconhecimento, de um certo pesar pela falta de interlocução, da ambiguidade não declarada, da falta de coerência teórica. Os conflitos com o arrogante Bispo Pádua, adversário intelectual à sua altura, as reclamações dos abusos de poder e das interferências nas suas prerrogativas de mando dos superiores, e sua escrita sempre oportuna, justificando intelectualmente os seus atos, denunciam o seu narcisismo subserviente. Antes de sua morte publicou pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro um conjunto de versos, em retribuição à *Minuta*, *Sonetos do Doutor Manoel Antonio Leitam Bandeira dirigidos ao seu amigo senhor José Constantino Gomes de Castro, Conego da Cathedral de São Luis (1820)*. Os três sonetos, um dedicado à aclamação do Rei, e

---

trajetórias. BOURDIEU, Pierre. *A Distinção, uma Crítica Social da Faculdade do Juízo*. Lisboa: Edições 70, 2010; BOURDIEU, Pierre. Espaço social e génese das classes in *O poder Simbólico*. Lisboa: Edições 70, 2001, 133-160.

<sup>122</sup> Em sentido contrário, a redução do magistrado a simples erudito sem expressividade, coloca-o no “seu lugar”, nas margens, pode levar ao efeito contrário: o reducionismo de uma tentativa de explicar os atos e os escritos de Bandeira por ordens estruturais flutuantes, invisíveis e profundas podem, no fundo não oferecem mecanismos de prova suficiente. O campo cultural e político de atuação do magistrado, nesse caso, oferece uma interpretação de menor ênfase determinista.

<sup>123</sup> ... *Ouvidor geral, corregedor e provedor da Comarca do Maranhão pelos annos de 1785 a 1789, anotada por José Constantino Gomes de Sousa, conego da cathedra do Maranhão*. 1818, 47 páginas. A minuta parece ter sido publicada na Europa em 1818, mas não há referências completas disso; quem se encarrega de publicá-la é a viúva de Gaioso, Anna Rita de Sousa Gaioso, depois da morte do marido em 1813.

os demais ao Rei inglês Jorge III (1738-1820)<sup>124</sup>, seguem o mesmo estilo bucólico arcadiano, sem demonstração de nenhum talento que não seja a exaltação de um vocabulário afrancesado e de tom obscuro<sup>125</sup>.

---

<sup>124</sup> Consta que Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), à época Diretor da Imprensa Régia (1821) e de Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros (1821-1823), teria conservado os sonetos “não porque julguem merecerem ser lidos; mas que os haja nessa Real Biblioteca, uma vez que se imprimiram”. CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, 1808-1822*. São Paulo: Universidade, 1993, p.243-244.

<sup>125</sup> O amigo para quem Bandeira dedica os sonetos, *José Constantino Gomes de Castro*, cônego no Maranhão, fora importante figura libertária de sua época, egresso de Coimbra, que se envolveu em diversos conflitos com a Igreja e com importantes figuras políticas. Preso duas vezes, em 1821 e 1823, acusado de conspirar contra as Cortes reunidas em Lisboa, o padre escreveu sua própria defesa onde acusava de ser perseguido. *Historia resumida das perseguições de José Constantino Gomes de Castro, presbitero secular, conego prebendado na igreja cathedral da cidade de S. Luiz do Maranhão, ex-commissario do Santo Officio, protonotario apostolico de Sua Santidade com beneplacito regio, e cavalleiro da Ordem de Christo: por elle escripta, e comprovada com documentos legaes*. José Constantino Gomes de Castro. Lisboa: Imprensa Régia, 1823. COUTINHO, Mílson. *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Instituto Geia, 2005, p.148-152.

## CAPÍTULO 2. Raimundo José de Sousa Gaioso, um texto póstumo para o Rei

Diz Francisco Adolfo de Varnhagen na sua *História Geral do Brasil* (1854) que a obra *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão...*, escrita por Raimundo José de Sousa Gaioso e publicada em 1818 em Paris, “não sendo recomendável pela cópia de notícias na parte histórica”, deu importantes notícias acerca da agricultura e comércio no Maranhão<sup>126</sup>. Os contemporâneos do paulista Varnhagen, antes e depois dele, sem exceção, ao escreverem sobre a História económica ou política do Brasil recorreram à leitura “não insuportável e fastidiosa” do *Compêndio*, como escreveu António Henriques Leal, publicista de São Luís que comporá uma segunda edição cerca de trinta anos depois da primeira edição francesa<sup>127</sup>.

Desde Cândido Mendes nas suas *Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão* (1874), numa acidez não isolada, “porquanto seu trabalho é resumo do de Berredo”, passando por João Francisco Lisboa, um dos principais letrados da Província do Maranhão, já no Império do Brasil, no seu *Jornal de Timon*, onde publicará os seus *Apontamentos, notícias e observações para servirem à Historia do Maranhão* (1858) também serão citados excertos do *Compêndio*. Os que se debruçaram sobre a História política e económica da Capitania e depois Província do Maranhão, até à primeira metade do século XX, como Jerônimo de Viveiros (1954) e Mário Martins Meireles (1960), tomam Gaioso como principal obra publicada no período, sendo que Viveiros, além de fazer publicar transcritos, capítulos inteiros da memória de Gaioso, diz que “atesta a exatidão dos fornecidos”, opinião não consonante, e que Carlos de Lima (1981) diz serem “não convincentes”<sup>128</sup>.

A publicação do já conhecido e citado *Annaes históricos do Estado do Maranhão*, de Bernardo Pereira de Berredo em Lisboa, na Oficina de Francisco Luís Ameno em 1749, com uma segunda edição em 1794 pelo mesmo, não demarca o início de sucessivas publicações com a mesma natureza sobre o Maranhão, facto muitas vezes ‘denunciado’, ou melhor, objeto de

<sup>126</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (1854). *Op.cit.*, p. 349.

<sup>127</sup> LEAL, António Henriques. Introdução in *Obras de João Francisco Lisboa*. São Luís: Typ. B. de Mattos, 1865, Tomo II, p.20-21. Esta reedição de Gaioso que é anunciada na introdução, contudo, não foi localizada. De qualquer modo parece ter sido um projeto de reimpressão dos “clássicos”, desde Berredo, Claude d’Abeville, Diogo de Campos Moreno e o próprio Gaioso, todos durante a década de 1850.

<sup>128</sup> MEIRELES, Mário Martins. *Pequena História do Maranhão*. São Luís: Tipografia São José, 1960; *História do Maranhão*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação D.A.S.P, 1960; *Panorama da Literatura Maranhense*. São Luís: Imprensa Oficial, 1955; VIVEIROS, Jerônimo de. *História do Comércio do Maranhão (1612-1895)*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954; LIMA, Carlos de. *História do Maranhão*. Brasília: Senado Federal, 1981.

reclamação de muitos contemporâneos que, ao escreverem, sentiam falta de maior literatura histórica e geográfica sobre a capitania<sup>129</sup>. O próprio Gaioso reclama no seu *Compêndio* que “me faltam muitos materiais indispensáveis para dar a este meu edifício um estado de solidez que o fará resistir à voracidade dos tempos”<sup>130</sup>. Sólida ou não, a memória de Gaioso põe em resgate muitos dos elementos já destacados por Berredo, assim como todos os que se seguiram<sup>131</sup>, até mesmo depois de os *Apontamentos, notícias e observações para servirem a História do Maranhão* (1852) de João Francisco Lisboa.

O pouco mais de meio século que separa a publicação de Berredo e a de Gaioso não são, contudo, marcas de uma ausência de trabalhos de síntese histórico-geográfica. O caso das publicações capitaneadas pela Academia de Ciências de Lisboa, como a edição que publicou o antigo manuscrito de Diogo de Campos Moreno, as *Memórias para a história da capitania do Maranhão* em 1812<sup>132</sup>, escrito ainda na primeira metade do Seiscentos, ou outros extratos mais amplos e generalistas, que incluíam todo o Grão-Pará e Rio Negro, podem ser encontrados nessas coleções sem, no entanto, possuírem as mesmas dimensões. O último quartel do Setecentos, no entanto, registrará a produção de escritos e discursos que dissertaram sobre os elementos históricos, geográficos e sobre a Economia política da Capitania. Esse movimento pode ser percebido por egressos de Coimbra que serão nomeados para cargos no Maranhão e que terão escritos dessa natureza, ou por “maranhenses” que, a partir da década de 1770 passaram a compor, de forma crescente e depois quase vertical a partir das duas décadas

<sup>129</sup>A febre do ineditismo não escapara a muitos deles, destacarei isso em alguns momentos.

<sup>130</sup> Em prefácio do segundo volume das *Obras de João Francisco Lisboa*, publicadas em São Luís a partir de 1864, António Henriques Leal, dito amigo do letrado maranhense faz, em demonstração de notável conhecimento bibliográfico, céleres e ácidas críticas à obra de Berredo e Gaioso. Sobre o primeiro diz não passar de “uma simples chronica de acontecimentos militares, religiosos e politicas” e sobre o segundo diz “cerca de metade do seu volume é occupada com projectos que hoje não têm utilidade alguma”. Após comparar os dois, encerra ao dizer “Quanto ao seu mérito literário, será assaz dizer-se que se a leitura do Compêdio não é insuportável e fastidiosa como a dos Annaes Históricos, a obra não se recommenda todavia por qualidade alguma digna de menção”. A acidez de suas críticas não poupa outras obras da época, como *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão* de António Bernardino Pereira do Lago, publicada em 1822. No volume I das *Obras*, Leal escreve longa louvação biográfica a *João Francisco Lisboa*, o que denuncia uma tentativa de qualificação e singularização dos escritos do letrado maranhense diante das obras que o antecederam nos escritos de história da Província.

<sup>131</sup> Varnhagen também reclama da ausência de trabalhos ao compor o seu *História Geral do Brasil* (1854-1857), e diz, depois de criticar as inúmeras imprecisões de Berredo e o seu gosto que parece querer iludir os leitores com a sua escrita pomposa, que “Entretanto cumpre confessar que se não existira hoje a obra de Berredo, difficil tarefa fora a de organizar a história do Maranhão, principalmente desde 1644 a 1718”. Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda*. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854, p. 185.

<sup>132</sup> O texto compõe a *Collecção de notícias para a história e geografia das nações ultramarinas que vivem nos domínios portugueses ou lhes são visinhas*, por Academia Real das Sciencias. O manuscrito fora submetido por Joaquim José da Costa e Sá, sócio da Academia.

seguintes, os bancos da Coimbra reformada. Embora alguns desses tenham sido impressos, a maioria permaneceu em manuscrito, sejam as memórias com o tradicional estilo da época, sejam as correspondências postas em circulação entre o Maranhão e o Reino.

Essa aparente hegemonia da única obra publicada por Gaioso, que incorporará o senso de trabalho que todos, em algum momento, têm de consultar, não é o principal problema a ser levantado neste capítulo, nem mesmo a sua repercussão ao longo dos quase duzentos anos de publicação da obra. Os traços biográficos de Gaioso, cuja identificação é tarefa de difícil engenho, que já fora objeto de alguns trabalhos e umas “análises de ocasião” em recentes trabalhos acadêmicos, não levantaram nenhuma questão, seja à trajetória e obra de Gaioso, que já não tivesse sido exposta nas apreciações críticas ou elogiosas ao português. Portanto, o motivo do desinteresse dos espaços de operações historiográficas na obra de Gaioso, a mais importante publicação do gênero desde os *Annaes* de Berredo, é facto sem aparente condição. O resgate sistemático que pretendo realizar nesta secção insere-se, como já ensaiei no capítulo anterior, numa busca pelos sentidos do sujeito e da sua obra. *O Compêndio*, como demonstrarei a seguir, foi objeto de leituras apressadas, sem problematizações que dessem conta dos usos dos saberes, do manuseio das fontes nem mesmo dos diálogos bibliográficos de uma época, como demonstrei anteriormente com a análise de Bandeira, amigo de Gaioso. Sobre o *Compêndio* foram ainda lançadas, sob a forma de impressos, perguntas de ordem teórica múltipla e às vezes contraditórias.

A presença do *Compêndio* de Gaioso como “ponto de partida” em quase todos os mais importantes trabalhos de produção histórica nos domínios do político, económico, militar, após a sua publicação, é notável sendo que as apreciações ao seu trabalho nem sempre foram laudatórias. A Historiografia contemporânea lida com a obra de Gaioso de forma mais operacional, fazendo de seu texto, portanto, referência para legitimação de um conjunto de dados que já estariam postos ou para atestar a sua exatidão, como faz Viveiros, ou mesmo fazendo dele um marco bibliográfico de uma série de domínios historiográficos que nas suas operações buscam, de forma automática, a origem de uma discussão<sup>133</sup>. O enredo, quando não começa em Berredo, começa em Gaioso com a sua Economia política e histórica.

Gaioso, no sentido deste trabalho, tanto escapa da linha condutora dos sujeitos que estou a discutir como se insere em categorias comuns. Um não egresso de Coimbra, português nascido fora dos domínios do Império, punido com pena de degredo, que lhe consumirá esforços até ao

---

<sup>133</sup> Sobre isso, cf. Marcelo Cheche Galves (2015), Flávio Soares (2008), Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008), Lino Raposo Moreira (2003), Jerônimo de Viveiros (1954).

final da vida na tentativa de defesa e reparação da memória de sua família, Gaiosó tecerá poucas memórias, se comparadas em número às de Bandeira, e não verá nenhuma publicada, facto que os liga a essa geração de intelectuais que não chega aos prelos. A atribuição de “burocrata ilustrado” aqui encontra certas ranhuras, dadas as imprecisões da trajetória de Gaiosó e seu período no Maranhão, no qual parece não ter ocupado cargos, apenas terá sido um “lavrador”, um sesmeiro ligado à exportação de algodão e arroz.

No entanto, se entendo que ainda em Portugal, como destaque à frente, esteve inserido nas malhas administrativas e que a sua educação, assim como o historial familiar, esteve voltada para uma possível carreira no sistema do Estado, o termo pode ser apropriado pelos usos de uma determinada cultura burocrática iluminada, modos de fazer e operar as ideias, personificadas nas memórias de Economia política que, em Gaiosó, possui um sabor “historicizante” maior. Nesse sentido, mesmo não tendo, pelo menos aparentemente, ocupado cargos na administração colonial em São Luís, tendo-o feito em Lisboa antes de seu degredo, tentou inserir-se nas malhas do Estado, mesmo com baixas patentes militares e oferece, no seus escritos, as suas posições comuns aos “burocratas ilustrados”.

## 2.1 O degredo ao “Brasil melhor”

A pena de degredo pelo qual fora sentenciado em 1785 em Lisboa, pelo período de cinco anos, colocou a América novamente nos trajetos do português Raimundo José de Sousa Gaiosó, lugar de onde partiu quando tinha oito anos<sup>134</sup>. Nascido em Buenos Aires em 1747, filho do português João Henriques de Sousa (1720-1788), Gaiosó, que acumulará diversas patentes militares sem remuneração já a viver no Maranhão, estará até ao final da vida na órbita da memória do pai, que não foi desimportante figura nos quadros administrativos portugueses. João Henriques, depois de ter casado no Vice-Reino do Rio da Prata e ter filhos, volta a Portugal onde será nomeado escrivão do Tesoureiro-mor em 1762, cargo que ocupará por quase vinte anos até ascender a Tesoureiro-mor do Erário Régio.

---

<sup>134</sup> Inicialmente o degredo de Gaiosó seria para a Angola, como demonstra petição com relação dos degredados do ano de 1786. Curiosamente o Maranhão, em finais do século XVIII, não parecia ser destino comum de punidos, como o havia sido no século XVII. Existia uma hierarquia geográfica de acordo com os crimes; em relação aos militares degredados, o destino comum parece ser a Índia, como forma de incremento dos corpos militares naquela região. Alguns documentos com relação dos degredados transparece certo arbítrio dos condenados para qual lugar preferiam ir, como um tal de Joze Feliciano que é acusado de deserção e que “prefere ir para a Índia”. AHU\_AVULSOS, D. 548; D.551.

João Henriques foi Tesoureiro-mor até à sua acusação e queda, junto com o filho que havia sido nomeado seu ajudante em 1781. Os motivos da desgraça do tesoureiro não possuem muitos precedentes documentais, mas o seu afastamento deu-se como o próprio Gaioso explica no seu testamento, por acusações de extravios consideráveis das somas que lhe eram depositadas<sup>135</sup>. Perdida a confiança que o cargo exigia, atribuída desde a época do seu protetor, Pombal, continuou no cargo até diante de D. Maria I, quando foi afastado do cargo em 1787, morrendo um ano depois<sup>136</sup>. O prestígio que a família tinha diante da Rainha teria minimizado a consequência das descobertas das fraudes, tendo sido o filho levado a maior punição: o degredo<sup>137</sup>. No entanto, o português degredado, que se diz ter sido educado em França e Inglaterra, parece ter tornado a sua “punição”, nas terras da Capitania do Maranhão, trampolim para o enriquecimento pessoal, ascensão hierárquica e reconhecimento intelectual<sup>138</sup>. A confluência de tantos capitais na órbita da biografia social de Gaioso, amigo que era do ex-ouvidor Bandeira, torná-lo-á, ao mesmo tempo, *persona non grata* pelo seu suposto

<sup>135</sup> No seu testamento, escrito um ano antes de sua morte, Gaioso tece uma narrativa acerca dos elementos que levam à sua punição numa tentativa, já no final da vida, de justificar-se diante dos seus filhos e atestar a sua inocência diante das acusações de desvios do Erário Régio. Ao envolver um seu primo, Ignácio José de Sousa, e denunciar o seu total desconhecimento dos desvios, assim como de seu pai que teria ficado “tão furioso” ao descobrir os desvios, narra detalhadamente os movimentos que levou ao julgamento e o “constituir réo na frente da Soberana”. ATJMA. TESTAMENTO Raimundo José de Sousa Gaioso. Arquivo do Tribunal de Justiça, MA, livro 1812-1813. Ribeira do Itapecuru, 24. maio.1813, fl.53-62.

<sup>136</sup> Innocencio no seu Dicionário diz que fora afastado e sucumbiu pouco tempo depois por consequência de sua desgraça. Edylene Moraes de Santos Lima (2011) chega a dizer que ele teria sido enviado ao Maranhão como seu filho, o que não possui nenhum indício; a confusão pode ter sido feita pela existência de registos de um João Henriques de Sousa Gaioso, filho de Raimundo José, que deu esse nome a um dos filhos justamente em homenagem ao seu pai, João Henriques. LIMA, Edylene Moraes dos Santos. Raimundo José de Sousa Gaioso: do prestígio ao degredo in GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri. *Ensaio de Biografia e História*. São Luís: Café&Lápis, 2011, p.3752. O sentido proposto por Edylene Lima, que chamou a atenção para a constante tentativa de Gaioso de reabilitação do nome da família, aparece neste texto invertido: foi do degredo e dos desdobramentos da punição que Gaioso chegou ao prestígio, e não o contrário como a sua interpretação sugere.

<sup>137</sup> Essa ideia levantada por Innocencio e que será repetida por todos os que escreveram sobre João Henriques, ou pelo seu filho, possui muita semelhança com o conteúdo do testamento que Gaioso escreve em 1812, um ano antes de sua morte, o que levanta a suspeita de que o anónimo que enviou para o autor do *Dicionário bibliográfico* informações sobre o português, pode ter usado ou ter lido trechos ou relatos inspirados no conteúdo da “defesa final” do já falecido Gaioso ou mesmo de um outro manuscrito que ele escreve no final da vida como forma de defesa e reabilitação da memória da família que destacarei mais à frente. SILVA, Innocencio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858, Tomo III, p.384-385; Tomo VII, p.53-55; SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883, Tomo VII, p.115-116.

<sup>138</sup> As informações sobre os locais de estudo de Gaioso são oriundas de um conjunto de informações que Innocencio, na composição do seu *Dicionário...*, diz ter recebido de um anónimo; não se diz onde, na França e na Inglaterra, Gaioso estudou nem o que estudou. Não existem referências, nos arquivos na Universidade de Coimbra, de Gaioso ter passado por lá, nem mesmo os seus filhos, que parecem, pelo menos um deles, ter feito os estudos em Lisboa. Esse dado quebra a lógica de encadeamento que ligava toda a produção intelectual, particularmente das memórias de Economia política do Reino, de algum modo vinculada à Coimbra reformada. No entanto, já no Maranhão, Gaioso não ocupará nenhum cargo na administração colonial, senão receberá patentes militares várias, como comento a seguir, o que demonstra que os intelectuais que não se inseriam nas malhas da burocracia buscavam outras formas de inserção nos aparelhos, mesmo que em patentes menores sem remuneração. O Estado ainda é espaço-forma que molda os espíritos e de que todos querem fazer parte, e os produtores serão, com os burocratas de carreira, agentes desse espaço.



envolvimento nos desvios e personagem sempre citada pela sua memória, publicada postumamente por decisão da sua viúva<sup>139</sup>.

A sua chegada ao Maranhão, provavelmente em 1786-7, não é definida por muitas movimentações e registos, marco de um período de cumprimento dos cinco anos de degredo, que se encerrou em 1791. Pouco tempo depois pede uma carta de confirmação de sesmaria, no Rio Itapecuru, reduto central dos grandes produtores de algodão e arroz, onde se instalará<sup>140</sup>. Jerônimo de Viveiros (1954), em decorrência da intensa atividade comercial provinda da produção de algodão dessa região, mostrou como os principais produtores do Itapecuru dominaram as negociações na Praça de São Luís, até então com uma grande participação dos ingleses, e Gaioso, junto de Lourenço de Castro Belfort, José António Gomes de Sousa, Luís António Vieira da Silva, será um dos principais “lavradores”<sup>141</sup>.

Portanto, após o degredo, Gaioso parece ter recebido uma redenção do Reino, e a sua sesmaria foi um pré-requisito para o enriquecimento. Pouco tempo depois, em 1795, pede autorização para casar, já que era proibido desposar alguém ao possuir bens da Coroa<sup>142</sup>. A licença chega e casa com Anna Rita de Sousa que, como não poderia escapar à norma, era filha de um importante proprietário e militar, José António Gomes de Sousa<sup>143</sup>. Do Governador D. Rodrigo de Sousa, Gaioso conseguirá, via o seu sogro, a nomeação para o posto de *Capitão da quinta Companhia e segunda de Granadeiros do terço de infantaria auxiliar de Itapecurú*, de quem José Gomes de Sousa era mestre de campo<sup>144</sup>. A partir dessa primeira patente militar pedirá várias outras promoções, provisões e agregações, até alcançar o seu posto máximo,

---

<sup>139</sup> O pai de Gaioso foi também, o que pode ter determinado o interesse pela Economia política, particularmente pelo Comércio, do filho, primeiro lente das aulas de comércio em Lisboa, projeto pensado e capitaneado pessoalmente por Pombal. As aulas, iniciadas em 1759, já estavam previstas nos Estatutos da Junta do Comércio, de 30 de setembro de 1755, foram anotadas por aluno do lente, o que deu origem ao manuscrito *Arte da escritura dobrada* (1765), para servir de manual para os alunos e que é considerada revolucionária pela introdução, em Portugal, de um novo método de registo do Erário Régio. Publicou o *Discurso político sobre o juro do dinheiro* (1786) que segundo Innocência teria causado uma acalorada discussão na época sobre a legitimidade, inclusive teológica, dos juros sobre o dinheiro. SOUSA, João Henriques. *Discurso político sobre o juro do dinheiro*. Lisboa: Regia Officina Typográfica, 1786; *Arte da escritura dobrada, que dictou na Aula do Commercio João Henriques de Souza*; e copeada para instrução de Joze Feliz Venancio Couto no anno de 1765, 452p. 23cm; SILVA, Innocencio Francisco da. *Op. cit*, loc.cit; CARDOSO, José Luis. Uma notícia esquecida: o ensino de economia nas Aulas do Comércio. *Estudos de Economia*, v. V, nº1, out.dez, 1984, p.87-101.

<sup>140</sup> AHU\_MA, D.6942; D.6954.

<sup>141</sup> VIVEIROS, Jerônimo de (1954). *Op. Cit*, Tomo I, p.173. O termo “lavrador” era tradicionalmente associado a proprietários e produtores.

<sup>142</sup> Essa disposição apareceu em 23 de Novembro de 1616 e fora renovada pela Lei de 29 de Novembro de 1775. THOMAZ, Manoel Fernandes. *Repertório geral ou indice alphabetico das Leis extravagantes do Reino de Portugal*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1815, Tomo I, p.108

<sup>143</sup> Mestre campo, possuía uma sesmaria junto ao Rio Munim e pede reforma em 1800, dada a idade avançada. AHU\_MA, D.8734; D.6015.

<sup>144</sup> AHU\_MA, D. 7465.

*Tenente Coronel*, confirmado por decreto, publicado na *Gazeta de Lisboa* em 1806, sendo que em nenhum deles receberia soldo nem emolumentos<sup>145</sup>.

Esses movimentos de petições, pedidos de promoções, e outros poucos registos da presença de Gaioso no Maranhão não são factos fora do comum; tratando-se de um militar que não ocupou cargos em São Luís e tendo rapidamente se mudado para o Itapecuru, é natural que os registos documentais sejam esparsos e sem grande curiosidade. A “discrição” de que Gaioso teria lançado mão, facto destacado por algumas notas biográficas sobre ele, pode não ser nada mais que um circunstancialismo do modo de vida que passara a ter, de dono de terras e de escravos, atuando diretamente com a Praça de Comércio e com os mercadores ingleses<sup>146</sup>. Desse conjunto de movimentos sem expressividade para o objetivo que aqui delineio de busca pelos caminhos das ideias, ou dos usos sociais e apropriações bibliográficas de Gaioso, alguns escritos sobressaem. À sua autoria são atribuídas as memórias *Apontamentos do que tem lembrado para aumentar a riqueza do Estado... (1790)*<sup>147</sup>; *Descrição do método que atualmente se pratica nesta Capitania para a cultura e manipulação dos gêneros...(1798)*<sup>148</sup>; *Manifesto histórico-analítico, ou compilação dos documentos verídicos que comprovam que Raimundo José de Sousa Gaioso...(1810)*<sup>149</sup>. O seu mais importante trabalho, provavelmente escrito após 1810, mas que será publicado apenas em 1818, é indiscutivelmente o *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão...* obra que analiso a seguir<sup>150</sup>.

<sup>145</sup> AHU\_MA, D.8314; D.10643; D.11303;

<sup>146</sup> Gaioso só pedirá terreno para contruir uma casa em São Luís em 1805. AHU\_MA, D.10405; LIMA, Edyene Moraes dos Santos. *Op.cit*, loc.cit.

<sup>147</sup> ..., e reflexões políticas sobre o modo de atalhar algumas desordens da fazenda real, promover a indústria e o comércio, as artes, as manufaturas, por meio do restabelecimento do crédito público, offerecidas ao serenissimo senhor D. José, príncipe do Brasil, no anno de 1790. Citado por Innocencio no seu *Dicionario*, diz ele ser inédito. SILVA, Innocencio Francisco da. *Op. cit*, loc.cit.

<sup>148</sup> ..., que se exportão para o reino, assim como das máquinas que servem para limpar e descaroçar o algodão. São Luís, 1798. Esse manuscrito é citado por Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008) que atesta a autoria a Gaioso. Nesta memória, Gaioso enumera as etapas do cultivo do algodão, cana, arroz, mandioca, gergelim, jerimum, milho, feijão, batata e do cará, tendo em vista a preocupação com o calendário do cultivo e as suas melhores épocas de plantação. No *Compêndio*, Gaioso diz ser autor de outra memória, *Notícias histórico-políticas sobre o Maranhão*, e das suas produções, sem data e sem menção do destinatário. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A ideologia da decadência: leitura antropológica de uma história da agricultura do Maranhão*. Rio de Janeiro: Casa 8, Fundação Universidade do Amazonas, 2008, p.48. Além do *Compêndio* não localizei nenhum dos outros escritos.

<sup>149</sup> ..., ajudante que foi do Thesoureiro –mor seu pae, João Henriques de Sousa, foi setenciado na causa dos extravios do Erario em 1786, arbitraria, lisonjeira e injustissimamente, com nilidade de sua natureza, visto a sentença ser dada contra direitos expressos, e fundada em falsas definições e errados principios de direito, e contra a verdade sabida dos autos, apezar de algumas omissões, e de alguns factos aparentemente peccaminosos, dos quaes não lhe redundou nunca interesse, e só sim se encaminhavam em beneficio da fazenda real (1810).

<sup>150</sup> ... suas producçoens, e progressos, que tem tido até ao prezente, entraves que a vão deteriorando; e meios que tem lembrado para desvanecer-los, em augmento da mesma lavoura, e sem prejuizo do real patrimonio. Pariz : P.N. Rougeron, Impressor, 1818. Neste texto as citações seguem a paginação da primeira edição que teve edição facsimilar nos anos 1970 publicada em São Luís.

## 2.2 O *Compêndio*: Gaioso por uma Economia política histórica

Já disse que as minhas forças eram pequenas para uma carga tão pesada, e que envolvido no inverno dos meus anos, coberto de cansaço e gozando uma saúde de pouca duração, podia já contemplarme como membro inútil da República. Porém, ou seja efeito da vaidade que acomete mais aos velhos do que aos moços, ou seja o amor que tenho a uma cidade, que um fatal destino me deu por pátria, e onde achei minha subsistência, sinto as minhas forças reanimarem-se e, insensivelmente, peguei na pena. *Compêndio*, p.227.

A publicação do *Compêndio* de Gaioso em Paris em 1818 e a sua difusão pelo universo luso-brasileiro é de difícil percepção e as condições anteriores só podem ser percebidas em limitadas sugestões como o excerto acima. Somente décadas depois da primeira edição é que se passa a perceber apreciações ou citações à obra do militar português. Gaioso, que não verá essa movimentação, dada a sua morte em 1813, antecede ao discurso preliminar da sua memória as futuras críticas de ter apenas compilado informações de Berredo na primeira parte do seu discurso, onde diz que irá trabalhar com a história do Maranhão desde o seu descobrimento e algumas notícias das suas vilas e populações. O uso de Berredo, anunciado na sua introdução, como máxima referência e principal objeto de críticas posteriores, é colocado antes sob defesa. Sobre este aspecto avisa, de antemão, diz que “os autores de que extrai os fundamentos destas memórias chamar-me-ão um plagiário. Não importa, se o sou é com boas intenções”. E ainda nesse sentido, noutros momentos do texto, sobre o estilo, deixa claro que sua “linguagem será expressiva, mas nunca lisonjeira, nem criminosa”. Esse aspecto denuncia, como destacarei mais à frente, a preocupação de Gaioso com a configuração de uma esfera pública de leitores naquele momento.

O texto, dedicado a D. José I (1714-1777), possui também, nos seus discursos preliminares, uma tentativa de reabilitação da memória do Rei e de certa proeminência do espírito reformista e iluminado de Pombal<sup>151</sup>. Essa lógica, interpretada, segundo ele, pelo caráter recluso e reservado do Monarca, teria dado ao ministro todos os créditos, mas no fundo não tomava nenhuma decisão sem o aval do mandatário. A interpretação de Gaioso, retomada recentemente por trabalhos de historiografia portuguesa sobre o período, resulta na louvação de todas as ações do Rei, tomando a Universidade de Coimbra, donde via “raiar o astro luminoso”,

---

<sup>151</sup> GAIOSO, *Op.cit*, p.35 et. seq.

como o grande lugar de renovação, assim como se depara com problemas em torno de uma falhada tentativa de ignorar a figura do ministro de D. José I<sup>152</sup>. Esse aspecto torna-se perceptível na evocação do “espírito iluminado” ou “iluminado discernimento” do período que será direcionada ao próprio ministro ao mesmo tempo que o Rei não mais aparece na centralidade do discurso. A mão restauradora do Conde de Oeiras e a seu patriotismo pela instituição das Companhias monopolistas, que defende Gaioso, serão retomadas por toda uma geração saudosa em memórias que, representando as classes produtoras do Maranhão e demais capitanias, idealizaram uma cronologia de uma anterioridade “opulência”, da criação à extinção das Compahias, até ao início e culminar da “decadência”<sup>153</sup>.

De início, logo demonstrando a tônica do texto e deixando-a clara, o principal aspecto a ser defendido, como destaquei acima, coloca o comércio como centro de todo o necessário projeto do Estado e a D. José I devota o renascer do Maranhão que, pela Cia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755), se viu, segundo ele, em crescente progresso. Esse ponto em comum que liga Gaioso e Bandeira não era estranho para agentes que, envolvidos com o comércio de géneros produzidos pela terra, tivessem maior afeição aos monopólios e contratos, tendo em vista o grupo onde estavam inseridos. Esse discurso de “classe”, de interesse e defesa de pontos comuns entre os produtores e comerciantes, de grosso e pequeno trato, demonstra a conexão evidente de interesses de um grupo socialmente constituído durante o período pombalino, que lhe conferia unidade em determinados momentos como defende, no caso dos comerciantes da Praça de Lisboa, Jorge Pedreira (1995), que era dotado “de uma identidade cultural e capaz de organizar a ação política, para fazer valer seus interesses económicos”<sup>154</sup>. No entanto, essa conexão não era total e dos produtores das Ribeiras dos Rios Itapecuru, Mearim, Munim e Grajaú para com os seus correspondentes na Praça de São Luís, e deles para com os compradores, não era harmónica e denuncia Gaioso, em alguns momentos, a mancomunação de muitos contra os “patriotas”.

A primeira parte da memória, constituída de um apanhado histórico da expansão portuguesa até aos conflitos com os franceses e holandeses pela ocupação do Maranhão, faz-se

---

<sup>152</sup> GAIOSO, *Op.cit.*, p. XIV.

<sup>153</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José I*. Lisboa: Temas e Debates, 2008; GAIOSO, *Op.cit.*, p. 170.

<sup>154</sup> PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Op.cit.*, 1995, p.469. No caso dos comerciantes da Praça de São Luís, a maioria com estabelecimentos produtivos na Ribeira do Itapecuru e demais bacias dos rios da região, as conexões estabeleceram-se de forma mais evidente pelas uniões familiares. Além disso, os claros movimentos de acumulação de terras, arrematação de contratos e envolvimento na política da Capitania revelam aspectos nítidos das ações coletivas desses grupos no sentido de defesa de espaço económico, político e, em alguns casos, intelectuais. Sobre isso ver Marise Helena de Campos (2008) e Antonia da Silva Mota (2007; 2012).

no sentido das críticas a ela direcionadas: resenha do *Annaes* de Berredo. Tanto pelas inúmeras citações quanto pelas informações resgatadas e pelo estilo, o que pode ser verificado com uma comparação direta das menções entre os dois textos, que possuem quase setenta anos de distância das primeiras edições. É curiosa a diferença entre os escritos de Bandeira e de Gaioso neste aspecto; teria o primeiro não tido acesso à obra de Berredo? Possivelmente não era uma publicação das mais acessíveis, mas para um egresso de Coimbra com larga “livraria” era pouco provável que não a possuísse. A principal desconexão dava-se pela ocupação, no caso de Bandeira, de cargos na administração colonial, ao contrário de Gaioso. O acesso a informações privilegiadas, como as movimentações das alfândegas, balanços e relatórios dos governadores, dava a Bandeira maior espaço inédito de manobra nas suas memórias.

A dimensão que essa primeira parte histórica ocupa na obra é inusual, pois cerca de um terço da publicação é ocupada com os resgates de obras de notícias históricas, populares entre o meio intelectual, como as obras de João de Barros (1496-1570), *Décadas da Ásia* (1552); Abade Raynal (1713-1796), *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les Deux Indes* (1780) e o conhecido *The history of America* (1792) do escocês William Robertson, de onde Gaioso retira diversas referências sobre as raças e as gentes da América<sup>155</sup>. No entanto, os usos dessa parte no decorrer da memória, parecem limitar-se a uma noção de uma filosofia histórica iluminista de antecedentes e de construção evolutiva dos argumentos, presente de forma clara nas obras históricas de *Montesquieu*, citadas por Gaioso, e que buscavam não uma conexão objetiva, mas um aparato de legitimação, facto controverso dado o sentido quase independente desses levantamentos em obras do período.

Das descrições que faz da capitania, suas dimensões e limites, reproduzindo os dados de Berredo, destaco os comentários do tipo humano, dos modos de sociabilidade e das classes sociais e suas características, essas já demonstrando independência e originalidade interpretativa<sup>156</sup>. Para ele existiam cinco classes no Maranhão e todas elas tinham, pela posição

<sup>155</sup> Ao longo da primeira parte cita John Christopher Wagenseil e a sua *História Universal; Dicionário de Comércio*, de Savary; de António Galvão o *Tratado dos descobrimentos antigos, e modernos, feitos até à era de 1550.: com os nomes particulares das pessoas que os fizeram: e em que tempos, e as suas alturas, e dos desvairados caminhos por onde a pimenta, e especiaria veyo do India às nossas partes* (1731), entre outras obras generalistas não identificadas.

<sup>156</sup> É destacável, nas descrições dos géneros e produtos da Capitania que poderiam servir para produção e exportação, a preocupação de Gaioso em definir e descrever o “calendário” dos produtos, condições e pré-requisitos dos terrenos e algumas considerações do modo de se produzir algum derivado; esse detalhe, presente em inúmeras memórias que lançam mão do mesmo levantamento descritivo, deixam claro, no discurso, uma empiria que falta noutros momentos, como destaco a seguir. De todo o modo, essa geografia da produção, dos ciclos das cheias dos rios, dos movimentos dos transportes fluviais, os tipos de madeiras e de canoas para o enviar de arroz e algodão, são destacadas por Gaioso, mesmo que de modo não central.

e génio, o seu grau de contribuição para a “riqueza do Estado”. A dimensão que essa interpretação sugere, de um rompimento com tradicionais concepções de classes sociais, ou de comuns interpretações tripartidas dos conjuntos humanos (nobreza, clero e povo), é de curiosa posição no texto. A primeira das classes era a dos europeus, ou “filhos do Reino”, que ocupavam todos os cargos burocráticos e que são, nos problemas com as outras classes, a “origem do mal”<sup>157</sup>. De génio soberbo, os reinóis não eram totalmente o avesso da segunda classe, os “filhos da terra” ou nacionais, de génio doce e amável que não se envolviam diretamente nas intrigas<sup>158</sup>. Esses dois grupos compunham o capital produtivo, lavradores e comerciantes, além dos inseridos no aparelho administrativo.

A terceira classe, os mestiços ou “misturados”, são o resultado das uniões informais ou mesmo ocasionais que, segundo Gaioso, resultam nos mulatos ou mestiços. Ao reproduzir a famosa “taboada das misturas” (imagem 2), que teria retirado de uma obra chamada *Guia do commercio da America*, sem autoria declarada, que denunciou ser de William Robertson, Gaioso atribui o seu génio à robustez para o trabalho, que se ocupam em artes que, as duas primeiras classes, por preguiça ou vaidade, desprezam. A tabela reproduzida por Gaioso, única do género nas publicações do período, que Gilberto Freyre (1936) diz ter sido a primeira sistematização da miscigenação no Brasil. Patricarcal, possui notório simbolismo acerca da ideologia do branqueamento ou mesmo das noções de raças e tipos diferentes de humanos, preconizados no seu tempo, de forma sistemática, mas não inovadora, por Azeredo Coutinho na *Dissertação sobre a Variedade das Côres da especie humana*, encaminhada para as coleções da Academia de Ciências de Lisboa em 1799, não publicada<sup>159</sup>.

<sup>157</sup> As diretas menções às duas primeiras classes que habitavam essa região não eram das mais louváveis e a crítica aos modos são comuns nos escritos do período. Em 1813 o juiz de fora e ouvidor Bernardo José da Gama, que é citado no *Compêndio*, ao deixar o Maranhão em 1813, escreveu sobre as duas primeiras classes de Gaioso: “Eis aqui o carácter dos indivíduos dela: altivos e ao mesmo tempo sombrios e desconfiados, arrogantes e ao mesmo tempo tímidos e baixos, adutores ao mesmo tempo traidores: só temem e nada respeitam”. Joaquim José Sabino, de quem trato no capítulo a seguir, tinha também a mesma opinião tanto sobre a “elite da terra” quanto sobre os Reinóis que por lá viviam. GAMA, Bernardo José da. *Informação sobre a capitania do Maranhão no ano de 1813*. Viena: Imprensa do filho de Carlos Gerald, 1872. Arquivo Nacional, Seção de Obras Raras, p.22.

<sup>158</sup> Esses imbróglis entre “portugueses” e “brasileiros”, que ficarão mais evidentes no período após o Movimento do Porto (1820), estavam latentes muito mais na dimensão comercial, inicialmente, que no conduzir político dos factos. Isso se evidenciava pela dependência de muitos produtores, fossem naturais do reino ou nacionais, do crédito dos portugueses e ingleses da Praça de São Luís e de Lisboa.

<sup>159</sup> Essas categorias possuem diretas influências de Linneu e da sua *Systema naturae* (1735) que nas suas sucessivas edições desenvolveu a noção de espécie e de divisão quádrupla do Homem: o europeu, o asiático, o africano e o americano, com seus respectivos temperamentos e um determinismo geográfico que resistiu até Ratzel (1898) e Orlando Ribeiro (1978); no campo filosófico não se devem totalmente a Montesquieu (1748) e a Buffon (1749-88) as elaborações da influência do clima no temperamento dos diferentes tipos humanos, dada a ancestralidade da discussão, mas a sua influência e dimensão devem ser consideradas tendo em vista esse ideário de grupos e “espécies”, quando as condições fenotípicas estavam também associadas à condição social enquanto classe. FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.*, p.632-643; a memória de Azeredo está transcrita e analisada em PIMENTEL, Maria

## TABOADA DAS MISTURAS.

*Para ficar branco.*

1 branco com huma ne- gra produz mulato . . .	}	Metade branco, metade preto.
1 branco com huma mulata produz quar- tão. . . . .	}	Tres quartos branco, e hum quarto negro.
1 branco com huma quartão produz outão. }	}	Sete outavos branco, e hum oitavo negro.
1 branco com huma outona produz bran- co. . . . .	}	Inteiramente branco.

## TABOADA DAS MISTURAS.

*Para ficar negro.*

1 negro com huma branca produz mu- lato. . . . .	}	Metade negro, e metade branco.
1 negro com huma mulata produz quar- tão. . . . .	}	Tres quartos negro, e 1 quarto branco.
1 negro com huma quartão produz ou- tão. . . . .	}	7 outavos negros, e 1 outavo branco.
1 negro com huma outona produz negro. }	}	Inteiramente negro.

**Imagem 2.** “Taboada das misturas”.

**Fonte:** GAIOSO. *Op. Cit*, edição das páginas 119-120.

As demais classes, a quarta e a quinta, são, para Gaioso, os negros e os índios pela ordem que ele apresenta. Os primeiros, essa “desgraçada parte da espécie”, seja na lavoura, seja no serviço doméstico ou no “ganho”, são apontados pelo militar como uma opção cômoda para os seus donos. No entanto, noutros momentos, condena os maus-tratos aos escravizados, práticas que seriam, numa lógica comum, prejuízo aos capitais dos lavradores, assim como às suas lavouras e consciências. As causas da mortandade dos escravos, para além dos maus tratos, são apontadas como a má alimentação que, para ele, era oriunda da pouca atenção dos senhores, o que seria um erro, pois devia garantir-se-lhes as forças. Os índios são para Gaioso, e toda a sua geração, naturalmente “indolentes” e as desavenças dão-se entre os que não vivem nas cidades. Os problemas, agora resolvidos pelo Procurador-Geral dos índios, são sempre com vista a protegê-los da escravatura, como anteriormente haviam sido tratadas essas “desgraçadas nações”<sup>160</sup>.

Sobre os costumes das três últimas classes, os misturados, negros e índios, Gaioso condena a sua constante incontinência, de viverem amancebados, descalços, com poucas roupas e com vergonhas ao ar. O que mais espanta o português que se diz, noutras palavras, já ter para si essas coisas em estado familiar, é a predileção de muitos brancos europeus ou da terra em viverem de iguais costumes, abandonando as suas mulheres e desposando negras e índias que ele diz não saber explicar “um gosto tão extravagante”. Aos brancos da terra Gaioso desculpa, pois, pelo costume de serem aleitados pelas escravas desde crianças, preservam as “inclinações” quando adultos. Já os do Reino, diz não achar “razão alguma” que lhes dê álibi para essas práticas<sup>161</sup>.

O enquadramento conceitual do modo de organização social no Maranhão proposto por Gaioso não obedece à simples formação de grupos majoritários, ou vinculados à tradição institucional. “Clero, nobreza e povo” não poderiam ser compatíveis com a existência de outras instituições que, por sua vez, estavam imersas em universos antagónicos mas, na prática, harmónicos: escravidão e catolicismo; luzes e sombras do iluminismo europeu; monocultura, privilégios com a liberdade de comércio, entre outros. A noção da existência de duas classes que, das Ciências sociais passa à História, ou mesmo da impossibilidade de existência de uma ‘classe média’, intermediária, deve ser problematizada tanto pela simplificação dicotómica que sugere – senhores e latifundiários de um lado e demais despossuídos – tanto pela variação das

<sup>160</sup> GAIOSO, *Op.cit.*, p. 120-121; 201.

<sup>161</sup> Idem, p.122-123.



formas de organização social como pela divisão do trabalho entre os espaços<sup>162</sup>. A presença capital de um cenário de produto único, o algodão, escravidão e imigração não pode ser desconsiderada no momento de se perscrutar a formação social e classista no Brasil. A ausência de uma ‘revolução burguesa’ de tipo europeia e a consolidação de modo de produção capitalista compatível com a teoria liberal teria atrasado a delimitação de formas de diferenciação social e de classes mais nítidas no posterior processo de independência política e institucional? Se por um lado não se pode afirmar a incompatibilidade das ideias e das suas aplicações a determinado cenário, como essas adaptações correntes, e ‘necessárias’ aos olhos dos contemporâneos como Gaioso, moldaram efetivamente ‘novos’ grupos à revelia da natureza dos modos e espaços de produção? Parece que a proposta de classes de Gaioso supera essas noções pela confluência da noção de raça ou de tipos humanos, algo não inédito mas inovador no caso colonial maranhense.

A racionalização das instituições do Estado na metrópole e a montagem de uma elite uniformizada, pelo menos no que se refere a maneira de pensar vinculada aos interesses da Coroa<sup>163</sup>, estavam imersas na presença do tráfico negreiro e da inserção dos indivíduos escravizados na sociedade colonial. Por sua vez, o consulado pombalino institui, para além do monopolismo e dos incentivos na exploração, novos caracteres na compreensão dos grupos sociais em torno do poder, ou mesmo dos marginalizados, sem grandes ecos que pudessem querer homogeneizar, da Cisplatina ao Grão-Pará, formas de organização real e simbólica dos espaços e dos atores sociais<sup>164</sup>. Nesse sentido, a aparente balbúrdia de uma junção possivelmente contraditória mostra-se conflituosa não pela natureza mesma da sua constituição, mas pelas tensões políticas que elas sugerem ao largo da montagem, por exemplo, do Estado Imperial, ou mesmo antes, na transição ao período mariano-joanino, que Gaioso assiste e classifica em cinco estamentos<sup>165</sup>.

---

<sup>162</sup> WILLEMS, Emílio (1970). Diferenciação social no Brasil Colonial. Revista Ciências Sociais. Vol. II, n.01, p.114-139.

<sup>163</sup> Essa questão, em recentes revisões historiográficas, vem sendo questionada tanto pelos caminhos que seguiram as elites no período de emancipação política quanto pelos inúmeros projetos que surgiram após a Revolução do Porto, pondo em questão essa noção uniformizadora. CARVALHO, José Murilo de. *A formação da Ordem/ Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Relume, 1996.

<sup>164</sup> Lista-se a abolição da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos (1773), tentativa de nobilitação de classes mercantis como formas de diferenciação social em “classes” ou “grupos”; Charles Boxer diz que Pombal implementou medidas para melhorar a percepção dos mercadores diante da sociedade portuguesa que os viam “como um indivíduo de classe média parasitário e explorador decidido a enriquecer à custa dos seus semelhantes”. BOXER, C.R. *O império colonial Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969, p.303-304.

<sup>165</sup> Os antecedentes setecentistas que se desdobram na definição política de outros grupos estão, por vezes, demasiado enraizados em espaços de observação da Europa do que nas longínquas capitânias de Além-mar, que impelem metodologicamente os estudos a pensarem em estruturas locais, se não independentes, mas com um poder de ‘originalidade’ capital na construção da narrativa, assim como no esforço de Gaioso. Os trabalhos recentes têm feito esforços nesse sentido, da atuação de agentes específicos nos processos de organização da colonização, desde

As menções às duas últimas classes também estão inseridas pelo militar nos descritos entraves para a riqueza e progresso da lavoura. Na segunda parte da memória, em cinco razões detalhadas de elementos que estavam contribuindo para a ruína e decadência da produção da Capitania, Gaioso lista, na sua primeira, a atestada ausência de terras ou dificuldade de acesso a elas. Esse aspecto está relacionado com o *Compêndio* pela presença dos gentios “bravos”, incivilizados<sup>166</sup>. Embora o militar critique os jesuítas, há muito expulsos daquelas terras pelas suas ambições, reconhece que durante a presença e por meio das iniciativas dos “resgates” existiam menos ataques aos sesmeiros e suas lavouras e que o risco à vida, nas matas “infestadas” dos gentios, estava a impossibilitar o acesso às melhores terras. Nos ainda não totalmente conhecidos Rio Mearim, principalmente na sua parte alta, e Grajaú, além do Itapecuru, existia a necessidade de se “desembaraçarem-se” dos nativos e de se chamar mais braços para aquelas regiões e suas vulneráveis lavouras (imagem 3 e 4).

Essa referida política, no entanto, não é caracterizada. Se num determinado momento se refere aos nativos com pesar e necessidade de “se livrar do problema”, noutros evoca os tão mal explicados “direitos do Homem”. A abolição da escravidão indígena, ainda na primeira metade do século anterior de que escreve Gaioso, é elogiada e colocada como desdobramento dos progressos da filosofia, no entanto, por mais que pareça denunciar capciosamente alguma posição diante da escravidão do negro africano, escusa-se. Ora o comércio, ora a produção não existem sem o outro e a subsistência é argumento apenas para se falar em alimentação da escravidão ou dos responsáveis pelos serviços de menor reputação e mecânicos. Os religiosos surgem em discretas menções acerca desse respeito, mas Gaioso parece que não estava em situação tão confortável em relação aos conventos e sua atuação. Os dados compilados pelo militar Antonio Bernardino Pereira do Lago, que chegou ao Maranhão em 1818 e publica quatro anos depois sua *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão* indica o desconforto com os conventos: os seis levantados por ele naquela altura possuíam 14 fazendas e quase novecentos escravos, o que não era visto com bons olhos pelos produtores, dadas as facilidades e insenções dos religiosos<sup>167</sup>.

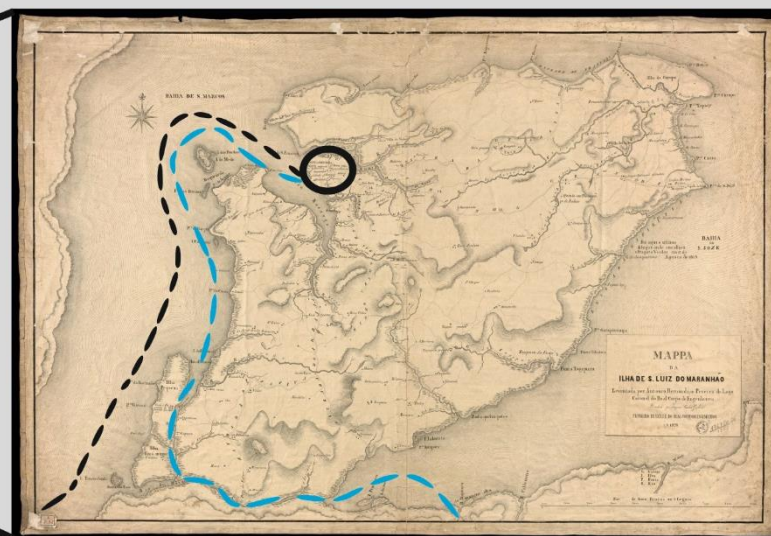
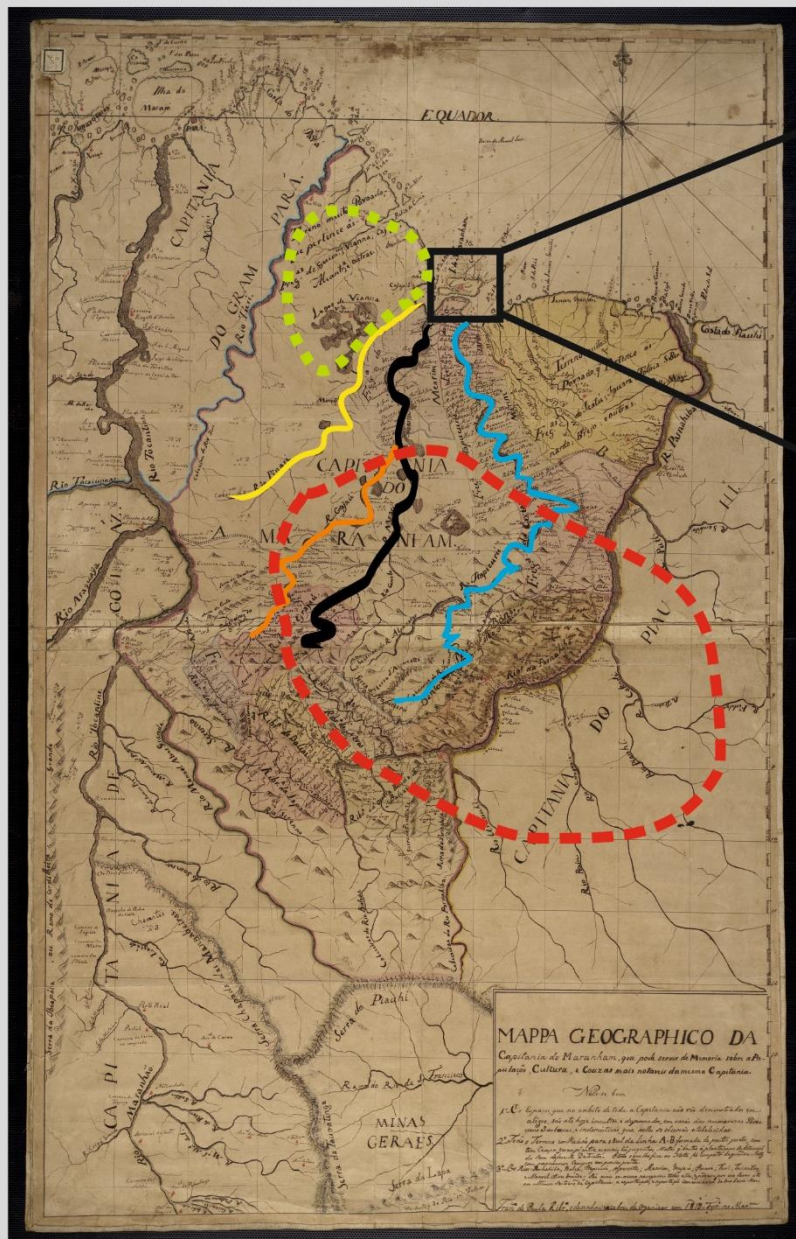
---

a estruturação urbana até à relação entre grupos sociais e o poder. O levante mineiro (1789) pode ser lido, nesse sentido, pela reafirmação dos elementos classistas já postos, já que não havia projeto político-social em vista. A Revolução americana servira-lhes mais como modelo de movimento anti-colonial de que modelo republicano. MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

<sup>166</sup> GAIOSO, *Op.cit.*, p. 226 et seq.

<sup>167</sup> LAGO, Antônio Bernardino Pereira do (1822). *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001, p.103.

Essa defesa de uma política do Estado que garanta o acesso a novas terras, menos exaustas da repetitiva cultura de um único gênero, faz Gaioso colocar sinuosamente a terra como meio de chegar às “riquezas mais sólidas”. E se as riquezas podem ser medidas, nesse caso, pelo crédito disponível e pelas vendas diretas das sacas de algodão e arroz, Gaioso entende que o preço também necessita da intervenção do Estado. Para isso, no mínimo fala em três tipos de preço: o *preço simples*, que seria o modo de quantificar o valor de troca do produto; o *preço comum*, que ele define sem clareza que “é aquele em que o comprador se pode tornar o vendedor” e vice-versa, sem nenhum prejuízo envolvido para nenhuma das partes e em outro momento fala em *preço intrínseco* que, pelo que exemplifica pelos cálculos, seria o preço da produção por saca. Para ele, o valor pago pelos mercadores na Praça nem sequer chegava a cobrir o valor de produção de cada saca de algodão, que seria cerca de 3.300 réis.



----- Produção da farinha de pau (mandioca)

----- Criação de Gado (Pastos Bons)

○ Porto de São Luís

~ Rio Pindaré

~ Rio Grajaú

~ Rio Itapecurú

~ Rio Mearim

■ Principais ribeiras produtoras de algodão e arroz

**Imagem 3 e 4.** Edição sobre mapas: destaque das bacias dos rios Itapecurú, Pindaré, Grajaú e Mearim, principais redutos de produção de algodão, arroz, farinha de mandioca, criação de gado e rota de transporte ao porto de São Luís para exportação. Em destaque: Golfão maranhense, Ilha de São Luís e sua concentração urbana.

**Fonte:** esquerda: *Mappa Geográfica da Capitania do Maranhão* desenhado pelo militar Francisco de Paula Ribeiro, 1819; direita superior: *Mappa da Ilha de São Luís do Maranhão*, desenhado pelo coronel Antônio Bernardino Pereira do Lago, 1820; os dados editados sobre os mapas foram extraídos da documentação e bibliografias citadas, tendo em vista a relativa exatidão dos mapas com o espaço maranhense.

O africano escravizado é, para Gaioso solução e problema, tanto pela sua natureza para o trabalho, no primeiro aspecto, quanto pelo seu “horroroso preço”, no segundo. Esse, demonstrado pelo autor com dados que teve acesso, conclui que o escravo da Guiné, em comparação ao da Mina e Angola, é mais caro e que, de modo geral, no Maranhão se pagava mais pelo mesmo escravo que em outras praças o vendiam. Isso sucedia, entre um conjunto de questões, com os “usurários” mercadores de escravos que - além de alcançarem 50% de lucro na compra do escravo e outros 50% na venda, além dos 6% de juros na venda a crédito, a mais praticada - faziam o lavrador “morder a isca”<sup>168</sup>. Segundo os seus cálculos, um escravo comprado na costa da Guiné custaria, incluídas variações com os géneros que eram usados como moeda de troca e os fretes, 85:000 reis sendo que, mesmo no extravasamento de condições para se obter as fazendas de Lisboa, barras de ferro ou panos, poderia, em casos extremos, chegar a 100:000 reis. O mercador, no entanto, em São Luís vendia-o por 160:000 réis, o que acrescido dos juros do crédito faria aumentar o preço inicial.

O conjunto de argumentos colocado por ele conecta o preço de escravo com a decadência da lavoura pela automática dependência dos “lavradores” para com os mercadores de escravo da Praça de comércio de São Luís. Ao comprarem “cabeças”, acometidos do natural “desejo de opulência”, não faziam o controlo das suas rendas, tendo em vista a aplicação somente do crédito disponível e o pagamento pela produção no seguir dos empréstimos. Mais uma vez, as suas medidas práticas para frear a decadência da produção agrícola se fazem em ilações sem objetividade, exigida nos casos dos textos arbitristas das décadas anteriores. As soluções para combater as práticas desses mercadores, como freio nos monopólios que, nas duas últimas décadas que antecedem Gaioso, estavam colocando os “lavradores” na órbita do endividamento sem lastro, não possui um roteiro. Contudo, ainda se refere à necessidade de controlo da igualdade de comércio. A máxima de que não se deveria impor restrições ao comércio aparece aqui com ressalvas oportunas, já que os monopólios formados pelos escravagistas impossibilitava o acesso às mesmas vias, o que diminuía a possibilidade de concorrência.

Sobre a atuação dos magistrados, Gaioso retoma a necessidade de legislações que, nas relações de crédito entre a Praça e os “lavradores”, não determinassem a penhora de bens, em caso de não pagamentos dos escravos adquiridos a prazo. Essa prática é condenada e foi Manuel António Leitão Bandeira, ex-ouvidor, que segundo Gaioso, imbuído de um sentimento de

---

<sup>168</sup> GAIOSO, *Op.cit*, p. 240 et seq.



“humanidade” teria limitado essa penhora nos “frutos”, lista-se, na produção e não nos bens, o que implicaria a bancarrota dos produtores em caso de não cumprimento. Os ouvidores que se seguiram não faziam o mesmo, o que causa estranhamento ao militar, que diz que mesmo tendo os ouvidores estudado na mesma universidade, a de Coimbra, possuíam menor sentido humano que Bandeira, para quem Gaioso já havia escrito a *Minuta histórico-apologética* anos antes.

O problema no “horroroso preço” da escravatura estava também, na facilidade de acesso ao crédito, ausência de concorrência na oferta e na demanda sempre crescente. Esses mesmos argumentos são exaustivamente calculados para falar do baixo preço do algodão e do arroz e das consequências para os fundos do “lavrador”. Os levantamentos aritméticos que diz fazer, baseados nos anos de experiência na venda, demonstram um minucioso trajeto da produção e da venda do algodão, principal produto de exportação da Capitania e das relações dos produtores com os mercadores e finalmente com os compradores. Reclama Gaioso dos produtores por não conhecerem seus limites, dos mercadores pela manipulação dos preços e pela formação artificial dos mesmos, diminuindo a demanda, e dos compradores, nomeadamente os ingleses, pela associação com aqueles. Encontrou o militar eco ainda em seu tempo, o que demonstra uma interlocução entre os lavradores e o círculo mandatário. O já citado Juiz de Fora e ex-ouvidor Bernardo José da Gama, ao deixar a capitania em 1813 escreve uma memória sobre o estado daquelas terras e dá grande destaque aos exorbitantes juros na compra de escravos e à periclitante situação das dívidas dos produtores diante da praça<sup>169</sup>. Soma-se a isso que o nordeste acucareiro e o sul minerador em sua constante demanda por novas cabeças de africanos escravizados para suas, faziam aumentar mais ainda o preço da mão-de-obra<sup>170</sup>.

Na mesma lógica do preço da escravatura, o autor do *Compêndio* chega à conclusão que o algodão do Maranhão era vendido mais barato que o de Pernambuco. Esse dado inquieta Gaioso fazendo-o escrever uma secção inteira sobre esse tema, “sobre a diferença dos algodões do Maranhão e Pernambuco”. E parece não encontrar argumento convincente, deduzindo que não se trataria de baixa qualidade, mas de menor processamento que, segundo ele, faria do algodão maranhense menos quisto pelos ingleses. Enquanto isso, a amarelidão do produto e a

---

<sup>169</sup> GAMA, Bernardo José da (1872). *Op. cit.*, p. 18-19. Os argumentos de Gama, no entanto, vão a ritmo avesso a argumentação de Gaioso. A decadência para ele estaria na facilidade e na abundância de terras e gêneros, o que fazia os lavradores abarrotarem-se de créditos e escravos sempre confiantes nessa abundância. O ócio, tão destacado por todos os memorialistas do período e que chegavam a apontar o clima “quentíssimo” como determinante é, para Gama, culpa da abundância e não de outra condição. A memória escrita em 1813 fora publicada em Viena em 1872.

<sup>170</sup> LIMA, Carlos de (1981). *Op.cit.*, p.161.

“mancomunação” dos mercadores para diminuir a demanda para caírem os preços, não existiriam em Pernambuco, então grande produto do gênero. Para justificar tal encadeamento, além de pedir a intervenção do Estado no assunto, cita memória publicada no *Correio Braziliense* pelo inglês Rogério Hunt, na edição de setembro de 1808, no qual lamenta a perda de qualidade do algodão de Pernambuco e a falta de cor do mesmo da Bahia; no Maranhão, diz, que “ha alguns anos a esta parte produz um algodão grosseiro e sujo, e esta impureza é de tal maneira incorporada com a fibra do algodão, que a sua separação é difícil e dispendiosa”<sup>171</sup>. A essa menção ao Maranhão, responde não concordar com o inglês e que ele não estaria bem informado sobre a forma e o manuseio do gênero, além de que as suas sugestões eram impraticáveis, dado o possível encarecimento do processo produtivo.

Entre outros argumentos acerca de uma possível diferença que justificasse os variados preços, Gaioso discorda da *Memória sobre a cultura dos Algodoeiros...* e de seu autor, Manuel Arruda da Câmara, que em 1799 a publica<sup>172</sup>. Entre os argumentos de Câmara, que atribui as variedades e qualidade de algodões pelos climas e pelas variações geográficas, Gaioso diz não acreditar em tal explicação, já que o clima de Pernambuco ao Maranhão não é tão diferente para culminar em tais variações<sup>173</sup>. Sobre a situação de Pernambuco parece que não era, ao contrário do que diz Gaioso, tão animadora e próspera. Os próprios contemporâneos atestavam o endividamento dos produtores, como também a historiografia, de que os mesmos problemas denunciados pelo militar no Maranhão eram vivenciados pelos lavradores daquela Capitania. O problema dos preços, tão remoído por Gaioso, dava-se como ele próprio denuncia sem certeza, pela falta de processamento do algodão maranhense que chegava aos portos ingleses sem demasiado valor agregado. Gaioso chega a citar cartas enviadas por ingleses ao Maranhão, em tempos do governo de Fernando Antônio de Noronha (1792-1798) - que teria obrigado a uma maior limpeza do gênero antes do envio aos compradores - um agradecimento pela prática que, ainda assim, após a saída daquele Capitão-General, teria sido descuidada<sup>174</sup>.

<sup>171</sup> CORREIO BRAZILIENSE. *Observações sobre o algodão do Brazil para informação do cultivador*, publicado por Rogério Hunt, Londres 1808. Set. 18008, p. 289-294.

<sup>172</sup> ...e sobre o methodo de o escolher, e ensacar etc : em que se propoem alguns planos novos, para o seu melhoramento. Manuel Arruda da Camara. Impressa por Fr. Joze Mariano da Conceição Velloso. Lisboa: na Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1799.

<sup>173</sup> Antônio Bernardino Pereira do Lago na sua já citada *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão* (1822) concorda com Arruda nesse aspecto, mas também parece não perceber diferença entre os climas entre Pernambuco e o Maranhão. No entanto, chega à mesma conclusão que Rogério Hunt e atesta a menor qualidade do algodão maranhense nos mercados europeus, dado o baixo processamento, citando uma carta do consul português em Nantes que reclamava da falta de cuidado para como algodão enviado do Maranhão. LAGO, Antônio Bernardino Pereira do (1822). *Op.cit.*, p.41-42.

<sup>174</sup> GAIOSO, *Op.cit.*, p. 316, et seq; RIBEIRO JUNIOR, José. A economia algodoeira em Pernambuco. Da Colônia à Independência. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1, 2, set.1981, p.234.142.

As questões conjunturais não são esquecidas e nas suas comparações diz que as sucessivas invasões francesas de 1808 ao desestabilizarem o sistema posto não tiveram impacto imediato, dada a abertura dos portos, e até certa melhora. Não obstante, após alguns meses, a diminuição dos compradores fizeram os preços caírem de uma média de 4500-5.900 até 3.800 réis por saca de algodão. Essa diminuição, para além da utilização dos “testas de ferro” pelos ingleses, também se relaciona com a queda do dinheiro circulante pela Capitania face à atuação dos *comissários volantes* que, em parte atuando como representantes dos ingleses, vendiam um variado leque de fazendas, drenando para fora da Capitania o dinheiro de giro do comércio. A associação desses comissários com os ingleses, facto que os colocou por diversas vezes nas determinações proibitórias desde Pombal, será objeto de reclamação também pela nem sempre harmónica relação dos ingleses com os mercadores ou produtores maranhenses.

As casas inglesas, estabelecidas em São Luís, possuíam uma dimensão que não era denunciada em nenhuma outra capitania, tanto pelo número quanto pela balança comercial. Mathias Assunção (2000) diz que no Maranhão a situação era atípica: os ingleses compravam mais que vendiam. O tom “denunciioso” com o qual escreve Gaioso se refere à considerável explosão a que ele assiste, no momento de sua escrita, do número de estabelecimentos ingleses após 1811. Jerônimo de Viveiros (1954) a seguir um conjunto de dados de Gilberto Freyre (1948) e sua obra *Ingleses no Brasil* da influencia do comércio inglês após a Abertura dos Portos, diz que no Maranhão existiam apenas duas casas inglesas até 1811; esse número subiu exponencialmente o que motivou o envio do primeiro cônsul daquele país para São Luís, em 1813. Os dados apresentados pelo viajante inglês Henry Koster, que visitou São Luís em 1811, publicou em Londres o seu *Travels in Brazil* (1816), demonstram o domínio dos ingleses do comércio do Maranhão, sensivelmente a partir de 1809<sup>175</sup>.

Outro elemento lembrado por ele e que, de certa forma, denuncia que escrevia o *Compêndio* meses antes de sua morte, refere-se a uma notícia que reproduz de um jornal inglês, provavelmente do *The Liverpool Mercury*<sup>176</sup>. Do excerto reproduzido, Gaioso diz provar que o algodão era vendido em Londres bem mais caro do que era comprado em São Luís. No entanto, a chegada das notícias do jornal inglês era acompanhada de um aumento do preço da saca de

<sup>175</sup> KOSTER, Henry. (1816) *Viagens ao nordeste do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2002, p. 246 et seq; VIVEIROS, *Op. cit.*, p.128; ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 14, abril 2000, p. 32-71.

<sup>176</sup> Começou a ser publicado em 1811, existiu até 1900, na cidade inglesa de mesmo nome, edição semanal; no entanto, Gaioso pode ter-se equivocado na citação da data do jornal, pois existe registo de edição em 23 e 30 de outubro de 1812, e não em 28 como ele diz.



algodão, devido ao início da guerra anglo-americana de 1812 (*War of 1812*) e que faria aumentar o preço devido à diminuição do mercado do algodão produzido no sul dos Estados Unidos com aquela configuração. O argumento de Gaioso parece, com essa notícia, esvair-se, mas diz, mesmo assim, que o aumento ainda não superava o tal *valor intrínseco*. Essa “surpresa” que representa um aborto substancial no fôlego argumentativo, ilustra o quanto a produção estava relacionada tanto a fatores exógenos, pelas flutuações da demanda do mercado internacional, facto de resgate recorrente pela historiografia decadentista, mas também se relacionava a fatores internos, como os desfasados modos de produção dos géneros e de beneficiamento, que de certa forma são apontados por Gaioso com outros objetivos dos considerados. O aumento do preço da saca do algodão maranhense a partir de 1812 e que, segundo Viveiros (1954), alcançou seu auge em 1815 permanecendo em alta até 1819 dá peso à hipótese do pouco interesse contemporâneo pela obra de Gaioso que, publicada em 1818, já parecia não despertar tanto interesse<sup>177</sup>.

As consequências desse conjunto de problemas eram, como já estava a acontecer, a contínua perda de empenho dos lavradores na produção de algodão e a migração, de alguns, que passaram a produzir cana, género que não possuía muitas variações de preço para exportação. Conectado a esses problemas, dos preços dos fretes, dos preços cobrados em Lisboa por casa saca de algodão, o militar ainda reclama da forma de cobrança dos dízimos. Entre a arrematação e a cobrança direta pela Real Fazenda, depois de um percurso legalista e histórico, prefere ele a segunda opção. A sua preferência deve-se, depois de cálculos de juros e verificações de melhores cenários para o dízimo ou a vintena do arroz, algodão e da farinha, a necessidade de maior tempo para o lavrador preparar os géneros, assim como pelos inconvenientes dos arrematadores que chegam, denuncia ele, a usar força militar nas suas cobranças. Altas cargas de impostos, além de serem contrárias aos princípios de Economia política que ele defende, sem deixar clara nenhuma predileção ou filiação, principalmente em torno dos incentivos e “animação” das culturas, esbarram nas dificuldades de definição de critérios pela Real Fazenda, desdobrando em injustiças.

O espaço de interesse da obra de Gaioso, ainda que possa estar circunscrito à parcela letrada da população e dos escalões administrativos, parece ser também objeto de preocupação do autor. Um já defendido cuidado do militar com uma esfera pública de circulação e mesmo com a forma de expor, com um estilo menos erudito e bucólico, já fora apontada por Marcelo

---

<sup>177</sup> VIVEIROS, Jerônimo de (1954). *Op. cit.*, p.128.

Galves (2016). Impostas as limitações que aqui identifico, a população de São Luís estaria, no momento da escrita, por volta de trinta mil habitantes; o viajante inglês Henry Koster chegou a numeros parecidos<sup>178</sup>. Portanto, nesse universo, tendo em vista a dimensão que uma obra pode ocupar nos processos de difusão dentro do espaço, limitada por essas condições, a publicação não possui registros de muita penetração.

A crescente população da cidade, dada a maior movimentação portuária e urbana desde finais do século XVIII em vertical ascendência a partir de 1808, não representa mudança estrutural no acesso às mínimas letras. Cálculos a seguir parâmetros de levantamentos populacionais do período, estipulam que, no universo de 30 mil habitantes, excluindo-se os não livres e os menores de 15 anos, pouco mais de 1/4, ou 8.882 pessoas, eram adultos livres. A publicação do texto em Paris e não pela Impressão Régia do Rio de Janeiro ou de Lisboa, não possui condição aparente. Lista-se que esta direcionado ao Rei como expressão de reivindicações dos produtores do Maranhão, ou pelo menos da Ribeira do Itapecuru, de início, o que pode mais ainda limitar a circulação desse texto que João Francisco Lisboa dizia ser raro em sua época, já vinte anos após sua primeira edição<sup>179</sup>.

### 2.3 Palavras finais, Gaioso e o discurso reticente

“Porém suspendamos nesta parte o nosso juízo, e não passemos de historiador satírico”; “Mas paremos por aqui: não quero parecer desaprovar máximas fundamentais de uma longa prática”; “Não pretendo, contudo, inculcar este método”; “Isso assim posto não me animo a romper parecer algum sobre este objeto”<sup>180</sup>

Os constantes condicionalismos na construção objetiva do discurso de Gaioso e a sua falta de objetividade não são propriamente nenhuma surpresa. As condições de escrita não parecem ter sido deixadas claras no seu *Compêndio*, para além da sua atestada falta de saúde e a circunstância da sua morte, provavelmente poucos meses depois do término da escrita. De um lado, posso identificar diversas reticências na sua memória, como demonstram os excertos acima; junto com isso a desconexão entre a proposta inicial e sua versão final. Os “meios de remediar sua ruína” ficam circunscritos a meras sugestões abortadas pelo discurso subjetivo da

<sup>178</sup> KOSTER, Henry (1816). *Op. cit*, p. 246.

<sup>179</sup> GALVES. *Op.cit*, p.77-78.

<sup>180</sup> GAIOSO, *Op.cit*, p.249, 274, 297, 305.

sua posição como súbdito ou mesmo pelo seu histórico como ajudante do Tesoureiro-Mor e pela sua condenação; não vai além de cálculos e aritméticas de exposição da relação inexacta entre custos-benefícios, como expressão de sua posição social-hierárquica: produtor diante de um ritmo de baixas de preços.

Soma-se a isso que a publicação em 1818 fora feita no momento ainda de alta nos preços do algodão no mercado internacional, o que procava um automático desinteresse pelo principal argumento levantado por Gaioso. Dois anos depois, outro golpe na obra-mestra do lavrador: o movimento liberal do Porto. A tônica constitucionalista que varre a agora Capitania do Maranhão, imersa no decorrer do movimento que tanto interessou a elite agrária e comercial, determina ainda um menor interesse pelas ideias centralistas, monopolistas e até saudosistas de Gaioso, numa exaltação do poder despótico que não seria, de nenhum modo, bem quista nos círculos “liberais” das academias e dos jornais que, a partir de novembro de 1821 passam a circular efusivamente no Maranhão e demais províncias, após as instalações de tipografias. Se o texto de Gaioso termina de ser escrito já desatualizado, ou pelo menos sem grandes novidades que pudessem incorporá-lo no círculo bibliográfico de interesse burocrata, administrativo ou produtivo, a sua publicação é acompanhada de mais reafirmações desse caráter. Mais de trinta anos depois dessa edição é que uma tímida reabilitação, com críticas latentes ao seu compêndio, trará a obra de volta, mas sem nenhum destaque que não tivesse sido o facto de ter sido publicada. A reabilitação do *Compêndio* foi feita já na década de 1850 por um conjunto de intelectuais que na profissionalização e escrita de uma História “nacional”, desde Varnhagen até João Francisco Lisboa, passam a considerar as publicações que porventura tivessem existido, sendo agora, raras.

Entretanto, o discurso hesitante de Gaioso, a sua constante tentativa de reabilitação da memória de seu pai, evidente até no seu testamento como forma de explicar aos filhos o seu degredo ao Maranhão, as suas aparentes limitações na construção do narratário parecem determinar os fins do seu *Compêndio*. Inserido no seu grupo de fala, o militar-lavrador parece avançar e recuar nas suas proposições, com limitada bibliografia e com uma ausente interlocução que parece que nem sequer tentou estabelecer, se comparado com Bandeira. Aos objetivos dessa dissertação, Gaioso, visto nos movimentos posteriores de uma cultura burocrática inserida nas dinâmicas do setor produtivo, vai do seu degredo ao prestígio, ensaiando num *Compêndio* arbitrista as suas memórias de gabinete.

Esse movimento de escrita memorialística onde se insere Gaioso, notavelmente relacionado com as transformações econômicas pelas quais passava a província naquelas

décadas, não me permite, no entanto, uma interpretação de causa-efeito. O contínuo estrutural do período pombalino para o mariano, fartamente demonstrado pela historiografia portuguesa e brasileira, tanto nos aspectos burocráticos quanto nos projetos coloniais, coloca o Maranhão e o Grão-Pará num mesmo movimento, virtualmente distante do “sul” do Brasil, que incidiu num maior movimento dos portos, enriquecimento das praças de comércio e uma efervescência entre os grupos principais de acesso ao poder. No entanto, o discurso decadentista de Gaioso e de outros contemporâneos denuncia nem o extremo do atraso como deixa a entender, nem da opulência elogiada dos tempos da Cia de Comércio. O comércio aqui será uma componente que determina e é determinada pelo “progresso”, tão louvado por esses memorialistas<sup>181</sup>.

Para além desses escritos, centrados na economia política da Capitania e nos aspectos histórico-geográficos, observo no último quartel do Setecentos com maior ênfase a realização de expedições e a produção de memórias sobre a fauna e flora da Capitania, assim como em busca de minérios ou outros bens de interesse para a Coroa, como destaquei no capítulo anterior<sup>182</sup>. Esse movimento está inserido num exercício promovido, em maior intensidade, pelos correspondentes da Academia de Ciências de Lisboa, instituição da qual Gaioso não parece ter parte, que, por sua vez, também pode ser dimensionada em um “entusiasmo, alvoroço” de finais de século que percorria parte da Europa. Segundo Rómulo de Carvalho (1987)<sup>183</sup>, esse movimento pode ser lido tanto por interesses econômicos por si só mas que o “gosto de observar, estudar e colecionar independente do comerciar” deve ser considerado. Numa perspectiva que não estaciona somente no argumento do Estado como promotor observo muitas iniciativas que buscavam também inserção e reconhecimento intelectual, como no caso da expedição de Sebastião Gomes da Silva Belfort, que publica em 1810, pela impressão Régia, o seu *Roteiro e Mappa da viagem da Cidade de São Luiz do Maranhão até à Corte do Rio de*

---

<sup>181</sup> O interesse pelo Grão-Pará e Maranhão desde o início do processo colonial pode ser detectado de forma mais intensa a partir da segunda metade do Seicentos. Nesse sentido, Diogo Ramada Curto sugere, a partir de uma análise dos projetos coloniais e dos discursos reverberados pelos religiosos e membros da Coroa, uma maior racionalização desse interesse, inclusive pelos latentes conflitos entre os grupos que compunham o espaço em formação. CURTO, Diogo Ramada. *Maranhenses, Bandeirantes, peruleiros e escravos in Cultura Imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. São Paulo: Editora UNICAMP, 2009, 281-306.

<sup>182</sup> O exercício do recuo bibliográfico, nesse caso, tem revelado antecedentes desse processo que podem ser caracterizados diversamente tanto pela natureza quanto pelas motivações. Diogo Ramada Curto já apontou para as pistas desses projetos coloniais. CURTO, Diogo Ramada. *Iluminismo e práticas de escrita (1687-1808) in Cultura Imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. São Paulo: Editora UNICAMP, 2009.

<sup>183</sup> CARVALHO, Rómulo. *História Natural em Portugal no Século*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985, XVIII, p. 9-12.

*Janeiro*, e que diz ter tê-la realizado “sem dispendio da Real Fazenda”,<sup>184</sup>. Diz, na sua Introdução,

Algumas ideias que adquiri na Universidade de Coimbra, apenas servem, e tem servido melhor vencer-me dos impulsos do amor-próprio, que a todos domina mais ou menos; e para igualmente melhor ouvir os avizos da consciência da minha inferioridade em proporção à tarefa de que fui, e sou incumbido. Apesar da confissão ingênua que sempre fiz da minha incapacidade todavia, como observareis, fui chamado pelo Governador e Capitão General do Estado do Maranhão.

O caso de Sebastião Gomes, que vai a Coimbra estudar direito em 1797 e se diploma anos mais tarde, depois de ter estudado grego, retórica e filosofia, não é isolado nem tanto entre os de sua região, considerando o universo das famílias, como a de Gaioso, que podiam enviar seus filhos, como em sua própria família<sup>185</sup>. Problematicar a representatividade dessa e de outras obras com a mesma natureza, sejam escritas por “filhos da terra” que foram a Coimbra ou por “filhos do Reino”, naquela sociedade, incide em argumentos já levantados, como a racionalização da colonização pelo conhecimento do espaço, no caso de Gaioso. Para isso, retomo aqui o que já fora defendido por Iara Lis Carvalho Sousa (1999) de que esses trabalhos, ancorados em amplas noções de direito natural, personificado também nessas memórias, “passaram a instrumentalizar boa parte das elites do Brasil quanto à sua participação política” o que significa, dentre outras coisas, que esse “alcance” objetivo que procuro problematizar, não pode ser lido fora de uma dimensão com aportes políticos<sup>186</sup>.

---

<sup>184</sup> Os Belfort estiveram, muitos deles, matriculados nos quadros da Universidade de Coimbra e, com raras exceções, não entraram no sistema administrativo e tiveram relevância política, quer nos cargos ordinários, quer nos militares ou clericais. Resgato esse Belfort especificamente, não pela qualidade de sua memória, louvação prolixa, como era boa parte dos relatos de roteiros de viagens, nem pela falsa modéstia característica dos prólogos, introduções e dedicatórias dos escritos desse período. O seu roteiro, todo ele constituído de pormenores diários da viagem, iniciada em 29 de setembro de 1809 a sair de São Luís, tem de interesse imediato apenas a introdução com que descreve os modos da condução da administração e de vida nos locais por onde passou, os conflitos com os gentios e umas poucas proposições à administração colonial. A partir de então, escreve uma geografia da viagem com pormenores do território e das populações gentias.

<sup>185</sup> BASÍLIO, Romário Sampaio; GALVES, Marcelo Cheche. Saberes em circulação na América Portuguesa: os estudantes maranhenses na Universidade de Coimbra (1778-1823). *Clio*. Série História do Nordeste (UFPE), v. 32, 2014, p. 156-175.

<sup>186</sup> SOUSA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada*. O Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p. 107-112.

### CAPÍTULO 3. Joaquim José Sabino, poeta e burocrata

O Romantismo português produziu representações diversas sobre Inês de Castro e o seu lamentado destino, agora recolhido por buscas de veracidade em Alexandre Herculano (1846) e Oliveira Martins (1879), em momentos-chave de narrativas científicas nacionais<sup>187</sup>. No entanto, ainda no rescaldo dos árcades setecentistas e da sua poética reverberada até aos tradicionais poetas do Oitocentos, o caso do desenrolar dos acontecimentos com os tradicionais personagens relatados por Fernão Lopes na sua *Crónica de D. Pedro* (1735) encontrará no primeiro quartel do século XIX mais uma representação, para além das já conhecidas: *Nova Castro, tragédia* publicada em 1818 em Lisboa por Joaquim José Sabino, bacharel por Coimbra<sup>188</sup>.

No seu prólogo, célebre manifestação de defesa e crítica, Sabino avalia os dois principais poetas que escreveram antes dele, António Ferreira, já citado, e Domingos dos Reis Quita e sua *Castro* (1781); sobre o primeiro elogia as métricas e frases, mas diz ter ligado mal as cenas e sobre o último elogia as boas passagens, mas considera que no manejo ficou abaixo de Ferreira. Sobre as duas versões francesas que saíram diz não achar nelas “o sublime” e que qualquer historiador de catástrofes faria “mais sensação” que as duas que havia lido<sup>189</sup>. O padrão que parece ser perseguido por Sabino, diz ele no prólogo, é de “Racine na poesia, Corneille nas paixões e Voltaire no manejo dos sentimentos”. Entre o historiador e o poeta, Sabino, que diz que lançaria um folheto com esse tema, diz que o historiador narra o real com a fidelidade da História e que o Poeta deve fazer o mesmo, a não ser pela liberdade da imaginação, acrescentando e emendando quando achar necessário<sup>190</sup>.

<sup>187</sup> A par de diversas manifestações anteriores, c.f. RESENDE, Garcia de (1516). *Cancioneiro Geral*: com privilégio. Foi ordenado e emendado por Garcia de Resende fidalgo da casa del Rey nosso senhor e escrivão da fazenda do príncipe. Lisboa: 1516, V, 357-364; CAMOES, Luís de (1572). 1524-1580. *Os Lusíadas*. Lisboa: em casa de António Gonçalves, 1572, p.58 et. seq. FERREIRA, António (1587). *A Castro*. Coimbra, 1915 (ed. Mendes dos Remédios); MARTINS, OLIVEIRA (1879). *História de Portugal*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1882, tomo I, p.100-126.

<sup>188</sup> SABINO. Joaquim José (1818). *Nova Castro*: tragédia. Lisboa: Imp. Régia, 1818; LOPES, Fernão (1735). *Chronica del Rey D. Pedro I deste nome, e dos reys de Portugal o oitavo cognominado o Justiceiro na forma em que a escreeveo Fernão Lopes*. Lisboa. Na Officina de Manoel Fernandes Costa, 1735, p.427-515.

<sup>189</sup> Destaca-se, além das citadas por Sabino, *Reinar después de morir* (1652) de Luis Vélez de Guevara; *Nise lastimosa* (1577) do galego Jerónimo Bermúdez, inspiradas da obra de Ferreira; de Tirso de Molina, *Siempre ayuda la verdad* (1635); *Inês de Castro: tragédie* (1723) por M. Houdart de La Motte; de Manuel José de Paiva, *Só o amor faz impossíveis* (1764) e a de João Baptista Gomes Júnior, *Nova Castro*, publicada em Lisboa em 1806. Para um percurso de Inês de Castro na literatura portuguesa ver SOUSA, Maria Leonor Machado de. *Inês de Castro na Literatura Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.

<sup>190</sup> SABINO, Joaquim José (1818). *Op. Cit*, Prólogo, p. 3-5.

A tragédia de Sabino, sujeito que me serve de razão para seguir a linha interpretativa que venho levantando das secções anteriores, mas que não foi escolhido aleatoriamente, não parece possuir, em confronto a outros poetas que já se haviam versado sobre o mesmo tema antes dele, elementos de brilhantismo ou de destaque que não sejam aqueles já analisados por Maria Leonor Machado de Sousa (1984)<sup>191</sup>. Segundo ela, que insere a obra do bacharel nas linhas do teatro pré-romântico em Portugal, ainda em corrente influência das últimas décadas do Setecentos, a *Castro* do Bacharel pode ser lida pelo vocabulário do terror com que ficou marcada a literatura europeia do período; a diferença reside no facto de Sabino ter dado maior atenção às crónicas, facto destacado pelo rigor histórico da sua tragédia, e que estava inserido no movimento de resgate estético de uma dimensão literária nacional, e que acompanhava também os memorialistas do período, com as suas preocupações com as notícias históricas, como Gaioso, analisado na secção anterior<sup>192</sup>.

No entanto, a ênfase que dou a algumas epístolas e versos avulsos que Sabino faz circular, seja pela via impressa ou manuscrita, não é apenas para destacar o peso da dimensão poética e erudita do bacharel, mas sim para inserir o “talento” do burocrata nos movimentos gerados pelos usos sociais que ele faz da sua poesia. E parece, como detalhe, que as suas construções líricas estavam imersas tanto nos movimentos literários da sua época, de prática de letrados muitas vezes isentos de algum laivo de inspiração de Calíope, como cantava Camões, como também estavam eivadas de alvos e objetivos que não fosse a glória imortal dos cânones literários, mas a elogiosa adulação, a crítica velada por um vocabulário pouco acessível ou até mesmo como denúncia, gerando não poucos problemas para o bacharel.

<sup>191</sup> O primeiro ao levantar essa noção sobre a tragédia de Sabino foi Innocência no seu *Dicionário* que, ao levantar as obras publicadas pelo bacharel, diz “ [sobre algum brilhantismo] a bons juízes tenho ouvido que ficou bem longe de o conseguir”. Sobre outros escritos de Sabino, que comentarei ainda neste texto, não faz menções tão elogiosas quanto. INNOCÊNCIA. *Op. cit* Tomo IV, p.111-112. Sacramento Blake (1894) apenas repete as informações de Innocência dando informações sobre outros impressos e manuscritos. SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Op. cit*, Tomo IV, p.176; SOUSA, Maria Leonor Machado de (1894). *Op. Cit*, p.46-50.

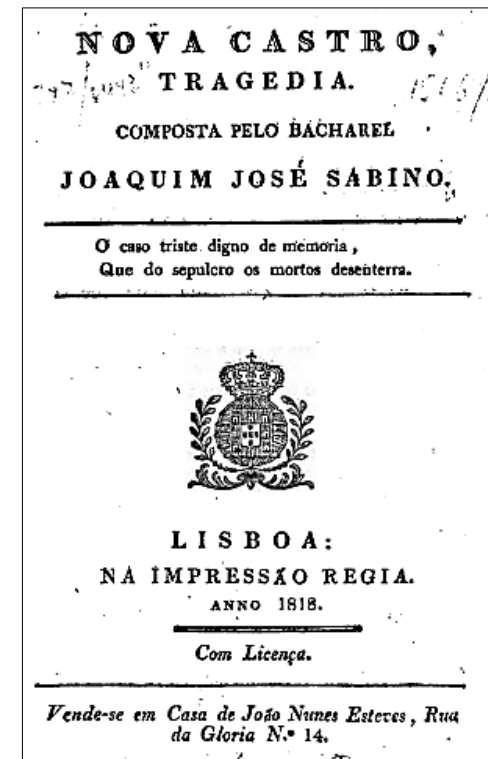
<sup>192</sup> Como já demonstrou Laureano Carreira (1993), o teatro pombalino já dava sinais de movimentação que acompanhava as demais iniciativas de reforma na órbita da Universidade de Coimbra sob novos estatutos. Os egressos dessa instituição estiveram também inseridos no desenrolar desse processo, como Sabino e suas obras poéticas. A *Nova Castro* não fora a primeira aventura do bacharel nos prelos do teatro dramático. Anos antes, ainda a viver em Portugal, Sabino havia impresso *Policena, Tragédia portuguesa* (1791). Sem um prólogo onde fizesse alguma apreciação anterior, Sabino entra rapidamente nas cenas de um cenário com forte influência de temas da antiguidade, muito influenciado pelo movimento da academia Nova Arcádia, fundada em 1790, cujos adeptos, entre os quais Bocage, se prestavam a compo dramas alegóricos, elogios dramáticos e tragédias em verso. SABINO, Joaquim José (1791). *Policena: Tragedia Portuguesa*. Lisboa: na Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1791; REBELLO, Luís Francisco. *O teatro romântico (1838-1869)*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980, p. 18-20; CARREIRA, Laureano. *O Teatro e a Censura em Portugal na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993.

Publicada por Sabino quando, em Lisboa, atuava como advogado em 1791; fortemente influenciada pela literatura clássica, não denuncia nada mais que as filiações poéticas tradicionais do bacharel em início de carreira, num arcadismo característico do período; parece ter circulado apenas entre amigos ou entre clubes de poetas árcades de sua época.



**Imagem 5 (esq.).** SABINO, Joaquim José (1791). *Policena*: Tragedia Portuguesa. Lisboa : na Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1791.

Publicada em 1818 quando o bacharel, nas suas idas e vindas pelo Maranhão, tendo vivido alguns anos no Rio de Janeiro, já tinha certo prestígio político na Capitania do Maranhão. Possui maior identidade intelectual e certo mérito estético, além de um rigor histórico inusual para as versões da trama até então impressas.



**Imagem 6 (dir.).** SABINO, Joaquim José (1818). *Nova Castro*. Lisboa : Imp. Régia, 1818.



Nesta seção o resgate de Sabino possui objetivos que seguem a linha condutora dos demais sujeitos anteriormente abordados: uma biografia social e o espaço onde estava inserido o poeta e burocrata. Os levantamentos impressos e os documentais abrem um largo precedente de interpretação desse burocrata que ocupou todos os cargos que sua ambição poderia alcançar à época, inclusive de governador da agora Província do Maranhão, mesmo que por poucos dias, nos desdobramentos do movimento liberal do Porto (1820). Chegou aos prelos ainda em vida, diferentemente dos seus antecessores que analisei, e gozou de certa glória entre os contemporâneos. Os usos que o magistrado fez durante a sua vida dos cargos públicos ou dos espaços de fala e de letras são como evidenciarei, demonstrações de que se poderia usar os “talentos” não somente para os fins que o senso comum atribui a essas categorias de criação, mas para outras então comuns de barganha política e afirmação intelectual<sup>193</sup>.

### 3.1 Os dramas de Sabino: o ir e vir do Maranhão

A nomeação de Joaquim José Sabino de Resende Faria e Silva (1759-1843) para o cargo de Secretário do Governo no Maranhão, em 1795, antecedeu uma série de outras para um sem número de cargos que, ao longo de quatro décadas, serão ocupados pelo bacharel português. O caminho seguido por Sabino já não será estranho nos finais do Setecentos: advindo de família abastada com negócios no comércio, bacharel em Leis por Coimbra em 1787, habilitado pelo Desembargo do Paço para a administração pública em 1790, tendo atuado também como advogado em Lisboa e como contratador do tabaco até à sua primeira nomeação<sup>194</sup>. Sabino encarna a típica figura do burocrata de carreira, inserido numa cultura de mesmo nome, com fins definidos tanto pela tradição hierárquica da distribuição de cargos e mercês quanto pela sua atuação pessoal que, como demonstrarei, longe estava de ser apenas um mero registador de ofícios e leis do Império, mas que não possuía, ao mesmo tempo, nada de extraordinário.

Os três anos de serviço no Maranhão acompanharam a parte final do governo de D. Fernando António de Noronha (1792-1798) considerado por Manuel Bonfim (1929) como avesso aos bacharéis e que chegou a dizer que os “o abuso dos estudos superiores só servem

<sup>193</sup> A *Nova Castro* de Sabino teve, para além da sua impressão, uma montagem teatral que fora encenada no Rio de Janeiro, no Teatro da praia de São Manoel, provavelmente em 6 de junho de 1837, com o autor ainda vivo mas, provavelmente a viver no Maranhão, não vira a encenação. Diz a chamada para a montagem no *Jornal do Comércio* ser a primeira vez que era exposta e que o autor a mandou publicar em Londres apenas para amigos e que havia vivido na Corte por um período, como destacarei à frente. Não localizei essa edição lançada em Londres, da qual também fala Innocencio. *Jornal do Comércio*, 31.maio.1837, nº 119, Ano XI, p.3; INNOCÊNCIO. *Op. cit.*, Tomo IV, p. 112.

<sup>194</sup> ANTT. Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.18, f. 54v; AHU\_AVULSOS, D. 2979; AHU\_MA, D. 7308.

para nutrir o orgulho e destruir os laços de subordinação civil e política que devem ligar os habitantes desta à Metrópole”<sup>195</sup>. Sabino acumulara, para além do cargo de Secretário, o de Procurador Interino da Fazenda, nomeado pelo próprio Noronha. Nesse ambiente viveu pela Capitania ficou até o primeiro ano do governo de D. Diogo de Sousa (1798-1804) que de Moçambique vai ao Maranhão assumir o governo, representando uma comum prática da circulação dos altos mandatários do Império que eram geograficamente movimentados pelas possessões. Esse facto já fora destacado por José Murilo de Carvalho (1980) e Benedict Anderson (2008) como um processo comum de condução dos altos mandatários do Estado, tanto como forma de compartilhamento e homogeneização de práticas de poder como forma de resolver conflitos locais, pela inserção de governantes de outros seios políticos<sup>196</sup>. Sabino, membro da alta burocracia e a ocupar um dos mais altos cargos, o de secretário, parece que tentou em alguns momentos ter para si essa mesma prerrogativa, de mudança de lugares, mas não obteve tanto êxito de início. Parece que dava a si mesmo um maior valor do que aquele que lhe era atribuído pelos seus superiores, o que naturalmente resultava numa constante produção de ofícios e cartas a reclamar desse facto.

Os seus primeiros anos no Maranhão, até 1798, parecem não ter sido acompanhados de grande movimentação, dada a falta de registo. O governador D. Diogo de Sousa que ficou marcado para a Historiografia como truculento, arrogante e que se ocupava de diversos casos de menor importância, como alguns documentos dão conta, era egresso de Coimbra e capitaneou como recentes trabalhos têm vindo a demonstrar, junto com o Secretário de Estado

---

<sup>195</sup> Provavelmente Bonfim retira essa informação de César Marques (1870), que também cita esse ofício de agosto de 1795 onde Noronha atesta que deveriam conservar-se naquela Capitania apenas as cadeiras de ler, escrever e gramática latina, recusando-se a pagar os ordenados do professor público da cadeira de Filosofia racional e moral Dionízio Rodrigues Franco. O Governador justifica a sua tentativa de demissão do professor pelo facto de haver apenas dois alunos nas aulas, o que não justificaria mantê-las; o imposto sob a aguardente que serviria para o sustento das aulas régias deveria, na avaliação do governador, ser direccionado para as obras públicas, como o hospital e para a construção de um cais no porto da cidade. Noronha ficou conhecido como “nêscio, estúpido e pedante” pela obra de César Marques, sendo que tal atribuição foi repetida à exaustão pela historiografia posterior. A afirmação fora dita em ofício à Rainha depois de a mesma ter dado aumento ao professor em abril de 1794; no cargo desde 1788, Dionízio, que tinha ido ao governador reclamar dos atrasos nos seus pagamentos, escreve que Noronha seria “oposto aos professores”; em sua defesa saiu o ouvidor da capitania à época, João Pedro de Abreu, que atestava sua competência. No entanto, junto com o ofício do Governador, o ouvidor volta atrás e diz que os dois únicos alunos seriam mais bem ensinados “se houvesse melhor conhecimento” do professor. Dionízio em outubro do mesmo ano parece desistir das aulas e solicita licença para atuar como advogado na Capitania; junto com a sua petição novamente o ouvidor muda de opinião e assina um atestado afirmando que o dito professor tinha todos os conhecimentos necessários para advogar e que isso seria até necessário por “haver falta de homens inteligentes”. AHU\_MA, D.7036; D.7296; D.7341; BONFIM, Manuel (1929). *O Brasil na História*. Caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2013, p.354; CAMÊLO, Júlia Constança Pereira.Fernando Antonio Soares de Noronha: um imbecil ou um homem de seu tempo? In COSTA, Yuri; GALVES, Marcelo Cheche. *Maranhão: ensaios de biografia e história*. São Luís: Café & Lápis: Editora UEMA, 2011, p.19-36; MARQUES, César (1870). *Op.cit*, p.281.

<sup>196</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2008; CARVALHO, José Murilo de (1996). *Op.cit*.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, uma rica correspondência que demonstrava, entre outros aspectos, o movimento do ministro português na difusão de impressos e de iniciativas de levantamentos, registos e expedições que catalisaram a ambientação cientificista de final de século<sup>197</sup>. Sabino, segundo consta, passou à margem desse movimento não aparecendo, a não ser nos desimportantes ofícios com avisos sobre essas iniciativas, sempre atuando em nome do governador.

No entanto, o fim dessa primeira “volta” de Sabino não parece ter sido das mais profícuas, pelo menos para as ambições do bacharel. Em abril de 1798, cerca de um ano antes do final do período para qual fora nomeado, pede para retornar ao Reino<sup>198</sup>. O seu tom ácido e as suas críticas ao povo da terra parecem externar experiências sem destacado êxito, seja nas suas ambições literárias, seja a nível interpessoal. Para justificar o seu retorno ao reino, inicialmente justifica-se com problemas de saúde e com a sua situação perante a sua família. O mais notável é a sua crítica às “intrigas reinantes nesta desgraçada Colónia” como outro motivo para pedir o seu retorno; mas, o que parece ser determinante, como uma espécie de sugestão, é o facto de estar “quase tão pobre como vim”. O bacharel que estava estabelecido em Lisboa com escritório de advogados, tendo tomado parte no Contrato do Tabaco, à época um dos principais meios para acúmulos de fortunas pelo seu certo retorno dados os inúmeros privilégios e prerrogativas reais, não poderia ter ido para o Maranhão sem nenhuma expectativa que escapasse àquelas usualmente ditas<sup>199</sup>.

No mesmo ofício parece deixar claro o motivo do seu inicial desgosto pelo tempo de serviço no Maranhão. Por meio de um tom denunciador informa que os seus iguais companheiros nos cargos públicos estavam todos enriquecidos pelo recebimento, muitas vezes pago, de sesmarias doadas pelo Governador da Capitania. Ele, diferentemente, não tomou partido desta prática e, ao retomar a sua antiga condição em Lisboa, deixa claro que estava, portanto, mais pobre e a depender de um irmão; agora casado, Sabino pede que diante dessa responsabilidade retorne ao Reino para retomar os seus negócios. Em julho do mesmo ano, o Governador D. Diogo de Sousa recebe o despacho do Reino e autoriza a viagem de Sabino, acompanhado pela sua família<sup>200</sup>. Lista-se que não parece que tenha ido para o Maranhão já casado, tendo, portanto, desposado rapidamente D. Josefa Adelaide Belfort, que carrega no

<sup>197</sup> MARQUES, César (1870). *Op. Cit.*, p.282-283; MEIRELES, Mário Martins. *Op.cit.*, p.177-178. GALVES, Marcelo Cheche (2014). *Op.cit.*, p.119-136.

<sup>198</sup> AHU\_MA, D. 7917.

<sup>199</sup> MÓNICA, Maria Filomena (1992). Negócios e política: os tabacos (1800-1890). *Análise Social*, vol. XXVII, 116-117, 1992, nº 2.º-3.º, p. 461-479.

<sup>200</sup> AHU\_MA, D. 8302.

nome a ascendência de uma das principais famílias da Capitania, com as quais casaram também Raimundo José de Sousa Gaiosio e Manuel António Leitão Bandeira, como já destaquei.

Retorna Sabino a Lisboa e tenta reabilitar-se através de algum cargo no Desembargo do Paço; a sua tentativa de reinserção, no entanto, não foi promissora mesmo tendo recebido promessa de um superior que ocuparia algum dos cargos vagos. O seu tom de defesa nos requerimentos denuncia que o ato de ter voltado, mesmo com alegada doença, não foi bem recebido. Pede para ocupar algum dos “primeiro bancos desta Corte ou Desembargador no Rio de Janeiro, Bahia” ou mesmo algum cargo de ouvidor nas alfândegas da Índia ou Mina. Depois de atestar o seu notável currículo, deixa claro que as suas habilitações não seriam para ocupar cargos de segunda instância no Ultramar e, entre os seus lugares de preferência, não cita o Maranhão onde já havia secretariado. As exigências de Sabino em ofícios foram encontrá-lo dois anos depois da primeira solicitação ainda a esperar. Reclama com todos os argumentos que lhe parecem plausíveis, até mesmo apelando ao nome de sua família que mesmo antes do “terremoto de 1755” já era conhecido naqueles tribunais. Ainda em 1802, envia requerimento a reclamar de tanta demora em ser inserido e solicita, dada a precária situação onde se encontrava, o pagamento de serviços que havia prestado no Maranhão como secretário.

Será provavelmente neste intervalo de retorno do Maranhão ao Reino que Sabino escreve a sua *Memória político-económica sobre o Maranhão...* entre 1799 e 1800<sup>201</sup>. Alguns dos argumentos que Sabino levanta na sua memória, conservada em manuscrito e que não fora publicada, estavam já presentes numa série de denúncias veladas nos ofícios que o bacharel fez da sua estadia no Maranhão. De todo o modo, a escrita da memória parece também estar relacionada com os esforços de Sabino em tentar, no Reino, ser readmitido na administração real, facto que irá demorar até 1802, onde receberá nova nomeação<sup>202</sup>. Ao contrário das suas inúmeras solicitações, não será ainda encaminhado para o Rio de Janeiro, destino preterido diversas vezes; voltará ao Maranhão e, em avesso aos seus pedidos, novamente ao cargo de Secretário de Governo, que ele mesmo havia desdenhado como “de segunda instância”.

### **3.2 A *Memória político-económica sobre o Maranhão***

---

<sup>201</sup> ...pelo bacharel Joaquim José Sabino de Resende Faria e Silva, *Secretário que foi daquela Capitania*. Conservada na Biblioteca da Ajuda com a cota [54-V-43, 96f]. Neste texto utilizo a versão transcrita, atualizada e publicada integralmente em TORRES, Milton. *O Maranhão e o Piauí no Espaço Colonial*. São Luís: Instituto Geia, 2006, 209-264. A paginação também toma como base essa publicação, por ser mais acessível que o manuscrito.

<sup>202</sup> AHU\_MA, D. 9456.

A memória de Sabino, direcionada a algum membro da alta burocracia do Estado, não possui um tom arbitrista tão simples de classificação como as que tenho vindo a descrever nas secções anteriores. Parece, antes de tudo, um texto que expõe tanto uma forma de promoção das suas qualidades, diante de uma possível nomeação para um alto cargo, quanto uma manifestação dos seus modos de operar. Fica latente que os tons de crítica operados nessa memória se aproximam das descrições das más experiências que o bacharel diz ter tido quando secretário, o que, untado a uma série de denúncias e diagnósticos, deixa claro que a sua memória é menos objetiva no que se refere ao destino final das suas ilações, mas é mais prática e descritiva, mesmo se comparada ao *Compêndio* de Gaioso. O objetivo do texto, portanto, parece tanto ser uma espécie de introdução de si mesmo como sagaz administrador com capacidades de atuação prática, como de proposição, não de um modelo, mas de correções nos modos de colonização, numa racionalização assistida, legalista, mas com alguns elementos autoritários, como destacarei.

O dirigismo que é levantado pelo bacharel está definido pela prerrogativa do “chefe da sociedade” como portador da capacidade de ação das mudanças necessárias. Não é estranho, portanto, que as únicas referências administrativas se remetam a D. José I, sem referência ao ministro Pombal, como faz Gaioso, mas sem nenhuma tentativa de reabilitação da memória do Rei. Em certos momentos o apelo à mão forte, ou a uma autoridade que pudesse, pelo poder e punição, estabelecer os “melhoramentos”, não está distante das determinações pombalinas aos seus governadores e capitães-generais. Ao seu sobrinho Joaquim de Melo e Póvoas, por exemplo, que governou o Maranhão, Pombal aconselha, imerso numa razão de Estado característica, que as prerrogativas do príncipe estavam ou deveriam ser colocadas para o progresso da sociedade, pelo seu poder e mando. Será nesse mesmo sentido que Sabino escreverá diversas ilações acerca do modo de governar e das artimanhas que deve ter o mandatário para lidar com a elite da terra. Essa desrespeita o dito chefe e mesmo os magistrados, com um alheamento hierárquico que advém da sua relação de poder com a escravatura, que se desdobra, segundo a interpretação do Bacharel, numa “fantasia separada da do mundo”<sup>203</sup>.

De qualquer forma, o ambiente de escrita em Lisboa, além de contar com informações colhidas no Maranhão por ele mesmo, foi marcado pela leitura de memórias e ofícios que ele

---

<sup>203</sup> Joaquim de Melo e Póvoas governou o Maranhão em dois momentos: de 1761 a 1779, primeiro como capitão-general de Grão-Pará e Maranhão; com a autonomia do Maranhão e Piauí, a partir de 1772, passa a ser governador do Maranhão, com o Piauí como Capitania dependente, até 1775; BA. *Memória...* Joaquim José Sabino, p.2214-215; *Carta do Marquez de Pombal, a Joaquim de Mello e Povoas, quando foi nomeado para Governador do Maranhão*. Horta : Typ. Hortense, 1858; publicada também no *Correio Braziliense* em edição de novembro de 1814, p.659-665.

diz ter consultado na Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos e Reino, além de relatórios enviados por governadores. Esse tom documentalista pode ser tomado como uma idiossincrasia tanto pelo desenrolar dos temas abordados como pela sua posição acerca da diferença entre as ilações realizadas dentro do gabinete e a sua aplicação à realidade. Entre os três memorialistas que analiso, Sabino foi o único que tratou desta dimensão de forma clara e que “o feliz êxito de qualquer pretensão depende muito mais da capacidade dos executores e do método com que se executa”, dando margem para se questionar, inclusive, a validade empírica das suas recomendações<sup>204</sup>. No entanto, por mais que a latência desse aspecto esteja clara não há indícios que o bacharel tenha sido mais que um observador no curto espaço, diante da sua secretaria, assim como Gaioso da sua sesmaria e Bandeira na ouvidoria da Câmara de São Luís. Esse aspecto torna-se, inclusive, determinante quanto à própria fiabilidade que o autor dá a si mesmo, como resgato a seguir. No entanto, não cita, em toda a memória, nenhuma referência ou algum desses memorialistas, nem manuscritos nem obras publicadas. Justifica que o uso dos inúmeros livros que tratam dos temas que ele aborda tornaria o texto prolixo e supérfluo, o que confirma a noção de que as suas reais intenções na escrita da memória requeriam certa objetividade, que é ausente em Bandeira e medianamente lida em Gaioso.

O espaço de buscas histórico de Sabino não fora, porém, tão ambicioso quanto o daqueles dois seus contemporâneos. Deve-se do mesmo modo ao caráter mais imediato dos efeitos que ele próprio atribui à memória, como também pela natureza dos dados resgatados, muito mais relacionados com sujeitos no curto espaço do tempo da escrita, que por uma busca de origens e processos que justificassem as suas propostas pela melhora da colonização e racionalização do processo produtivo. Não se preocupa em traçar nenhuma linha condutora dos primeiros colonizadores, da ocupação e nem mesmo dos tramais administrativos que se afastem no tempo em mais de vinte anos. Das suas citações, apenas recua para dar nome ao governador Gonçalo Pereira Lobato e Sousa (1753-1761) que governou no tempo da aplicação, por Pombal, da lei que instituiu o Diretório dos índios (1755), que Sabino diz ter fracassado<sup>205</sup>.

De modo geral, Sabino vai das descrições físicas às humanas, não se deixando tomar por nenhuma de forma aprofundada. Entre Bandeira e Gaioso, parece mais preocupado em realizar um inventário que nem demonstrasse tanta erudição, como o primeiro, nem tanto a sua relação de interesse pessoal com as proposições, como o segundo. Esse último aspecto, quando fala das sesmarias e dos seus problemas na concessão das datas e na condução dos sesmeiros,

<sup>204</sup>BA. *Memória...* Joaquim José Sabino, p.220.

<sup>205</sup>BA. *Memória...* Joaquim José Sabino, p.245.

é de destaque considerável, tanto nos seus ofícios a justificar o seu retorno ao Reino quanto nesta *Memória*. A preocupação do bacharel em deixar claro que não tinha, ao contrário de seus contemporâneos, nenhuma data de sesmaria e que não havia beneficiado de nenhuma das facilidades de enriquecimento, é repetida à exaustão. A sua carreira e trajetória na América são louvadas tendo em vista a sua atestada ausência de interesse, o que pode ser, não pela memória, mas pelos factos, colocado em questão, já que ele pede uma sesmaria anos mais tarde, não para si mas para a sua esposa e passa, como era natural, a atuar não só como burocrata mas como produtor.

A sesmaria, na mesma linha já denunciada por Bandeira nos seus inúmeros ofícios e por Gaioso no seu *Compêndio*, está em completa decadência. Esse diagnóstico dá-se não pela qualidade das terras ou pelos géneros, mas pela abundância; Sabino inverte a lógica da reflexão até então dominante entre os memorialistas, que davam maior dimensão ou a fatores externos ou a problemas relativos aos processos comerciais. O bacharel dá grande peso ao tipo humano e suas idiossincrasias para justificar o estado lamentável que, segundo ele, não provocava grandes retornos ao Reino. Desde os erros nas medições das sesmarias, o que o faz pedir um Juiz Fiscal para a Agricultura, mesma demanda de Bandeira, até à facilidade na concessão das Cartas de Sesmarias, o bacharel enumera os problemas até sugerir regras para o melhor aproveitamento das terras. Propõe uma série de requisitos e de obrigações posteriores, que denunciam um tom de imediatismo diante de uma maior presença do Estado. Essa ausência, mais que outras, incomoda o autor da memória que parece que tem pressa ao propor tais determinações. Se parece deixar claro que era necessário que houvesse mecanismos que pudessem revogar o tombamento das sesmarias e que o Estado reouviesse o que lhe pertencia naturalmente, transparece uma noção exata da propriedade e do poder relacionado com ela, seja nas tentativas de acumulação e gestão dos grandes latifúndios, muitos deles improdutivos ou com baixa produção sazonal<sup>206</sup>.

Contudo, a constante habilitação de si próprio pela sua experiência no Maranhão, na direção coerente da sua crítica aos ufanistas que escreveram antes dele, fá-lo confessar que conhece a “impossibilidade que há à inteira execução” das cartas e suas determinações<sup>207</sup>. Essa confluência entre a fertilidade atestada das terras e a sua facilidade de produção contrasta com o renitente discurso da decadência; a descrita “rusticidade” e “barbaridade” na condução, pelos homens da terra, de seus negócios estão, juntamente com a indolência do génio, na raiz dos

<sup>206</sup> BA. *Memória...* Joaquim José Sabino, p.240.

<sup>207</sup> Idem, p.244.

atrasos. Sabino, como os seus contemporâneos, não define um critério claro para definir o grau do discurso decadentista e, ao contrário dos seus iguais memorialistas, não parece ser um grande louvador da Inglaterra; o ideal, no seu caso, parece ser mais um modelo administrativo que um modelo económico pronto ou a ser copiado de outras nações. No entanto, o bacharel descreve que a baixa produtividade ou mesmo a incipiente competitividade da lavoura, se comparada, como faz Gaioso com Pernambuco, a um tipo ideal, está em déficit de técnicas mais eficientes. Ao usar o arroz como exemplo, diz que é necessário aplicar novas técnicas para evitar o desperdício, sendo que a má reputação no mercado, no caso do algodão, acaba por baixar a sua cultura e lucro. Como Gaioso, Sabino já havia, anos antes observado a desfasagem dos modos de produção e não busca elementos externos para estabelecer uma relação de culpa ou de álibi.

Para além do tradicional inventário dos géneros já produzidos pela Capitania, dos que podem ter sua produção acrescentada, melhorada, aclimatada ou importada, Sabino preocupa-se em definir, como Gaioso, o tipo humano da Capitania, suas composições e personalidades. Sem a exatidão de Gaioso na sua *Taboadas das Misturas*, o bacharel segue a linha definidora entre os filhos da Europa, filhos da terra, índios e escravos sendo que, ao contrário de Gaioso, segue em riste a linha miscigenatória do Diretório dos Índios de Pombal e incentiva as misturas de brancos com índios para, segundo ele, purificar a espécie. Esse emaranhado de raças é, então, a condição e a razão para ao génio dos habitantes que vivem em direto contato com os escravos e estão isentos de “palestra civil” e bons modos e vestimentas, para além da soberba sempre destacada como determinante nas relações estabelecidas<sup>208</sup>.

O discurso de Sabino aproxima-se do de Gaioso na condução dos nativos e do diagnóstico sempre problemático da presença indígena. Se os dois concordam que a solução para o “problema” das matas “infestadas” de gentios deveria ser a remoção ou a domesticação, o bacharel posiciona-se de forma mais prática. Define, como já destaquei, que o sistema dos diretórios havia fracassado e que sua anulação em 1798, quando Sabino estava ainda na Capitania, era um retrocesso que poderia ser retomado. As suas proposições são basicamente as mesmas que já haviam sido editadas nas regras da Lei que institui os diretórios: incentiva ao casamento de brancos com indígenas e defende os aldeamentos e seu sistema. Era raro, como

---

<sup>208</sup> Clássico e difundido fora o culturalismo sociológico de Silvio Romero (1900) de uma sociedade dividida em três raças sociais e, portanto, classes, estabelecendo uma leitura, entre elas, de lutas de classes que no Maranhão, Pernambuco, São Paulo e Minas seriam mais intensas; a miscigenação entre elas havia produzido, segundo Romero, “situações jurídicas especiais”. Essas relações são reduzidas pelo autor, no período colonial, aos efeitos de posse das terras e de posse dos escravos, facto que Sabino deixa claro na sua memória, pois quando era secretário, diz, que passavam pelas suas mãos mais datas de sesmarias que qualquer outro tipo de solitação. ROMERO, Silvio. *Ensaio de sociologia e literatura*. Rio de Janeiro: Garnier, 1900, p.121-122.



ele denuncia, que alguém nas cidades ou nas fazendas não possuísse um índio, de seu uso, e que muitos não vivessem em regimes de trabalho por subsistência alimentar, algo que parece comum. Quanto à natureza do génio indígena, possui, como Gaioso e Bandeira, o mesmo consenso em torno da ausência de relação com propriedade privada e da carência de laços nacionais, o que não expressa surpresa na forma de pensar dos burocratas do período.

A escravatura é tomada como útil, para além das aceções tradicionais relacionadas com necessidade da lavoura, também como forma de aumentar o povoamento da Capitania, argumento até então inusual; até então, ao se falar de povoamento, os memorialistas consideravam os nativos, “negros da terra” ou “escravos vermelhos”, nas palavras de Sílvio Romero (1900), como tradicionalmente preferíveis. Do mesmo modo, o sustento alimentar dos africanos é, assim como em Gaioso, de condução insuficiente; a má nutrição do escravo e as grandes perdas causadas pela negação dos senhores do mínimo diário, será reclamação comum a todos os escritos que se detiveram sobre a escravatura e, muitas vezes, acabam por tomar um tom “humanista tardio”, que encontraram os fortes movimentos abolicionistas da segunda metade do Oitocentos. Sabino defende que a alimentação do africano seja feita com farinha de mandioca e não com arroz, por ser a primeira mais nutritiva e por dar mais força para o trabalho. O problema continuará em foco décadas a seguir; Domingos José Gonçalves Magalhães (1848) ainda dizia que continuavam os escravos, na segunda metade do século, a serem tratados com “bárbaro rigor”, visto que uma espiga de milho, denuncia ele, seria o que lhes davam de almoço, arroz e farinha para jantar, o que provocava, pelas condições, maior movimento de resistência por parte da escravatura.<sup>209</sup>

À falta de “civildade” da elite da terra, como no caso do descaso com a inanição do seu património escravocrata, e de suas avessas formas de se portar Sabino acrescenta, também, o grande tempo que passavam em suas fazendas, ao invés de estarem mais tempo nas suas casas, nas cidades. Esse elemento fora já definido de forma clara por viajantes que chegavam a caracterizar as cidades litorais, das regiões produtoras, como fantasmas, dada a presença de casarões imponentes nas cidades, mas vazios. Capistrano de Abreu (1907) e Sérgio Buarque (1936) já haviam destacado essa impressão dominante dos viajantes, tanto do vazio das cidades em longos períodos de tempo e de suas casas como verdadeiras repúblicas, quase independentes; essa cultura senhorial das casas grandes, depois sobrados, segundo Gilberto Freyre (1937), determinará não somente formas de sociabilidade, mas também o tipo humano,

---

<sup>209</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de (1848). *A Revolução da Província do Maranhão (1839-1840)*. São Luís: B. de Mattos, 1858, p. 16.

como Sabino deixa externar na sua memória e que Gaioso, por ser componente dessa sociedade, ignora<sup>210</sup>.

Quanto aos elementos tradicionalmente relatados que se referem à economia da capitania, Sabino não se aventura e nem se aprofunda em nenhuma dimensão ou cálculo aritmético, nem mesmo demonstra ter senão algumas opiniões acerca disso. O regime de preços dos géneros no Maranhão é, como a Bandeira, tema que o inquieta por dimensões práticas: o preço da farinha de mandioca no Maranhão é mais caro que noutras capitanias pela pequena produção local e pela alta demanda, por ser produto consumido largamente. A solução do problema, no entanto, vai ao contrário da proposta dada por Bandeira nesses casos: não se deve aumentar os preços, senão incentivar a produção; o lado humanitário, diz ele, está relacionado ao caráter primário da farinha e de outros géneros de primeira ordem e que encarecidos, poderiam acarretar largos períodos de fome, como antes já havia observado e vivenciado na Capitania. Sem embargo, mais uma vez insiste o bacharel na realização de cálculos no estilo custo-benefício para toda e qualquer produção a ser realizada, cálculos esses que ele não faz. Sabino está mais preocupado com os riscos e com a certeza dos retornos do que efetivamente com a livre concorrência; sobre essa parece não ser de todo nem qualquer modo entusiasta.

Da mesma forma, incentivar a produção interna serviria também para evitar a saída de moedas, com os movimentos de importação, que é posto como destaque pela importância que deveria, ao mesmo tempo, ser dada ao comércio com outras nações, mas também ao luxo. Não deixa claro como resolveria essa amarra, já que não fala em indústria nacional do luxo e, ao contrário de Bandeira, defende que se poderia sacrificar o comércio com a Ásia, fonte central de muitos caros produtos consumidos na América e no Reino, para se dar ênfase às possessões americanas. Esse centralismo que não era inédito e possuía defensores em todos os partidos do alto escalão dos intelectuais portugueses e mesmo “brasileiros” são operacionalizados por Sabino com uma conexão de sentido negativa à cisão das colónias norte-americanas com a Inglaterra. Deve-se, segundo ele, evitar que as colónias um dia venham à metrópole “dar-lhes as leis, quando deveriam sempre dela receberem”.

A memória de Sabino possui, como destaquei, pouco ou nenhum posicionamento bibliográfico que me permita inseri-lo ou dentro de um movimento de ideias específico ou

---

<sup>210</sup> ABREU, Capistrano (1907). *Capítulos de Historia Colonial (1500-1800)*. Brasília: Conselho editorial do Senado Federal, 1998, p. 77-78; FREYRE, Gilberto (1937). *Op. Cit*; HOLANDA, Sérgio Buarque de (1936). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cias das Letras, 1995, p.90; p.79.80;

mesmo em algum possível lampejo de originalidade<sup>211</sup>. Se o ecletismo de Bandeira é impreciso pela erudição levada a cabo pela vaidade, o que não é característico nesse caso, e o interesse de classe de Gaioso está longe de determinar o que escreve nessa memória, o bacharel estava mais interessado, parece-me, na sua aplicabilidade de mercês, como forma de demonstrar eficiência, algo que, de forma direta, pode ser percebido nos passos seguidos pelo secretário.

### 3.3 A segunda volta

Após a escrita da sua memória e de um largo período de idas e vindas de ofícios e solicitações do Desembargo do Paço em Lisboa, Sabino consegue uma nova nomeação para o mesmo local e com o mesmo cargo<sup>212</sup>. De volta ao Maranhão, com a sua mulher, o bacharel não parece estar de bom grado nas mesmas condições por muito tempo e, agora, com um real motivo que o admoestava a querer, mais uma vez, voltar ao Reino após cumprir o tempo mínimo de serviço: D. Francisco de Melo da Câmara, o Cabrinha (1806-1809) que governou o Maranhão naquele período e protagonizou diversos embates com o bacharel e outros magistrados. A alcunha de D. Francisco de Melo era, segundo César Marques (1870), por ter a pele muito escura, informação que aqui serve para demonstrar, como já havia destacado Gilberto Freyre (1936), a ascensão do bacharel e do mulato num ambiente de diferenciação e acomodação entre o senhor e o escravo. Todavia, ao contrário do que demarca Freyre, alguns elementos anteriores à década de 1830 já denunciavam esta ascensão que, como mostrarei a seguir, não produzia relações de todo harmônicas e que, no caso que exponho, mostra as ranhuras entre classes e entre raças e, mais uma vez, senão de forma mais intensa, entre “brasileiros” e “portugueses”<sup>213</sup>.

Após anunciar a sua chegada e tomada de posse, Sabino parece interessado em inserir-se nos modos comuns e pede uma sesmaria para a sua mulher em 1803<sup>214</sup>. Chega a pedir, um tempo depois, promoção a Oficial da Secretaria de Estado da Marinha, depois de reclamar do estado de pobreza onde se encontrava, forma comum de se pedir promoções ou patentes entre

---

<sup>211</sup> Milton Torres, em sua tacanha análise da memória de Sabino, depois de percorrer um conjunto incompreensível de análises do discurso do bacharel, conclui que a memória seria uma versão do Colbertismo. Tenho total reserva a esse esforço de definição de uma exatidão que desconsidere o eclético conjunto de filiações que aqueles sujeitos possuíam, ainda mais em análises desconectadas da historiografia do pensamento económico. TORRES, Milton. *Op. Cit*, passim.

<sup>212</sup> AHU\_MA, D. 9456.

<sup>213</sup> FREYRE, Gilberto (1936). *Op.cit*, p.579-628; MARQUES, César (1870). *Op.cit*, p.283-288; MEIRELES, Mário (1960). *Op. Cit*, p.178-180.

<sup>214</sup> AHU\_MA, D. 9727.

os burocratas de carreira<sup>215</sup>. Pouco tempo depois, no entanto, não satisfeito com as condições de trabalho e novamente a alegar problemas de saúde, pede para retornar ao Reino, desta vez sem citar nenhum outro acontecimento que justificasse a autorização. Um ano depois, já em 1807, diante dos inúmeros embates que tivera com o Governador, D. Francisco de Melo, o seu pedido será acompanhado de uma descrição longa da sua condição e dos motivos que o levavam a tentar sair da Capitania, como a gravidez da sua esposa e do iminente risco de aborto pelo qual passava<sup>216</sup>.

Sabino diz na sua lamentação já conhecer, desde Lisboa, o génio de D. Francisco de Melo e que pressentia, desde logo, os “males vindouros”. O Governador é acusado de tomar partido na organização política envolvendo os desafetos do antigo governador, António Saldanha da Gama (1804-1806), e de realizar devassas, prisões e envios forçados de inimigos para os *Sertões*. A Sabino pede, segundo seu relato, alguma obra poética aos modos do quinhentista Ferreira, que fora entregue em mãos do Governador. Ao que parece pelo desenrolar dos factos, o mandatário não gosta dos versos e sente-se ofendido passando, também, a ter Sabino como partidário dos opositores. As perseguições que não são detalhadas, além do conluio do governador com o Padre Pedro António que teria vindo de Lisboa com o governador, também seriam na ordem da perda de poder de Sabino no comando da secretaria do governo, sendo que até mesmo dele teria sido tirada a chave do local, que ficava na posse de aliados de D. Francisco de Melo.

A epístola que o bacharel oferece a D. Francisco de Melo, manuscrito não publicado na época, composto por 15 estrofes, acabou por se converter numa exortação dos comportamentos do mandatário que, envolvido, segundo Sabino, nos mexericos e confusões políticas, é advertido para não se envolver nas intrigas<sup>217</sup>. Lê-se na epístola

“Somente (Sábio Mello, atende e pensa) / Em alma vil de sofrimentos ouça /  
Sórdido mexerico afouto fala (...) / Açouta-te a razão, nella te posta (...) Arreda  
pois o indignado ouvido / D’esses zunzuns de pestilentos ditos (...) / Se queres  
ver morrer o mexerico, / austero pune quem ousa trazer-t’o (...) / Castigar sem

<sup>215</sup> AHU\_MA, D.29279.

<sup>216</sup> AHU\_MA, D.10861.

<sup>217</sup> BNRJ. Joaquim José Sabino (1806-07?). *Ao illmo. exmo. snr. D. Francisco de Mello Manoel da Cammara*. I-07,16,038, Manuscritos, 13p. A missiva foi publicada em nota por João Francisco Lisboa no seu *Jornal de Tímon*, onde reproduz também alguns ofícios do bacharel e chama-o de “bondoso velho” numa defesa de memória, já que na data de publicação ainda não faria uma década da sua morte. LISBOA, João Francisco (1865). *Op.cit*, Tomo III, p.532-543.

ouvir é tirania / Não mendigues em vão em casa estranha (...)/ É sempre fanfarrão  
o poderoso /Na língua põe seu mérito provado (...)/Que o bem do mundo sem  
virtude é nada (...)"

Sabino escreve em 1807 a reclamar novamente do governador, a relatar as perseguições e a reeditar o pedido de retorno ao Reino, ao que parece atendido pouco tempo depois pelo próprio D. Francisco de Melo, que autoriza a sua ida<sup>218</sup>. Em agosto de 1807 ainda estará no Maranhão e diz que a gravidez da sua mulher, a sua doença e a de um irmão seu que estava também no Maranhão o impedia de embarcar. Não recebe resposta da sua solicitação e parece que o ambiente em Lisboa, a menos de três meses da ida da Família Real para o Rio de Janeiro, em novembro, não era dos mais animadores. Sabino permanecerá no Maranhão e as suas lástimas são narradas constantemente em ofícios direcionados ao Visconde de Anadia, que parece não dar atenção às acusações de despotismo, prisões, ameaças, conspirações do mandatário do Maranhão<sup>219</sup>. O Bacharel que dizia suportar há vários meses tal ambiente, ainda tinha de lidar com o “pedantismo destituído de ciência” e mesquinhez de outros magistrados que impediam ou boicotavam as suas atividades, com a falta de reconhecimento diante do Soberano e do seu ministro<sup>220</sup>.

Todas essas reclamações em ofício surtirão, pelo menos em efeito imediato, alguma redenção para o Bacharel que, diante da recepção de algumas delas, escreve para agradecer e oferecer seus préstimos. Constante será, nessas correspondências, a escrita de epístolas e de alguns versos direcionados a importantes figuras; como Bocage, Sabino estava ciente das linguagens e dos movimentos literários e dos usos que se podia fazer de tais atribuições. A aplicabilidade prática não pode ser totalmente medida, mas o envio em 1809 de uma epístola ao Reino, provavelmente destinada ao Ministro D. Francisco de Almeida de Melo Castro, Conde das Galveias, e logo em seguida a recepção de benefícios não detalhados; a “adulação dos corteãos” Sabino chama de “gratidão ardente” e defende o uso da pena nas louvações ao seu

---

<sup>218</sup> AHU\_MA, D.10916.

<sup>219</sup> As referências aos mandos e desmandos dos governadores do Maranhão chegaram a ser denunciadas mais de uma vez nas páginas do *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa. “Fallandos dos abusos da administração local”, tanto no Maranhão, quanto no Pará, o jornal denunciou o despotismo dos mandatários que “tem depovoado aquela Cidade [do Maranhão]”. A avaliação que faz o *Jornal do Governador Câmara* e sua “conducta furiosa” e de seu sucessor, José Tomas de Menezes, fez o último escrever ao Reino a queixar-se das referências e dos insultos que não poupam nem mesmo a sua rubrica, chamada de “caranguejola”. *Correio Braziliense*, Edição 2, p.640 (1809); edição 3, p.652 (1809); edição 4, p.668 (1810); edição 5, p.419;455 (1810).

<sup>220</sup> AHU\_MA, D.10913; D.11236; D.11246.

“mecenas”<sup>221</sup>. E o circuito torna-se habitual: no seguir de um ofício de admoestação e autocomiseração virá, logo em seguida, alguma redenção gratificante<sup>222</sup>.

Naturalmente resolve não mais voltar ao Reino, no entanto, a Corte chamava-o, agora, com mais intensidade. Pede, então, para ir ao Rio de Janeiro em 1810, o que acaba provavelmente por acontecer algum tempo depois. O pedido para ir ao Rio é datado de março de 1810, mas Sabino ainda está no Maranhão a despachar na Secretaria pelo menos até agosto do ano seguinte. Como ainda em 1810 ele havia pedido para servir como oficial na Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, e parece ter recebido alguma posição acerca disso, a ida ao Rio de Janeiro é mais provável. A volta ao Maranhão parece ter ocorrido por volta de fevereiro de 1820, onde já na Capitania oferece seus préstimos ao Conde de Anadia<sup>223</sup>. Sabino ocupará, a partir de então, outro maior número de cargos, muitos simultaneamente: em 1829, depois de ter sido eleito como presidente da Câmara de São Luís quatro anos antes, denunciando o seu prestígio político, era “juiz de fora, de órfãos, crime, da Alfândega, provedor dos resíduos, defuntos e ausentes” e com sessenta e quatro anos de idade recusava mais atribuições além dessas<sup>224</sup>. No entanto, a sua ambição e articulação política, além de ser desembargador do Tribunal da Relação do Maranhão, o levou a ocupar por alguns dias a cadeira de Presidente da Província, enquanto o nomeado não chegava à cidade, de 2 a 7 de julho de 1825.

### 3.4 Como finais, as chantagens de Sabino

A atuação de Sabino acompanhava naqueles tempos o culminar de séries de tensões entre os “portugueses” e “brasileiros” que, animados pela notícia da Revolução do Porto, irão posicionar-se de diversas formas em composições políticas que, naqueles anos, deixaram mais claras as posições classistas e de interesses específicos de grupos sociais<sup>225</sup>. O bacharel que não podia apagar a sua condição de português participou, como noticiou o primeiro jornal impresso na então Província, o Conciliador, da então recentemente criada *Sociedade Patriótica, Política e literária* que em 1823 entoava vivas à constituição, ao Rei e a união de Brasil com Portugal.

---

<sup>221</sup> AHU\_MA, D. 11351.

<sup>222</sup> AHU\_MA, D. 11300.

<sup>223</sup> No anúncio, do *Jornal do Comércio*, já citado, de maio de 1837 que informa da encenação da *Nova Castro* do Bacharel diz que ele “residiu nesta corte”, o que fortalece, dada a falta de registro, a hipótese de que passou algum tempo na então capital do Império. AHU\_MA, D. 11272; D.11351; D.11246.

<sup>224</sup> MARANHÃO. Secretaria do Governo. Correspondência do Juiz de fora da Capital (1829), Cx. 384, maço 265, Setor de Avulsos. APEM.

<sup>225</sup> ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império*. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

Não escapou ele aos movimentos antilusitanos e chegou a ser exonerado do cargo de desembargador em maio de 1832, demonstrando que as tensões mais enérgicas dos anos 1820 até à “adesão” do Maranhão ao projeto emancipacionista em julho de 1823, ainda não se tinham resolvido, nem mesmo em relação aos “abrasileirados” como Sabino<sup>226</sup>.

A latente adaptação ao novo projeto político gestado no pós Vintismo é manifesta na trajetória de Sabino: de “português” a “brasileiro”, o bacharel enfrentará adversários políticos que, pondo em destaque o seu passado como membro da administração colonial, o acusavam de contendor da pátria, nesse caso, o Maranhão. A adaptação aos novos tempos, no entanto, não pôde dissipar o poder geracional nas suas posições, como suas críticas a liberdade da imprensa. Depois de novembro de 1821, tanto em São Luís, quando em outras cidades do Império, assiste Sabino a uma explosão de periódicos e panfletos numa verdadeira guerra de palavras, nos termos de Lucia Bastos (2003)<sup>227</sup>. Em modos de um Manuel Fernández Tomás (1771-1822), nas suas críticas aos projetos de liberdade de imprensa e seus “males” ainda durante as *Cortes*, Sabino, agora definitivamente no Maranhão, critica diretamente a liberdade de imprensa como muitos de seus contemporâneos que condenavam as ditas “sentenças incendiárias” em defesa ao Soberano e ao projeto que se estabelecia. Também como muitos aturalizou-se aos modos constitucionais e parece ter-se adaptado pela sobrevivência, não por convicção, assim como um grande número de “filhos da terra” que se inseriram no novo projeto de Estado a contra gesto, diante também de muitos “portugueses”<sup>228</sup>.

Ganharam os intelectuais, distantes da antiga realidade das tipografias centrais, Lisboa e depois Rio de Janeiro, o espaço dos periódicos para partilha das suas ilações e manifestações constitucionais. Sabino não estará afastado desse círculo mais ativo de publicação e parece não ter se escusado de dar grandes contribuições aos modos de se pensar as novas estruturas políticas, tendo importante atuação política nesses anos. Ainda que se possa identificar, em suas decisões e escritos, certa tendência a responder as novas estruturas políticas do novo Império, Sabino continuava atendendo a diversos interesses de classe que tinham, nas tendências mais reacionárias, seus projetos para o novo Estado<sup>229</sup>. Alguns tímidos artigos, assinados por ele,

<sup>226</sup> O jornal o Conciliador foi o primeiro a ser publicado no Maranhão, na sequência da instalação da primeira Tipografia em 1821; circulou entre abril de 1821 e julho de 1823, tendo sido seus primeiros 34 números manuscritos, passou a circular impresso em novembro de 1821. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. cit.*, 2010; O Conciliador, n.158, 15.jan.1823; Jornal do Commercio, n.193, 03.maio.1832.

<sup>227</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2003.

<sup>228</sup> A Bandurra, n.11, 30.jun.1828.

<sup>229</sup> A atuação do bacharel e sua presença na imprensa torna-se mais frequente após sua atuação junto das novas instituições que surgiram após a “adesão” do Maranhão ao Império, como o Conselho Presidencial. Essa fora uma instituição que atuou como auxiliar da presidência de província, que fora estabelecida pela Carta de 20 de Outubro

apenas em caráter de resposta aos “escritos incendiários” que circulavam pela província, são localizados. No entanto, as mudanças de perfil podem ser observadas de maneira clara nos extratos da trajetória desse português, poeta e burocrata: das suas constantes manifestações dos primeiros anos no Maranhão, bajulador e poeta de louvação árcade, chantagista em constante atestar da sua importância intelectual e burocrática, diante de seus iguais, a ativo político agora aderente aos “novos tempos”.

---

de 1823. A sua dissolução, entretanto, fora ordenada logo em seguida por D. Pedro. No entanto, a Carta de 1823 fora cumprida, e os conselhos foram instituídos nas províncias ao longo do Primeiro Reinado de D. Pedro I (1822-1831). Nesta dissertação, no entanto, dei foco na sua atuação nos primeiros vinte anos de presença no Brasil. Para uma análise posterior da atuação de Sabino e sua geração, ver RAISSA CIRINO, Gabrielle Vieira. *Pelo bem da “Pátria” e pelo Imperador: o Conselho Presidencial do Maranhão na construção do Império (1825-1831)*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Maranhão. UFMA: São Luís, 2015.



## CONCLUSÃO: uma interpretação tempestiva ou “dos homens sobre as coisas” <sup>230</sup>

Com os três ensaios biográficos, apresentados nas secções anteriores, pretendi operar uma reflexão que dialogasse com dois delicados aspectos inseridos nos universos da sociologia histórica: processos e dinâmicas ao longo de um período de tempo determinado e suas relações com os grupos postos no espaço geográfico, de natureza dialética. Essas categorias teóricas são usadas como ponto de partida reflexivo, produzindo, naturalmente, um conjunto de hipóteses que se desdobram a partir da avaliação documental e bibliográfica. O aspecto conjuntural não pode ser ignorado sob pena de reduzir os três sujeitos a meros atores flutuando no espaço, para os quais factos nada mais representavam que dinâmicas determinadas pela supra-vontade individual. Do mesmo modo que, em Emília Viotti da Costa (1994), o sujeito opera dentro de padrões previamente determinados, mas aparece, necessariamente, pela sua capacidade de interpretação da ação, aqui os três personagens operam dentro de estruturas de pensamento, de hierarquias e de poder que limitam essa ação. Dentro do curtíssimo período de uma vida, não poderiam eles, nas médias escalas da burocracia, tornar-se tão determinantes como as tradicionais historiografias biográficas de sujeitos “nas margens” ou no “centro” poderiam esperar<sup>231</sup>.

Abro aqui um precedente conceitual. Se a nível intelectual os três estavam dentro de uma elite culta e especializada, mas não se fizeram expressivos no seu tempo como as grandes figuras de apelo “nacional” desse período – considerando que as máximas expressões da época se inventaram resistentes a reavaliações das memórias pelos historiadores posteriores – e se a sua atuação dentro das hierarquias os levou a cargos na mediana escala de acesso a ferramentas diretas de poder e intervenção, como definir ou conceituar o espaço de atuação desses sujeitos? De “burocratas ilustrados”, como demonstrei, como “intelectuais médios”, destaco a atuação abortada dentro de um campo intelectual de manobra limitada, tanto pela atuação política quanto pelas prerrogativas de um cargo ou de uma sesmaria. Logo, há que se chegar ao lugar comum de sujeitos no alto da hierarquia social, mas que, dentro desse universo, atuavam em suas “periferias”, entendidas aqui como atuações pouco expressivas. As classes, nesse jogo de

<sup>230</sup> Braudel atribuiu a expressão entre aspas a Maurice Halbwachs. BRAUDEL. *Op. Cit.*, p. 160.

<sup>231</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Crowns of glory, tears of blood: the Demerara Slave Rebellion of 1823*. New York:OxfordUniversityPress,1994.

redefinição dos capitais individuais, estão direta e constantemente em atrito e os sujeitos, naturalmente, estão sempre a definir os seus lugares de distinção, pelos méritos e vaidades<sup>232</sup>.

Como avaliar, nesse caso, o interesse ou a importância de personagens que foram expostas ao esquecimento, à “morte da memória”, mesmo tendo sido, ao que parece, no seu tempo, expressivas figuras de atuação numa esfera pública letrada e de poder? Esses “intelectuais médios” operaram com ferramentas retóricas que estavam incorporadas por toda uma geração, não estabelecendo nada que, a olhos vistos, seja definido como “original” ou proativo dentro do universo burocrático. Nesse sentido, qual a validade dessas biografias dos “mal lembrados” no caso de Gaioso, dos esquecidos, no caso de Bandeira, ou dos citados, mas não interpretados, como nas avaliações de Sabino? Caberia buscar o “sentido” de um sujeito e suas ações e contradições sendo anteriormente detectada a sua inexpressividade intelectual?

Decerto que os extratos que levantei anteriormente não oferecem resposta pronta para essas questões, factos que foram historiograficamente trabalhados de forma diferente, ainda mais quando comparados às interpretações historiográficas e sociológicas. Para isso a biografia de Lutero elaborada por Febvre (1928), ou mesmo os ensaios biográficos de Elias (1991) sobre Mozart, que já citei na introdução deste trabalho, podem ser tomados como ponto de partida para essa discussão. O comum, nesses casos, ou é a sobrevalorização das ações individuais ou a imersão total do sujeito num tecido social opressor e definidor. Entre o génio e o revolucionário, temos um conceito largo de expressividade e de importância; aos grandes vultos, o esforço de interpretação é fugaz e dá preferência ao esmiuçamento do particular. Também por Febvre (1942), fora Rabelais colocado dentro das estruturas de pensamento de seu tempo e sua expressividade medida já dentro de um prestígio determinado, mesmo que a universalidade seja questionável. Ginzburg (1976) e seu moleiro, ao fugir da regra dos grandes vultos, busca num sujeito das “margens” as peculiaridades de seu tempo, seu ego e inteligência, mesmo que seja, desde o início, atestado como um incomum dentre os comuns. O que vale, nesses casos, nem tanto se refere aos homens ou mulheres - essas mais ainda nas “margens” - pela sua expressividade medida *a posteriori*; segundo Ginzburg o moleiro era, antes de tudo, a expressão de uma cultura e não de uma mentalidade, como ensaiou Febvre sobre Rabelais e a descrença no seu tempo<sup>233</sup>.

<sup>232</sup> BOURDIEU, Pierre. *A Distinção, uma Crítica Social da Faculdade do Juízo*. Lisboa: Edições 70, 2010; BOURDIEU, Pierre. Espaço social e génese das classes in *O poder Simbólico*. Lisboa: Edições 70, 2001, 133-160.

<sup>233</sup> ELIAS, Norbert (1995). *Op.cit*; FEBVRE, Lucien (1928). *Martinho Lutero, um destino*. São Paulo: Três Estrelas, 2012; FEBVRE, Lucien (1942). *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle*. La religion de Rabelais. Paris: Albin Michel, Éditeur, 1947; GINZBURG, Carlo (1976). *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de*

Nessa dissertação, Manuel António Leitão Bandeira, além da sua predileção pelo ensaísmo e pela tentativa de estabelecimento de uma interlocução falhada, expressa o largo grupo de intelectuais que tentaram, a seu custo, um reconhecimento de um talento que, por ventura, poderia não ser valorizado ou que poderia ser já avaliado como inexistente. Esses elementos, perigosamente postos à margem dedutiva, não podem ser universalizados; a comparação que operei entre as posições de Bandeira com outras importantes figuras políticas e intelectuais da época, dentro das suas observações económicas, só demonstram a sua posição intermediária, sem acesso a complexas categorias analíticas e nem mesmo oferecendo interpretações ou conceitos que pudessem romper com algum paradigma. A notável erudição, a sua insistente citação dos mais diversos autores e a sua produtividade são mostras, também, de um modo de operar desses intelectuais do Setecentos, que fizeram leituras socio-económicas e históricas como barganha intelectual.

Sobre Gaioso, que tipos de preocupações intelectuais teria um produtor de algodão, farinha e arroz da Ribeira do Itapecuru, nas vastas entranhas de uma Capitania de quarta importância? A única expressão dessa preocupação, de póstuma realização, nem sequer pode ser ditada pela louvação de sua memória, por sua mulher, no prefácio do *Compêndio*; preocupava-se Gaioso, no final da vida, com a eternização das letras impressas? As suas posições transformam o seu *Compêndio* numa obra com interesse de grupo, mas também oferecem um sintoma das percepções de um intelectual que tivera, no espaço de produção, experiência de condução de uma sesmaria. Do mesmo modo, que Bandeira, opera um texto que cumpre rigorosamente à promessa de recompilação e de cálculos de custos e benefícios, sem deixar claro nenhuma posição acerca de outros temas que, ao que parece, eram demasiado distantes das suas preocupações. Estava mais preocupado com o preço do escravo e do algodão que com o progresso da indústria nacional. Já o seu contemporâneo Joaquim José Sabino, parece que teve, da poesia à economia política, desenvoltura para sobreviver ao emaranhado político pré e pós Vintismo, que o conduziu, à base de muitas autocomiserações, a diversos postos da hierarquia política. Quais os usos de Sabino, seja como secretário ou como desembargador, dos seus versos ou das suas considerações sobre Economia política? Parece que, para além das suas publicações de epístolas e dramas, esteve tão preocupado com expressões poéticas e com a sua contribuição ao mundo literário como com a sua ascendência política.

---

um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; DAVIS, Natalie Zemon. *Women on the margins*. Harvard University Press, 1995.

Esses “burocratas ilustrados”, no caso do Império Luso-brasileiro, estabeleciam-se pela operacionalização escrita de uma erudição coimbrã, na maioria dos casos, em modos comuns de atuação e mobilidade social (promoções, acumulação de cargos, sesmarias, comércio, arrematação de cargos e contratos) e, com o desdobramento de mudanças estruturais da segunda metade dos Setecentos, possuíam um certo secularismo aliado a conciliações teóricas com uma natureza e coerência próprias. A burocracia, que não possuía fôlego como corpo autónomo, era dentro do Estado ingrediente político de larga filiação à tradição, sendo que os novos burocratas buscaram na História e na Jurisprudência uma ligação factual sempre presente: racionalizar, nesse caso, significava justificar, mesmo que não representasse nem um aspecto reformista, senão reacionário. Como “intelectuais médios”, estabelecida a distinção entre a representatividade de uma obra e sua penetração entre a parcela letrada e interessada da população de escritos de tal natureza, há que se perguntar o lugar desses inúmeros burocratas que, no gabinete, versejaram e escreveram sobre a política do Império, sobre a sua história natural e mesmo sobre cosmologia e matemáticas.

A nível das problematizações dos sentidos dos sujeitos e de suas trajetórias, seriam os “burocratas ilustrados” do Império Luso-brasileiro portadores das versões mais reacionárias de um “ilumismo” local? Quanto aos três portugueses que analiso, neste texto, não há a menor dúvida, percorrendo eles os mesmos meandros que se distanciam quando interrogo, no entanto, os usos sociais dessas ideias. Bandeira não se escusou de buscar as já velhas obras de Josiah Child (1630-1699) para justificar o seu saudosismo mercantilista, e quanto a reformas, parecia mais afeito a reformar os privilégios no comércio e no poder. Gaiosio, um sujeito inserido desde muito nessa cultura burocrática, iluminada e reacionária, de sua sesmaria não poderia ser tão progressista pelos seus anseios imediatos. O restabelecimento dos exclusivos anteriores a 1808 consome boa parte das suas memórias, postas como mecanismo de denúncia de toda uma classe de produtores. Quando a Sabino, no árcade que despachava de uma secretaria, parece que esse aspecto é mais claro. O modelo da Revolução Americana não lhe agravada, senão o impelia a escrever e pedir uma Razão de Estado forte e atuante. De todo o modo essa ainda pode ser lida com feições um pouco diferentes, progressistas em alguns aspectos.

Deve-se considerar, nesse sentido, que as manifestações das mudanças estruturais iluministas no Império, seja na sua porção europeia ou no Ultramar, não podem ser lidas como imitação dos mesmos contínuos vivenciados na França ou Inglaterra. Manoel Cardozo (1970) já chamava a atenção para esse fenómeno e para o modo como os intelectuais, lusos ou crioulos, devem ser lidos, nem tanto pelo carácter humanista de determinado conjunto de saberes

incorporados ou especializado por eles, mas pelas suas posições específicas inseridas num criticismo, dentro dos cânones tradicionais. Ao analisar o caso de Azeredo Coutinho, Cardozo conclui que o seu trabalho estava, o que pode ser demasiado minimalista, livre de novas ideias e interpretava os grandes temas de seu tempo com certo tom progressista. De todo o modo, as suas sugestões não tinham como objetivo central mudanças radicais no *status quo*. Ele era, portanto, expressão exata da ilustração portuguesa, com as suas contradições, não sendo nem mais liberal ou iluminado que o largo conjunto de “brasileiros” ou “portugueses” do seu tempo<sup>234</sup>.

Como Gaioso, Azeredo defende uma maior humanização do tráfico de africanos e do tratamento dos escravizados já nas sesmarias, não pelo conjunto de ideais iluminados de “direitos humanos” que inundam os vocabulários de muitos desses memorialistas, mas sim pelos seus interesses específicos e objetivos de propriedade sobre a mão-de-obra, tão cara que deveria, portanto, ser preservada. Pergunta Cardozo se aquelas “luzes” de Pombal já se não teriam dissipado em finais de século. Seria Azeredo Coutinho, assim como Bandeira e Sabino, a expressão de uma geração egressa de Coimbra que, nas malhas pouco penetráveis da cultura burocrática, teria adaptado a sua ilustração, nem sempre progressista, aos *modus operandi* do Estado? Sendo ou não Cardozo, aos modos de uma historiografia liberal e republicana de um Luz Soriano (1867) e Latino Coelho (1905), um adversário do período mariano<sup>235</sup> - como descontinuo estrutural do consulado “iluminado” de Sebastião José, leitura que não lança mão -, a sua interpretação sobre Azeredo Coutinho concinde com a hipótese central deste texto: os burocratas da segunda metade do Setecentos, inseridos no conjunto tradicional das hierarquias do Império, usaram das mais diversas leituras e bibliografias de seu tempo como modo de operar dentro dessas próprias estruturas, tendo representado tanto conciliações contraditórias quanto adaptações de ideias “iluminadas”, não dependentes de um centro europeu; operaram esses sistemas de saberes e, aos modos de interesse de grupo e de práticas de gerações de intelectuais em contacto com o poder, atuaram nos espaços de mando com um característico reacionarismo. Este, pondo vistas a uma Razão de Estado “inimiga”, em grande parte, das ideias iluminadas, fora destilado em memórias, ofícios e cartas onde ensaiavam a sua “cultura burocrática ilustrada”.

<sup>234</sup> CARDOZO, Manoel. *Azeredo Coutinho and the intellectual ferment of his times*. S.I, s.n, 196-, p. 72-112.

<sup>235</sup> COELHO, Latino. *O Marquês de Pombal*. Lisboa, 1905; SORIANO. S. J. da Luz. *História do reinado de D. José e da administração do Marquês de Pombal*. Lisboa: Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1867.

## REFERÊNCIAS

### Documentos

#### a) Manuscritos

#### Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate

EXPOSIÇÃO sobre uma carta do bispo do Maranhão, D. fr. António de Pádua Belas... AHU\_MA, D. 5707;

CARTA do bispo do Maranhão, D. fr. António de Pádua, para a rainha D. Maria I... AHU\_MA, D. 5768;

OFÍCIO do ouvidor Manuel António Leitão Bandeira para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro... AHU\_MA, D. 5862;

OFÍCIO do ouvidor Manuel António Leitão Bandeira para o secretário de estado da Marinha e Ultramar...AHU\_MA, D. 5890;

OFÍCIO do ouvidor da comarca, Manuel António Leitão Bandeira... AHU\_MA, D. 5936; ~

AVISO do secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, para o presidente da Mesa do Desembargo do Paço... AHU\_MA, D. 5960;

OFÍCIO do ouvidor Manuel António Leitão Bandeira para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro... AHU\_MA, D. 5963;

OFÍCIO do ex-ouvidor-geral da capitania do Maranhão, Manuel António Leitão Bandeira... AHU\_MA, D. 6416;

CARTA do ouvidor Manuel António Leitão Bandeira para a rainha D. Maria I... AHU\_MA, D. 6021;

AVISO (minuta) do secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, para o presidente da Mesa do Desembargo do Paço... AHU\_MA, D. 6022;

OFÍCIO do governador e capitão-general José Teles da Silva para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D. 6064;

REPRESENTAÇÃO dos prelados das religiões da cidade de São Luís do Maranhão para a rainha D. Maria I... AHU\_MA, D. 5769;

OFÍCIO do juiz de fora António Pereira dos Santos para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D. 6055;

OFÍCIO do governador e capitão-general José Teles da Silva, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D. 6059;

CARTA do juiz de fora e órfãos, António Pereira dos Santos, para a rainha D. Maria I... AHU\_MA, D. 6238;

DECRETO da rainha D. Maria I nomeando Fernando Pereira Leite de Foios... AHU\_MA, D. 5891;

CARTA do governador da capitania do Maranhão, Fernando Pereira Leite de Foios, para a rainha Maria I... AHU\_MA, D. 6193;

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D. 9193;

OFÍCIO do ouvidor Manuel António Leitão Bandeira para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, AHU\_MA, D. 6249;

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Fernando Pereira Leite de Foios...AHU\_MA, D. 6348;

OFÍCIO do ouvidor-geral do Maranhão, Manuel António Leitão Bandeira, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar...AHU\_MA, D. 6304;

CARTA do bispo do Maranhão, D. fr. António de Pádua, para a rainha D. Maria I...AHU\_MA, D. 6073;

OFÍCIO de Manuel António Leitão Bandeira para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D. 9673;

OFÍCIO do ouvidor-geral do Maranhão, Manuel António Leitão Bandeira, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D. 6378;

CARTA de Manuel António Leitão Bandeira para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D. 6524;

CARTA de Manuel António Leitão Bandeira com reflexões sobre a espécie humana... AHU\_MA, D. 8324;

CARTA (2ª via) de Manuel António Leitão Bandeira para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D. 7047;

OFÍCIO do Manuel António Leitão Bandeira para o secretário de estado da Marinha e Ultramar...AHU\_MA, D. 6645;

OFÍCIO do bacharel Manuel António Leitão Bandeira para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D. 6845;

CARTA de Manuel António Leitão Bandeira para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D. 6511;

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha...AHU\_MA, D.7886;

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D.9471;

OFÍCIO do governador do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D.8379;

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha... AHU\_MA, D.7891;

OFÍCIO (1ª via) de Manuel António Leitão Bandeira para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D.7316;

REQUERIMENTO de Manuel António Leitão Bandeira ao príncipe regente D. João... AHU\_MA, D. 7313;

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D. 8023;

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D. 8487;

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa para o secretário da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D. 8759;

OFÍCIO do tenente-coronel José de Carvalho para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D. 9655;

CARTA do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha... AHU\_MA, D. 6942;

REQUERIMENTO de Raimundo José de Sousa Gaiosio ao príncipe regente D. João... AHU\_MA, D. 6954;

OFÍCIO de Pedro de Maniz de Sousa Sarmento para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D. 8734;

REQUERIMENTO de José António Gomes de Sousa à rainha D. Maria I, solicitando confirmação da carta de data de sesmaria... AHU\_MA, D.6015;

REQUERIMENTO de Raimundo José de Sousa Gaiosio ao príncipe regente D. João... AHU\_MA, D. 7465;

REQUERIMENTO do capitão Raimundo José de Sousa Gaiosio para o príncipe regente D. João... AHU\_MA, D.8314;

CARTA PATENTE do príncipe regente D. João, para Raimundo José de Sousa Gaiosio... AHU\_MA, D.10643;



REQUERIMENTO de Raimundo José de Sousa Gaiosio ao príncipe regente D. João... AHU\_MA, D.11303;

REQUERIMENTO de Raimundo José de Sousa Gaiosio para o príncipe regente D. João... AHU\_MA, D.10405;

DECRETO da rainha D. Maria I nomeando o bacharel Joaquim José Sabino de Resende Faria e Silva ... AHU\_MA, D. 7308;

PROVISÃO da rainha D. Maria I, mandando aumentar o ordenado do professor substituto da cadeira de Filosofia Racional e Moral... AHU\_MA, D.7036;

OFÍCIO do governador D. Fernando António de Noronha para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D.7296;

REQUERIMENTO do professor régio de Filosofia, Dionísio Rodrigues Franco... AHU\_MA, D.7341;

OFÍCIO do secretário Joaquim José Sabino de Resende de Faria e Silva para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D. 7917;

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa... AHU\_MA, D. 8302;

DECRETO do príncipe regente D. João para o Conselho Ultramarino, nomeando Joaquim José Sabino ... AHU\_MA, D. 9456;

REQUERIMENTO do bacharel Joaquim José Sabino e de sua mulher, Josefa Adelaide Furtado Belfort... AHU\_MA, D. 9727;

OFÍCIO do secretário do Governo, Joaquim José Sabino, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D.10861;

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, D. Francisco de Melo Manuel da Câmara... AHU\_MA, D.10916;

OFÍCIO do secretário do Governo, Joaquim José Sabino, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D.10913;

OFÍCIO do secretário do governador, Joaquim José Sabino, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar...AHU\_MA, D.11236;

OFÍCIO do secretário do Governo Joaquim José Sabino para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D.11246;

OFÍCIO do secretário do Governo, Joaquim José Sabino, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D. 11351;

OFÍCIO do secretário do Governo, Joaquim José Sabino, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D. 11300;

OFÍCIO de Joaquim José Sabino para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D. 11272;

OFÍCIO do secretário do Governo, Joaquim José Sabino, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D.11351;

OFÍCIO do secretário do Governo Joaquim José Sabino para o secretário de estado da Marinha e Ultramar... AHU\_MA, D.11246.

- AHU\_MT, D. 1792; AHU\_MG, D.11083; AHU\_PI, D.1058; AHU\_GO, D.2528; D.2606; AHU\_AVULSOS, D. 2979.

### **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**

ANTT. Registro Geral de Mercês de D. Maria I, liv., f.241;

ANTT. Chancelaria de D. Maria I, liv 17, f.129;

ANTT. Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.18, f. 54v;

### **Arquivo Público do Estado do Maranhão**

APEM. BANDEIRA, Manuel António Leitão. L-15, F-66v.

APEM. GAIOSO, Raimundo José de Sousa. L-14, F-38; L-18, F-39.

APEM. MARANHÃO. Secretaria do Governo. Correspondência do Juiz de fora da Capital (1829), Cx. 384, maço 265, Setor de Avulsos.

### **Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão**

ATJMA. 1813. TESTAMENTO Raimundo José de Sousa Gaioso. Arquivo do Tribunal de Justiça, MA, livro 1812-1813. Ribeira do Itapecuru, 24. maio.1813, fl.53-62.

ATJMA. 1836. INVENTARIO Manuel António Leitão Bandeira. Autos Cíveis, Juiz de Órfãos da Capital do Maranhão.

### **Arquivo da Universidade de Coimbra**

AUC. Diploma atribuído a Manuel António Leitão Bandeira. Coimbra: Na Real Officina Typografica da Universidade, Anno de 1778.

### **Biblioteca da Real Academia de Ciências de Lisboa**

BRACL. P.e Joaquim Joze Pereira. Memória sobre o Nitro, 1796, S.l., s.d.– 6 fls. de texto nums. de 175 a 180. Memórias Económicas e Físicas que não tiveram lugar nas ‘Collecções da Academia’. Tomo 1.p.175-180. (A.C.L, Azul 17).

BRACL. Domingos Vandelli. Annuncio, que tenho a honra de dar a esta Illustre, e Sabia Academia da Experiencia, que fiz sobre o novo invento de augmentar a força da polvora, em que me mostrou poder alojar a balla quaze a quarta parte mais longe. S.l., s.d.,- Fls. 82-87.

### **Biblioteca da Ajuda**

BA. Memória político-económica sobre o Maranhão pelo bacharel Joaquim José Sabino de Resende Faria e Silva, Secretário que foi daquela Capitania. s/d, Cota 54-V-43, 96f.

### **Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**

BNRJ. Joaquim José Sabino (1806-07?). Ao illmo. exmo. snr. D. Francisco de Mello Manoel da Cammara.I-07,16,038, Manuscritos, 13p.

BNRJ. ESTADO da capitania do Maranhão no anno de 1788 dado [as] Il. Ex. D. Domingos de Lima P.F.S.S.S [Maranhão] , s/d, manuscritos Rolo: MS 554(7). I 29,19,58.

BNRJ. BANDEIRA, Manoel Antônio Leitão. Carta destinada provavelmente à Rainha de Portugal, onde fala sobre os “Selvagens” e os compara com o europeus civilizados Manuscritos Rolo: MS 554 (7). I 29,19,61.

### **b) Impressos**

#### **Jornais**

- (A) Gazeta de Lisboa, Lisboa - (1715-1820).
- (O) Farol Maranhense, MA - (1828).
- (O) Jornal do Commercio, RJ - (1820-1899).
- (O) Correio Braziliense, Londres - (1808-1922).
- (O) Conciliador, MA - (1821-1823).
- (A) Bandurra, MA - (1820-1829)

#### **Obras de Referência e raras**

CARTA do Marquez de Pombal, a Joaquim de Mello e Povoas, quando foi nomeado para Governador do Maranhão. Horta: Typ. Hortense, 1858.

CÂMARA, Manuel Arruda da (1799). *Memória sobre a cultura dos Algodoeiros e sobre o methodo de o escolher, e ensacar et: em que se propoem alguns planos novos, para o seu melhoramento*. Impressa por Fr. Joze Mariano da Conceição Velloso. Lisboa: na Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1799.

CAMÕES, Luís de (1572). *Os Lusíadas*. Lisboa: em casa de António Gonçalves, 1572.

CASTRO, José Constantino Gomes de (1823). *Historia resumida das perseguições de José Constantino Gomes de Castro, presbitero secular, conego prebendado na igreja cathedral da cidade de S. Luiz do Maranhão, ex-commissario do Santo Officio, protonotario apostolico de Sua Santidade com beneplacito regio, e cavalleiro da Ordem de Christo: por elle escripta, e*

*comprovada com documentos legaes. José Constantino Gomes de Castro.* Lisboa: Impressão Régia 1823.

CHILD, Josiah (1698). *A new discourse of trade*: wherein are recommended several weighty points relating to companies of merchants, the Act of navigation, naturalization of strangers and our woollen manufactures, the balance of trade, and nature of plantations, with their consequences, in relation to the Kingdom, are seriously discussed ... to which is added, a short, but most excellent treatise of interest. London: Printed for J. Hodges, 1698.

COLLECÇÃO das leis, decretos, e alvarás, que comprehende o feliz reinado del Rei Fidelíssimo nosso Senhor, Desde o anno de 1750 até o de 1760, e a Pragmática do Senhor Rei D. João o V. do anno de 1740. Tomo I. Lisboa, Na Officina de António Rodrigues Galhardo, MDCCXCVII.

COLLECÇÃO das Leys, Decretos e Alvaras, que compreende o feliz reinado del Rei Fidelíssimo nosso Senhor D. José I, desde 31 de julho de 1769 até 7 de abril de 1755. Lisboa, da Régia Officina Typografica, MDCCLXXV.

COLLECÇÃO da Legislação Portuguesa, desde a última compilação das ordenações redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva, de 1763-1774. Lisboa, da Typografia Maignrense, 1829.

COUTINHO, Rodrigo de Sousa. *Textos políticos, econômicos e financeiros, 1783-1811.* Lisboa: Banco de Portugal, 1994.

EÇA, Mathias Aires Ramos da Silva (1752). *Reflexões Sobre a Vaidade dos Homens ou Discursos Moraes Sobre os Efeitos da Vaidade offerecidos a El-Rei Nosso Senhor D. Josepho I.* Lisboa, na Officina de António Vicente da Silva, 1761.

ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1772-1872). Arquivo Nacional, Seção de Obras Raras.

FERREIRA, António (1587). *A Castro.* Coimbra, 1915 (ed. Mendes dos Remédios).

FRANCISCO DE PAULA, Dom (1912). *Apontamentos para a História eclesiástica do Maranhão.* Bahia: sn, 1912.

FUNCHAL, Marquez de (1908). *O Conde de Linhares: Dom Rodrigo Domingos Antonio de Sousa Coutinho.* Lisboa: Typografia Boyard, 1908.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa (1818). *Compêndio histórico-politico dos princípios da lavoura do Maranhão suas producçoens, e progressos, que tem tido até ao presente, entraves que a vão deteriorando; e meios que tem lembrado para desvanece-los, em augmento da mesma lavoura, e sem prejuizo do real patrimonio.* Pariz : P.N. Rougeron, Impressor, 1818.

GAMA, Bernardo José da (1813). *Informação sobre a capitania do Maranhão no ano de 1813.* Viena: Imprensa do filho de Carlos Gerald, 1872. Arquivo Nacional, Seção de Obras Raras, p.22.

KOSTER, Henry. (1816) *Viagens ao nordeste do Brasil*. 11 ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 2002.

LAGO, António Bernardino Pereira do (1822). *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001.

LOPES, Fernão (1735). *Chronica del Rey D. Pedro I deste nome, e dos reys de Portugal o oitavo cognominado o Justiceiro na forma em que a escreeveo Fernão Lopes*. Lisboa. Na Officina de Manoel Fernandes Costa, 1735.

MAGALHÃES, Domingos José Golçalves de (1848). *A Revolução da Província do Maranhão (1839-1840)*. São Luís: B. de Mattos, 1858.

MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, 1808-1822*. São Paulo: Universidade, 1993.

MARQUES, César Augusto (1870). *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*. São Luís: Typ. do FRIAS, 1870, 3v.

MORAIS, Francisco. *Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. Instituto de Estudos brasileiros, Coimbra 1949. Arquivo Nacional, Seção de Obras Raras.

MONTAIGNE, Michel de (1580). *Sobre a vaidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PÁDUA, Fr. António de (1784). *D. Fr. António de Pádua, da Ordem dos Menores reformados, por mercê de Deos, e da santa sé apostolica bispo do Maranhão, e do conselho de S. Magistade fidelissima. A todos os nossos subditos saude, paz e benção*. Lisboa. Na Regia Officina Typografica. 1784 Com licença da Real Mesa Censória;

PÁDUA, Fr. António de (1783). *Arte de viver em paz com os homens, dividida em duas partes, e dedicada aos vassallos d e s. magestade fidelissima, principalmente aos que habitao a diocese do Maranhão*. Por Fr. António de Pádua Bispo da mesma Diocese. Lisboa: Regia officina typografica, Anno M.DCC. LXXXIII Com licença da Real Mesa Censória.

RESENDE, Garcia de (1516). *Cancioneiro Geral*: com privilégio. Foi ordenado e emendado por Garcia de Resende fidalgo da casa del Rey nosso senhor e escrivão da fazenda do príncipe. Lisboa: 1516.

SABINO, Joaquim José (1791). *Policena*: Tragedia Portugueza. Lisboa : na Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1791.

SABINO, Joaquim José (1818). *Nova Castro*. Lisboa : Imprensa Régia, 1818.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves (1883). *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883.

SILVA, Innocencio Francisco da (1858). *Dicionário bibliográfico portugues*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.

SOUSA, João Henriques (1786). *Discurso político sobre o juro do dinheiro*. Lisboa: Regia Officina Typográfica, 1786;

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d, tomo II.

THOMAZ, Manoel Fernandes (1815). *Repertório geral ou índice alfabético das Leis extravagantes do Reino de Portugal*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1815.

VANDELLI, Domingos. *Aritmética Política, Economia e Finanças*. Lisboa: Banco de Portugal, 1994, (Série Obras Clássicas do Pensamento Económico).

VELLOSO, Júlio Caio. Introdução in *Catálogo das Obras Impressas no Século XVIII*. A Coleção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secretaria-geral, Arquivo Histórico: Lisboa, 1999.

VOLTAIRE (1825). *La filosofia de la História*. Paris: Imprenta de David, 1825.

### **Bibliografia**

ABREU, Capistrano (1907). *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Brasília: Conselho editorial do Senado Federal, 1998.

ABREU, Márcia. Os caminhos dos livros. Campinas: Mercado das Letras, Associação de leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2003 (Coleção histórias de leitura).

ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império*. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A ideologia da decadência: leitura antropológica de uma história da agricultura do Maranhão*. Rio de Janeiro: Casa 8, Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Patrícia Alexandra Ramalho. *A administração portuguesa no Brasil colonial: o contributo de Manuel António Leitão Bandeira para o estudo da história das instituições na capitania do Maranhão (1785-1790)*; orient. Miguel Corrêa Monteiro. Lisboa, 2006.

ALMODÔVAR, António. *A institucionalização da economia política clássica em Portugal*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1995.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

ANDRADE, António Manuel Banha de. *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771)*. Contribuição para a História da Pedagogia em Portugal. Coimbra: Coimbra Editora, 1981.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal, Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

ARENDT, Hannah (1963). *Eichmann in Jerusalem*. A report on the banality of evil. New York: The Viking press, 1964.

ARRIAGA, José de. *A filosofia Portuguesa , 1720-1820*. Lisboa: Guimarães Editores, 1979.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A abertura dos Portos Brasileiros (1800-1808)*. Bauru: EDUSC, 2008.

ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. Miguel Bruce e os “horrores da anarquia” no Maranhão (1822-1827) in JANCSÓ, Istvan. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: HICITEC, 2005, p. 345-378.

ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860. In: *Estudos sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, abril de 2000, p. 32-71.

BASÍLIO, Romário Sampaio. “As gentes do livro no Maranhão”: Um livreiro português na província (1799-1819). In *Anais do III Simpósio de História do Maranhão Oitocentista: Impressos no Brasil do século XIX*. São Luís: UEMA, 2013, p. 1-9.

BASÍLIO, Romário Sampaio; GALVES, Marcelo Cheche; PINTO, Lucas G. C. Gramáticas e Dicionários em circulação pelo Maranhão no início do Oitocentos In CASTELLANOS, Samuel Luis Velazquez; CASTRO, César Augusto. (Org.). *Livro, leitura e leitor: perspectiva histórica*. São Luís: EDUFMA, Café & Lápis, 2016, v. 1, p. 197-214.

BASÍLIO, Romário Sampaio; GALVES, Marcelo Cheche. Saberes em circulação na América Portuguesa: os estudantes maranhenses na Universidade de Coimbra (1778-1823). *Clio. Série História do Nordeste (UFPE)*, v. 32, 2014, p. 156-175.

BASTOS, José Timóteo da Silva. *História da Censura em Portugal: ensaio sobre a compreensão do pensamento português*. Lisboa: Editora Moraes, 1993.

BERGER, Peter; Brigitte BERGER. *Sociology, A biographical Approach*. Nova York: Basic Books, 1972.

BONFIM, Manuel (1929). *O Brasil na História*. Caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2013.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *Habitus* e de Campo in *O poder Simbólico*. Lisboa: Edições 70, 2001 (História & sociedade).

BOURDIEU, Pierre (1966). Campo intelectual y proyecto creador in *Campo intelectual, campo de poder*. Tucumán: Editorial Montresor, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção, uma Crítica Social da Faculdade do Juízo*. Lisboa: Edições 70, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das classes in *O poder Simbólico*. Lisboa: Edições 70, 2001, 133-160.

BOXER, C.R. *O império colonial Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969.

BRAUDEL, Fernand. Há uma Geografia do Indivíduo Biológico? in *Escritos sobre a História*. São Paulo: Editora Perspectiva, p. 143-160, 1978 (Coleção Debates).

CAMÊLO, Júlia Constança Pereira. Ferando Antonio Soares de Noronha: um imbecil ou um homem de seu tempo? In COSTA, Yuri; GALVES, Marcelo Cheche. *Maranhão: ensaios de biografia e história*. São Luís: Café & Lápis : Editora UEMA, 2011, p.19-36.

CAMPOS, Marize Helena de. *Senhoras Donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822)*. Faculdade de Ciências Humanas, letras e filosofia da Universidade de São Paulo. Tese de doutoramento. São Paulo, 2008.

CANDEE-JACOB, Margareth. A crise da Consciência europeia. In: CARPANETTO, Dino [et al.]. *O século das Luzes*. Lisboa: De Agostini Editore, 2005, p.197-239 (Coleção História Universal, v.10).

CARDOSO, José Luís. Uma notícia esquecida: o ensino de economia nas Aulas do Comércio. *Estudos de Economia*, v. V, nº1, out.dez, 1984, p.87-101.

CARDOZO, Manoel. *Azeredo Coutinho and the intelectual ferment of his times*. S.I, s.n, 196, p. 72-112.

CARREIRA, Laureano. *O Teatro e a Censura em Portugal na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993.

CARVALHO, Flávio Rey de. *Um Iluminismo Português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. São Paulo: Annablume, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação da Ordem/ Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Relume, 1996.

CARVALHO, Rómulo. *História Natural em Portugal no Século*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985.

CASTRO, Armando. *O pensamento económico no Portugal Moderno*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1980.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, DIFFEL, 2002.

COELHO, Latino. *O Marquês de Pombal*. Lisboa, 1905.

COXITO, Amâdio. *Estudos sobre filosofia em Portugal na época do Iluminismo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. *Crowns of glory, tears of blood: the Demerara Slave Rebellion of 1823*. New York: Oxford University Press, 1994.

COUTINHO, Mílson. *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Instituto Geia, 2005.

CURTO, Diogo Ramada, et al. *As gentes do Livro*: Lisboa, século XVIII. Lisboa: BN, 2007.



CURTO, Diogo Ramada. D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes; CURTO, Diogo Ramada (Orgs.). *A casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) – Bicentenário “Sem Livros não há instrução”*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Biblioteca Nacional, 1999, p.15-49.

CURTO, Diogo Ramada. Iluminismo e práticas de escrita (1687-1808) in *Cultura Imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. São Paulo: Editora UNICAMP, 2009.

CURTO, Diogo Ramada. Maranhenses, Bandeirantes, peruleiros e escravos in *Cultura Imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. São Paulo: Editora UNICAMP, 2009, 281-306.

D. C. Coleman. Mercantilism Revisited. *The Historical Journal*, Vol. 23, No. 4, Dez. 1980, p. 773-791.

DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DELEUZE, Gilles. *A filosofia crítica de Kant*. Lisboa: Edições 70, 2000.

DEMANGEON, Albert. *Problèmes de géographie humaine*. Paris: Armand Colin, 1952.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.278, jan - mar de 1968, p. 105-170.

ELIAS, Norbert. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. São Paulo: Editora Ática, 1986 (Série Princípios).

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Brasília: Conselho Federal de Cultura, 1972.

FERREIRA, Emília Cordeiro. Maria I. In: *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 2002.

FEBVRE Lucien (1922). *La Terre et l'évolution humaine*. Introduction géographique à l'histoire. Paris: Éditions Albin Michel, 1949.

FEBVRE, Lucien (1928). *Martinho Lutero, um destino*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

FEBVRE, Lucien (1942). *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle*. La religion de Rabelais. Paris: Albin Michel, Éditeur, 1947.

FOGEL, Michèle, LEMARCHAND Guy, SOBOUL, Albert. *El siglo de las Luces*. Madrid: Ediciones Akal, 1993.

FREYRE, Gilberto (1968). *Contribuição para uma sociologia da biografia*. O exemplo de Luiz de Albuquerque governador de Mato Grosso no fim o século XVIII. Fundação cultural de Mato Grosso, 1978.

FREYRE, Gilberto (1942). *Sobrados e mucambos*. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1985.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GALVES, Marcelo Cheche. “*Ao público sincero e imparcial*”: *Imprensa e independência do Maranhão (1821-1826)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial*. Imprensa e Independência no Maranhão (1821-1826). São Luís: Ed. Uema/Café & Lápis, 2015.

GALVES, Marcelo Cheche. Revolução do Porto e Independência: (des) conexões a partir da província do Maranhão. In: BORRALHO, José Henrique de Paula; GALVES, Marcelo Cheche; BEZERRA, Nielson Rosa. *Pontos, contrapontos não desvendados: os vários tecidos sociais de um Brasil oitocentista*. São Luís: Café & Lápis, 2011, p. 17-31.

GALVES, Marcelo Cheche. Saberes Impressos, Correspondências e Expedições Científicas: a capitania do Maranhão e o Reformismo Ilustrado na virada para o Oitocentos. *Outros Tempos*, vol. 11, n.18.

GINZBURG, Carlo (1976). *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1971.

GUERCI, Luciano. O pensamento das Luzes na primeira metade do sec. XVIII. In: CARPANETTO, Dino [et al.]. *O século das Luzes*. Lisboa: De Agostini Editore, 2005, p. 240-300 (Coleção História Universal, v.10).

GUSDORF, Georges (1974). *Introduction aux sciences humaines*. Essai critique sur leurs origines et leur développement. Paris : Les Éditions Ophrys, Nouvelle édition, 1974.

HALLEWEL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1985.

HAZARD, Paul. *La crise de La conscience européenne, 1680-1715*. Paris: Gallimard, 1968 (Collection Idées).

HOLANDA, Sérgio Buarque de (1936). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cias das Letras, 1995.

ISRAEL, Jonathan I. *Iluminismo Radical: a filosofia e a construção da modernidade, 1650-1750*. São Paulo: Madras, 2009.

LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. (1822). *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. 2 ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes. Um breve itinerário editorial: do Arco do Cego à Impressão Régia. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes; CURTO, Diogo Ramada (Orgs.). *A casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) – Bicentenário “Sem Livros não há instrução”*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Biblioteca Nacional, 1999, p.77-90.

LIMA, Edyene Moraes dos Santos. Raimundo José de Sousa Gaioso: do prestígio ao degredo in GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri. *Ensaio de Biografia e História*. São Luís: Café&Lápis, 2011.

LIMA, Oliveira. D. *João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1996.

LIMA, Carlos de. *História do Maranhão*. Brasília: Senado Federal, 1981.

LINCOLN, W. Bruce. *In the Vanguard of Reform: Russia's Enlightened Bureaucrats 1825-1861*. DeKalb: Northern Illinois University Press, 1982.

LISBOA, João Francisco. *Obras de João Francisco Lisboa*. São Luís: Typ. B. de Mattos, 1865.

MACEDO, Jorge Borges de. Pombal. in SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 2002, p.113-121.

MACEDO, Jorge Borges de. BANDEIRA, Manuel António Leitão in SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2002, Tomo I, p.289.

MACLACHLAN, Colin M. Slavery. Slavery, Ideology, and Institutional Change: The Impact of the Enlightenment on Slavery in Late Eighteenth-Century Maranhão. *Journal of Latin American Studies*, Vol. 11, No. 1, Maio, 1979, p. 1-17.

MARCHANT, Alexander. Aspects of the Enlightenment in Brazil in WHITAKER, Arthur P. (1961). *Latin America and the Enlightenment*. New York: Cornell University Press, 1961,

MARQUES, Maria Adelaide Salvador. *A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*. Coimbra: Coimbra Editora, 1963.

MARTINS, OLIVEIRA (1879). *História de Portugal*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1882.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MEIRELES, Mário Martins (1960). *História do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001 (Coleção Maranhão Sempre).

MEIRELES, Mário Martins. *Pequena História do Maranhão*. São Luís: Tipografia São José, 1960.

MENDES, Joel E. Ferrão, LIBERATO, Maria Cândida; CATARINO, Fernando Mangas; ABRANTES, Maria Luísa. *Plantas do Brasil*. Flora económica do Brasil no Século XVIII: Plantas do Maranhão-Piauí. Lisboa: IICT/ Chaves Ferreira Publicações / Museu e Jardim Botânico-Museu Nacional de História Natural, 2005.

MÓNICA, Maria Filomena (1992). Negócios e política: os tabacos (1800-1890). *Análise Social*, vol. XXVII, 116-117, 1992, nº 2.º-3.º, p.461-479.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. D. *José I*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

MOTA, Antónia da Silva. *A dinâmica colonial portuguesa e as redes de poder local na capitania do Maranhão*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.

MOTA, Antónia da Silva. *As famílias principais*. Redes de poder no Maranhão colonial. São Luís: EDUFMA, 2012

MOTTA, Márcia Maria Menezes. *Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito 1795-1824*. Rio de Janeiro: Editora Alameda, 2012 (2ª edição).

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e Científicos, 1979.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1979.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2003.

OUTRAM, Dorinda. *The Enlightenment: new approaches to European history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *The Spectator*. O teatro das Luzes, Diálogo e Imprensa no século XVIII. São Paulo: HUCITEC, 1995.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vistismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Dissertação de doutorado em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa, 1995.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais. *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1992 (2. °-3. °), p. 407-440.

PEREIRA, José Esteves. *Filosofia e Ciência em Portugal, no século XVIII*. *Eborensia*, ano XVIII, nº35, 2005, p.01-27.

PIMENTA, Pedro Paulo (org.). *O Iluminismo Escocês*. São Paulo: Alameda, 2011.

PIMENTEL, Maria do Rosário. *O enigma da cor*: Dissertação sobre a Variedade das Côres da espécie humana. *Ellipsis*, 8,2010, 49-74.

PIPES, Richard (1961). *The historical evolution of the Russian intelligentsia in The Russian Intelligentsia*. New York: Columbia University press, 1961, p.46-62.

POLANYI, Karl. The economy as Instituted process in GRANOVETTER, Mark; SWEDBERG, Richard. *The sociology of economic life*. Boulder, Oxford, San Francisco: Westview Press, 1992.

POLANYI, Karl *A ilusão da economia*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, Livros Plural, 1999.

RAMINELLI, Ronald. Nobreza e riqueza no Antigo Regime ibérico Setecentista. *Revista de História*. São Paulo, Nº 169, Julho / Dezembro, 2013 p. 83-110.

RAMOS, Luís de Oliveira. *Sob o signo das «Luzes»*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988 (Temas Portugueses).

REBELLO, Luís Francisco. *O teatro romântico (1838-1869)*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.

REIS, Fernando Egídio. *Comunicando as Ciências ao Público*. As ciências nos periódicos portugueses de finais do séc. XVIII e princípios do séc. XIX”. In: Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO, Vol. III, p. 305-315. Covilhã: UBI, 2005.

RIBEIRO JUNIOR, José. A economia algodoeira em Pernambuco. Da Colónia à Independência. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1, 2, set.1981, p.234.142.

RIZZINI, Carlos. *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil, 1500-1822*: com um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

ROMERO, Silvio. *Ensaio de sociologia e literatura*. Rio de Janeiro: Garnier, 1900.

SANTOS, Cândido dos. Antônio Pereira de Figueredo, Pombal e a Aufklärung. Ensaio sobre o Regalismo e o Jansenismo em Portugal na 2ª metade do século XVIII. *Revista de História das Ideias*, v.4. Tomo1, 1982, p.167-203.

SANTOS, Eugênio dos. O Brasil Pombalino na perspectiva iluminada de um estrangeirado in TENGARRINHA, José. *A historiografia portuguesa hoje*. HUCITEC, 1999, p.147-182 (Estudos Históricos).

SANTOS, Milton. Por uma geografia das redes in *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p.176-187 (Coleção Milton Santos, 1).

SANTOS, Rui. A nuvem por Juno? O tema da fisiocracia na historiografia do pensamento económico português. *Análise Social*. Quarta Série, Vol. 28, No. 121, 1993, p. 423-443.

SANTOS, Rui. “Do mito à doutrina: imagens do Alentejo no memorialismo de fins do século XVIII” in ALMODÔVAR, António; CARDOSO, José Luís (eds.). *Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico*. Lisboa, CISEP, 1992, p.206-207.

SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: O Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SHERBO, Arthur. Warburton and the 1745 "Shakespeare". *The Journal of English and Germanic Philology*. Vol. 51, n. 1, Jan., 1952, pp. 71-82.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Produção, distribuição e consumo de livros e folhetos no Brasil colonial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, jan/mar 1977, v. 314, p. 78-95.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Livro e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Revista de História, n. 94, 1973, p. 441-457.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura Luso-Brasileira: da reforma da Universidade de Coimbra à independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999 (Coleção Histórias de Portugal).

SLACK, Paul. *The Invention of Improvement. Information and Material Progress in Seventeenth-Century England*. Oxford: University Press, 2015.

SORIANO, S. J. da Luz. *História do reinado de D. José e da administração do Marquês de Pombal*. Lisboa: Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1867

SOUSA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada*. O Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

SOUSA, Maria Leonor Machado de. *Inês de Castro na Literatura Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.

TOCQUEVILLE, Alexis de (1854). *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, Liv. III.

TORRES, Milton. *O Maranhão e o Piauí no Espaço Colonial*. São Luís: Instituto Geia, 2006.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (1854). *História geral do Brasil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda*. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do livro na América Portuguesa*. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

VIVEIROS, Jerônimo de (1954). *História do Comércio do Maranhão (1612-1895)*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. Esbozo de sociología comprensiva. Madrid: Fondo de Cultura Económica, España-México, 2002.

WILLEMS, Emílio (1970). Diferenciação social no Brasil Colonial. *Revista Ciências Sociais*. Vol. II, n.01, p.114-139.

## LISTA DE FIGURAS OU ILUSTRAÇÕES

**Imagem 1.** Aspectos cronológicos do espaço social no Maranhão, p.23.

**Imagem 2.** “Taboada das misturas”, p.63.

**Imagem 3.** Mappa Geográfico da Capitania do Maranhão, p.68. Agradeço ao professor Alan Kardec Pachêco por ter cedido esse mapa.

**Imagem 4.** Mappa da Ilha de São Luís do Maranhão, p.68.

**Imagem 5.** *Policena: Tragedia Portuguesa* (1791) de Joaquim José Sabino, p.79.

**Imagem 6.** *Nova Castro* (1818) de Joaquim José Sabino, p.80.